

# Expediente

**Revista ADvir - ISSN 1518-3769**

**Sistema CNPq/Capes**

**Latindex** - Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal. Directorio, catálogo e índice.

## **REVISTA ADVIR**

Publicação da Associação  
de Docentes da Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro - Asduerj  
Registro ISSN 1518-3769  
Rua São Francisco Xavier, 524,  
1º andar, Bloco D, Sala 1.026, Maracanã  
Rio de Janeiro/RJ - CEP 20550-013  
(21) 2264-9314 / 2334-0060 / 2334-0511  
[www.asduerj.org.br/publicações](http://www.asduerj.org.br/publicações)  
[advir@asduerj.org.br](mailto:advir@asduerj.org.br)

## **DIRETORIA BIÊNIO 2015/2017**

**Presidente:** Lia Rocha

**I Vice-Presidente:** Paulo Alentejano

**II Vice-Presidente:** Guilherme Vargues

**I Secretário:** Luiz Claudio de Santa Maria

**II Secretário:** Felipe Demier

**I Tesoureiro:** Fabio Iorio

**II Tesoureira:** Maria Luiza Tambellini

## **EQUIPE ASDUERJ**

### **Assessoria de Comunicação**

**Jornalistas:** Sérgio Franklin e Guilherme Schneider

**Produção e Edição Visual:** Leila Braile

**Tradutores:** Flávio Pires e Rafael Anselmé

### **Secretaria**

José Luís de Souza

Mira Caetano

### **Apoio**

Zita Alves

### **Departamento Jurídico**

Advogado: Gustavo Berner

Estagiária: Vitória Pinheiro

## **DISTRIBUIÇÃO (GRATUITA)**

Aos filiados da Asduerj

Seções Sindicais do Andes-SN

Instituições de Pesquisa e Ensino Superior

Bibliotecas Públicas

## **CONSELHO EDITORIAL**

Décio Rocha (Letras/UERJ)

Deise Mancebo (Psicologia/UERJ)

João Araújo Ribeiro (Engenharia/UERJ)

João Pedro Vieira (Comunicação/UERJ)

Luiz Claudio de Santa Maria (Química/UERJ)

Felipe Demier (Serviço Social/UERJ)

## **CONSELHO CONSULTIVO**

Adriana Facina (História/UFF)

Antonio Celso Pereira (Direito/UERJ)

Bruno Corrêa Meurer (Biologia/USU)

Carlos Alberto Mandarin (Biologia/UERJ)

Cláudia Mônica dos Santos (Serviço Social/UFJF)

Edison da Silva Faria (Arte e Crítica da Arte/UFPA)

Eurico Zimbres (Geologia/UERJ)

Franceline Reynaud (Farmácia/UFRJ)

Francisco Portugal (Psicologia Social/UFRJ)

Gustavo Krause (Literatura/UERJ)

Heliana Conde (História da Psicologia/UERJ)

Jader Benuzzi Martins (Física/UERJ)

José Augusto Quadra (Nefrologia/UERJ)

José Carlos Pinto (Engenharia Química/UFRJ)

Josefina Lanzi de Zeitune (Linguística/UNT/Argentina)

Jussara Cruz de Brito (Saúde do Trabalhador/ENSP)

Lená Medeiros (História/UERJ)

Lilian Nabuco (Comunicação/UERJ)

Luciana Maria Almeida de Freitas (Educação/UFF)

Luiz Sebastião Costa (Engenharia/UERJ)

Luiz Satoru Ochi (Computação/UFF)

Maria Beatriz David (Economia/UERJ)

Miguel Angel de Barrenechea (Educação/UNIRio)

Rose Mary Serra (Serviço Social/UERJ)

Rubens Luiz Rodrigues (Educação/UFJF)

Solange Cadore (Química/UNICAMP)

Wang Shu Hui (Materiais/USP)

Yves Schwartz (Ergologia/UP/França)

## **ORGANIZADOR**

**Gilmar Guimarães** (Geografia/UERJ)

---

Revista Advir / Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 35 (jul. 2016)- . – Rio de Janeiro: Asduerj, 2016 -

28 cm.

Semestral  
ISSN 1518-3769

Primeira publicação em agosto de 1992. Edições especiais  
Publicadas em dezembro de 2002 e em julho de 1995.  
Anual em 2014.

1. Docência - Periódicos. I. Associação de Docentes da  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

CDD 370.05  
CDU 37(05)

---

# *POLÍTICA editorial e NORMAS para submissão de artigos*

## **POLÍTICA EDITORIAL**

A **Revista Advir** é uma publicação semestral editada pela Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj), **já indexada no sistema CNPq/Capes e Latindex** (Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal. Directorio, catálogo e índice).

**Objetivo:** divulgar produções científicas nacionais e estrangeiras.

**Público-alvo:** comunidade científica do Brasil e exterior.

Os textos enviados para Advir devem ser inéditos. A critério do conselho editorial excepcionalmente poderão ser aceitos textos para republicação.

Todo material recebido será submetido a, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Consultivo, que decidirão, em caráter definitivo e com base em critérios científicos, sobre sua publicação ou não, ficando a critério do Conselho Editorial definir em que edição e seção da revista isso ocorrerá, tendo em vista apenas critérios de adequação editorial.

O Conselho Consultivo poderá sugerir ao autor modificações de estrutura ou de conteúdo, bem como rejeitar os trabalhos. É do(s) autor(es) a inteira responsabilidade pelo conteúdo do material enviado, inclusive a revisão gramatical e adequação às normas de publicação. Os autores serão contatados, individualmente, para envio do resultado do parecer.

## **NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS**

**(Reprodução parcial, com acréscimos, da ABNT NBR 14724:2011)**

**Resumo/Abstract/palavras-chave/keywords:** O(s) autor(es) deve orientar-se pelo escrito na ABNTNBR 6028. Resumos de artigos acadêmicos em periódicos devem ter entre 150 e 200 palavras.

As palavras-chave (no caso da Advir, até cinco) devem ser representativas do conteúdo do documento, escolhidas, preferentemente, em vocabulário controlado.

**Título em inglês:** O *Abstract* deve, necessariamente, também conter a tradução ao inglês do título do artigo.

**Idioma:** Os trabalhos deverão ser redigidos em português ou espanhol. Textos escritos em outros idiomas deverão ser traduzidos ao português.

**Número de páginas:** O texto deve ter entre 8 e 15 páginas.

**Dimensões e cores:** Os textos devem ser digitados em página A4, com letras em cor preta, devendo ser utilizado o padrão preto (e seus matizes) e branco para as ilustrações.

**Margens:** As margens devem ser: para o averso, esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm; para o verso, direita e superior de 3 cm e esquerda e inferior de 2 cm.

**Fonte:** Deve-se utilizar a fonte *Times New Roman*, tamanho 12, para todo o trabalho, inclusive capa, excetuando-se citações com mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, dados internacionais de catalogação na publicação, legendas e fontes das ilustrações e das tabelas, que devem ser em tamanho menor e uniforme.

**Espaçamento:** Todo texto deve ser digitado com espaçamento 1,5 entre as linhas, excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, que devem ser digitados em espaço simples. As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por um espaço simples em branco.

**Notas de rodapé:** As notas devem ser digitadas dentro das margens, ficando separadas do texto por um espaço simples de entre as linhas e por filete de 5 cm, a partir da margem esquerda. Devem ser alinhadas, a partir da segunda linha da mesma nota, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente, sem espaço entre elas e com fonte menor.

**Citações:** Apresentadas conforme a ABNT NBR:10520 (ou última edição revisada disponível).

**Siglas:** A sigla, quando mencionada pela primeira vez no texto, deve ser indicada entre parênteses, precedida do nome completo.

**Equações e fórmulas:** Para facilitar a leitura, devem ser destacadas no texto e, se necessário, numeradas com algarismos arábicos entre parênteses, alinhados à direita. Na sequência normal do texto, é permitido o uso de uma entrelinha maior que comporte seus elementos (expoentes, índices, entre outros).

**Ilustrações:** Devem seguir o padrão preto (e seus matizes) e branco. Qualquer que seja o tipo de ilustração, sua identificação aparece na parte superior, precedida da palavra designativa (desenho, esquema, fluxograma, fotografia, gráfico, mapa, organograma, planta, quadro, retrato, figura, imagem, entre outros), seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, travessão e do respectivo título. Após a ilustração, na parte inferior, indicar a fonte consultada (elemento obrigatório, mesmo que seja produção do próprio autor), legenda, notas e outras informações necessárias à sua compreensão (se houver). A ilustração deve ser citada no texto e inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere.

**Tabelas:** Devem ser citadas no texto, inseridas o mais próximo possível do trecho a que se referem e padronizadas conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Referências bibliográficas:** Apresentadas conforme a ABNT NBR 6023:2002 (ou última edição revisada disponível).

# Índice

**Apresentação** <6>

## **Dossiê: Cidades Olímpicas** <9 a 104>

**Pequim espetacular: a conspícua construção de uma metrópole olímpica** <9 a 31>

Anne-Marie Broudehoux (Universidade de Quebec, Montreal)

**Vancouver 2010: deletérios impactos e dissenso antiolímpico** <32 a 41>

Jules Boykoff (Pacific University, EUA)

**A retórica do legado social em megaeventos: Londres e os Jogos Olímpicos de 2012** <42 a 53>

Gabriel Silvestre (University College London)

**Sochi 2014: um B.R.I.C na estrada da perdição** <54 a 63>

Christopher Gaffney (Universidade de Zurich) e Daniel Wolfe (Universidade de Zurich)

**Investimentos públicos e participação do setor privado no Projeto Olímpico:  
uma análise da experiência da cidade do Rio de Janeiro** <64 a 73>

Larissa Gdynia Lacerda (IPPUR/UFRJ), Mariana da Gama e Silva Werneck (IPPUR/UFRJ),  
Orlando Alves dos Santos Junior (IPPUR/UFRJ) e Patrícia Ramos Novaes (IPPUR/UFRJ)

**Quando a “cidade olímpica” não é para todos: o caso da Vila Autódromo, RJ** <74 a 83>

Leticia de Luna Freire (FEBF-UERJ)

**O turvo horizonte da sustentabilidade no urbanismo olímpico e o caso Rio 2016** <84 a 93>

Gilmar Mascarenhas (Instituto de Geografia da UERJ)

**Olimpíadas 2016: um balanço de véspera** <94 a 104>

Fernanda Sánchez (PPGAU/TCA/UFF), Glauco Bienenstein (TAR/TCA/UFF - PPGAU/TCA/UFF) e  
Fabricio Leal de Oliveira (IPPUR/UFRJ)

# Apresentação

A reestruturação recente do capitalismo afetou incisivamente as formas de produção e gestão das cidades. Em escala mundial, elas passaram a assumir um novo protagonismo obcecado pela competição interurbana, naquilo que David Harvey identificou e denominou como “empresariamento (ou empreendedorismo) urbano”, através da ascensão de políticas neoliberais que acentuam a preocupante desigualdade socioespacial. Nossas pesquisas indicam que este modelo apresenta densa confluência com as transformações concomitantes no modo de preparar as cidades para sediar megaeventos esportivos, especialmente os Jogos Olímpicos. Neste momento em que os moradores da cidade do Rio de Janeiro vivenciam, na forma de uma fabulosa festa midiática e militarizada, a culminância de um longo processo de intensas transformações que envolvem sofrimento, tensões e disputas, cumpre refletir sobre os arranjos, os sentidos e os significados de se inserir no rol das “cidades olímpicas”, tema muito oportuno deste número da revista ADVIR.

A magnitude crescente de tais eventos tem como motor principal a poderosa aliança “mídia-esporte-negócios”, envolvendo milionários contratos televisivos e patrocínio de grandes marcas comerciais corporativas. Um poder crescente que engendrou, desde o final da década de 1980 até muito recentemente, uma verdadeira corrida global pela obtenção do direito de sediar tais eventos. Direito que a retórica das agências mundiais define e celebra como incontestável alavanca para a dinamização da economia local e para vantajosa inserção da imagem da cidade no competitivo cenário internacional. Todavia, emerge em nossos dias uma crise no sistema olímpico e em seu peculiar urbanismo, crise resultante da contestação global a este modelo de natureza monumental e perdulária. A ponto de levantarmos a hipótese de que o Rio de Janeiro poderá se inscrever na história dos Jogos como a última edição de um ciclo faustoso e contestado.

Desfrutando de bilhões de espectadores, as cidades olímpicas se transformam, momentaneamente, no admirado centro das atenções em escala planetária. Operações urbanas emblemáticas que vêm, quase sempre, acompanhadas das parcerias público-privadas, da desregulamentação edilícia, da concessão de vantagens fiscais e da privatização dos espaços urbanos, com escassos canais de diálogo democrático, gerando por conseguinte um quadro de tensões e um amplo leque de estratégias de ativismo social. Sem dúvida, tais elementos vêm se repetindo a cada edição dos Jogos, ainda que variando segundo a particularidade de cada cidade e de cada conjuntura. Por isso, dedicamos a primeira parte deste número à experiência internacional mais recente. Convidamos reconhecidos pesquisadores, para nos apresentar as formas de produção (e contestação) da cidade olímpica nos Jogos de 2008 (Pequim), 2010 (Vancouver), 2012 (Londres) e 2014 (Sochi).

Para os Jogos de Pequim, contamos com o olhar de sua mais reconhecida estudiosa, Anne-Marie Broudehoux. Caso único dentre os demais artigos da revista, dela recuperamos um trabalho publicado às vésperas daquele megaevento, e que traz consigo, por isso mesmo, toda a tensa atmosfera e o calor dos conflitos no processo de produção da mais cara e impactante edição dos Jogos até aquele momento. O projeto geopolítico e o implacável autoritarismo governamental, as particularidades da sociedade chinesa, as condições perversas do processo de urbanização acelerada, a destruição do patrimônio cultural-arquitetônico, a corrupção no alto escalão e as iniciativas populares de contestação são aqui apresentadas em cores dramáticas. Vale a pena examinar o reluzente caso chinês e perceber semelhanças que este guarda, infelizmente, com a edição brasileira dos Jogos.

A seguir, temos a contribuição de Jules Boykoff, com quem tive a honra e a riqueza de compartilhar, na condição de supervisor, cinco meses de trabalho por conta de seu pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em Geografia da UERJ (agosto a dezembro de 2015), colaboração que se perpetua nos debates e na coautoria de trabalhos. Especialista renomado no estudo do ativismo relacionado aos megaeventos, sendo autor de livros neste campo específico, Jules nos apresenta o cenário conflituoso dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2010, em Vancouver. Impressionante a diversidade de táticas, formatos e estratégias que a sociedade civil engendrou para se contrapor aos abusos e impactos dos jogos. Percorrendo ocupações e vivenciando os enfrentamentos nas ruas, Jules nos oferece um rico panorama dos atos de coragem e criatividade cidadãs.

Para os Jogos de Londres, contamos com um competente pesquisador brasileiro que por vários anos habitou e acompanhou a cidade em sua longa preparação para o evento. Gabriel Silvestre nos presenteia com uma abordagem ampla e cuidadosa, que abrange desde a concepção da candidatura, a conformação do projeto olímpico, sua execução, a realização dos Jogos e o cenário atual, repleto de impasses. Na cidade que se orgulha(va) de ser a primeira na história a efetivamente conceber um projeto detalhado do legado, e que surpreendeu o mundo com a alocação do parque olímpico na desindustrializada e degradada periferia metropolitana, bem como pelo baixo índice de remoções, vivemos hoje a difícil conciliação entre os programas sociais e a instalação de uma área de “classe internacional” para grandes negócios.

Para concluir o ciclo recente de experiências internacionais, convidamos Christopher Gaffney, mundialmente reconhecido por suas denúncias contra os abusos, perversidades e autoritarismos dos megaeventos esportivos e com quem trabalhamos há mais de uma década, na coautoria de artigos e eventos. Ele e Daniel Wolfe se debruçaram sobre os Jogos de Inverno de Sochi em 2014, edição mais cara da história olímpica e também das mais polêmicas, para demonstrar o elevado impacto socioambiental deste megaevento e o quanto ele expressa o modus operandi da economia e do governo russo atuais: o autoritarismo reinante, a crescente desigualdade socioeconômica, as articulações ilimitadas dos grupos de poder na condução do planejamento territorial, os elevados índices de corrupção, as pesadas obras de infraestrutura sem canais de diálogo, com profundos impactos ambientais e escasso legado regional.

Justamente para ingressar neste celebrado circuito global de acumulação e espetacularização, a cidade do Rio de Janeiro viveu um período de transformações materiais e simbólicas sem precedentes em seus 450 anos de história. Nos últimos seis anos, a intensa mobilização de recursos financeiros provenientes das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) vem promovendo profundos e acelerados processos de reorganização do espaço urbano, de forma que a segunda parte deste número de ADVIR reuniu outros quatro artigos que buscam oferecer distintos ângulos deste processo avassalador de reconfiguração da cidade.

Iniciamos com o Observatório das Metrôpoles (IPPUR-UFRJ), cujas pesquisas vêm sendo dirigidas por Orlando Santos Junior, em diálogo constante com o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro. Ele e parte de sua equipe nos oferecem um consistente balanço do orçamento e dos principais investimentos realizados no contexto de preparação da cidade para receber os Jogos Olímpicos, a fim de avaliar os impactos dessas intervenções no espaço urbano. Foi identificada a emergência de novas centralidades e a adoção de um novo padrão de governança empreendedorista neoliberal, fundada no estabelecimento de polêmicas Parcerias

Público-Privadas, que transferem para o setor privado a gestão de equipamentos e espaços públicos, subordinando o interesse comum à lógica do mercado.

Dentre os mais de setenta mil indivíduos removidos no processo de produção da cidade olímpica, a Vila Autódromo representa quantitativamente um percentual ínfimo, porém de elevado teor simbólico, seja pela imensa repercussão, seja pela intensa mobilização popular, seja pelo fato de não haver nenhuma alegação técnica razoável para sua remoção. Por essa condição relevante e emblemática no cenário geral dos conflitos, a recém-chegada companheira de lutas de nossa ASDUERJ, Leticia de Luna Freire, pesquisadora competente e participante, nos brinda com um olhar etnográfico para apreender as diversas facetas, os desdobramentos, os dramas e personagens da persistente luta popular pelo direito à cidade na Vila Autódromo. O direito a uma cidade plural, de todos e para todos.

A seguir, apresentamos elementos para refletir sobre o compromisso retórico do sistema olímpico para com a ambiciosa sustentabilidade ambiental. Tomado como novo receituário mundial, o aclamado pacote de princípios que rege a utopia “oficial” do desenvolvimento sustentável não poderia deixar de adentrar as portas do movimento olímpico. Neste sentido, após apresentar o advento e o avanço desta ideologia no seio do olimpismo (do Acordo de Cooperação com o PNUMA em 1994 à Agenda 2020 de nossos dias), nos propomos a analisar o caso Rio 2016 para averiguar em que nível se realizou o profundo abismo entre as promessas de legado ambiental e seus efetivos resultados.

Não poderíamos melhor concluir esta série de contribuições sobre a experiência Rio 2016: Fernanda Sánchez, Glauco Bienenstein e Fabrício Leal de Oliveira, nossos valiosos parceiros de longa data no Laboratório ETTERN-IPPUR/UFRJ, apresentam um necessário, urgente e consistente “balanço de véspera”, elucidando os fios condutores e os processos gerais (e nem sempre evidentes) de produção da cidade olímpica Rio 2016. Tendo a crise política brasileira e fluminense como pano de fundo, o artigo sugere a “crise do espetáculo” e o “espetáculo da crise” para abordar o jogo das prioridades, os grupos de interesse e sua violência simbólica, bem como os efeitos perversos sobre a justiça social urbana. Abrange ainda as narrativas divergentes e os espaços contestados na luta contra a lógica gramática e espacial deste projeto de cidade.

Agradeço à ADVIR a oportunidade de, em momento crucial, reunir um time multidisciplinar formado por geógrafos, urbanistas, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, dentre outras áreas, que nos convidam a pensar, perscrutar e mapear vozes e ações na(s) cidade(s) olímpica(s). A possibilidade de abrir um caminho muito distinto do campo hegemônico do espaço concebido, para melhor compreendermos alguns dos perversos mecanismos contemporâneos de produção do urbano. Lugares, agentes e utopias que atravessam o cotidiano diverso da metrópole sem fim, permeando as disputas e as latências, por vezes silenciosas, em diversos planos e escalas, no incansável devir das lutas coletivas por uma cidade mais generosa e plural.

**Gilmar Mascarenhas**  
**Organizador**

Rio de Janeiro, julho de 2016.

# PEQUIM ESPETACULAR: A CONSPÍCUA CONSTRUÇÃO DE UMA METRÓPOLE OLÍMPICA<sup>1</sup>

**Spectacular Beijing: The Conspicuous Construction of an Olympic Metropolis**

**Anne-Marie Broudehoux**

Universidade de Quebec, Montreal (UQAM)

## **Resumo:**

Este artigo apresenta uma revisão crítica sobre a remodelação da cidade Olímpica de Pequim e os impactos sociais, econômicos e políticos de sediar megaeventos como um meio de produzir imagem urbana. Através da análise dos projetos olímpicos, iniciativas de marketing, e seus impactos na paisagem material e cultural da cidade, este artigo postula que o programa de reestruturação espacial e de construção da imagem de Pequim desempenharam um papel importante no sentido de agravar as profundas desigualdades que vieram a sintetizar a transição da China ao capitalismo no bojo de um sistema político autocrático. Atuando como um motor de desenvolvimento, legitimando transformações urbanas em larga escala, os Jogos Olímpicos auxiliaram a concentrar o poder político e econômico nas mãos de uma coalizão de líderes governamentais e investidores privados, permitindo que seus interesses dominem a agenda de planejamento. As preparações espetaculares para as Olimpíadas de Pequim têm atuado, de muitas maneiras, como uma ferramenta de propaganda e um instrumento de pacificação para desviar a atenção popular dos problemas da rápida transformação econômica da China, acompanhada pela especulação imobiliária desenfreada, corrupção e desenvolvimento desigual.

**Palavras-chave:** Cidade olímpica. Sociedade do espetáculo. Megaeventos.

## **Abstract:**

This article presents a critical review of Beijing's Olympic redevelopment, and of the social, economic and political impacts of hosting mega-events as a means of urban image construction. Through an analysis of Olympic projects, city marketing initiatives, and their impact on the city's material and cultural landscape, this article postulates that Beijing's spatial restructuring and image construction program played an important role in exacerbating the profound inequalities that have come to epitomize China's transition to capitalism within an autocratic political system. Acting as a developmental engine legitimating large-scale urban transformations, the Olympic have helped concentrate economic and political power in the hands of a coalition of government leaders and private investors and allowed their interests to dominate the planning agenda. Beijing's spectacular Olympic preparations have in many ways acted as a propaganda tool and an instrument of pacification to divert popular attention from the shortcoming of China's rapid economic transformation, accompanied by rampant land speculation, corruption, and uneven development.

**Keywords:** Olympic City. Society of the Spectacle. Mega-events.

As últimas décadas têm testemunhado o surgimento de um novo modo de governo urbano empreendedorista em que as cidades, não mais preocupadas estritamente com a gestão do crescimento urbano, agora focam na implementação criativa de recursos para atrair investimentos privados e estimular a economia local. De acordo com David Harvey, este novo empreendedorismo urbano é caracterizado pelo papel central de parcerias público-privadas, pela natureza especulativa de projetos realizados e como forma de mudança de questões de consumo coletivo no sentido de uma economia política de lugar (HARVEY, 2001).

O empreendedorismo urbano está, portanto, bastante embasado na manipulação da paisagem urbana, que é aproveitada como um recurso cultural que pode ser valorizado e remoldado para novos estágios de acumulação de capital e consumo. Neste contexto, estratégias de imagem urbana tornaram-se essenciais geradoras de capital simbólico, auxiliando os mercados urbanos a se promoverem à medida que entram na competição mundial por atração de visitantes e de capital. Visionários urbanos e empresários locais têm, assim, aprendido a remodelar a paisagem urbana para o consumo visual, valorizando imagens arquitetônicas espetaculares e iconografia urbana sedutora na esperança de produzir valor econômico real (HALL, 1998; ZUKIN, 1995).

Intelectuais franceses já haviam previsto, na década de 1960, como a imagem, o espetáculo e o seu consumo dominariam a sociedade no final do século XX (BAUDRILLARD, 1970; DEBORD, 1967, 1988). Enquanto a experiência urbana cotidiana é transformada em mercadoria, a própria cidade é transformada em um espaço de performance, centrada na exibição de mercadorias e consumo simbólico. Atualmente, o espetáculo tornou-se essencial para a sobrevivência das cidades pós-industriais, que, por terem se transformado de centros de produção em centros de consumo, agora têm que se reinventar como destinos de entretenimento e espetáculo urbano.<sup>3</sup>

O espetáculo é tão central para a nova economia urbana que um dos meios mais eficazes para as cidades melhorarem a sua imagem mundial é realizar eventos globais, incluindo exposições mundiais, conferências internacionais ou competições esportivas como a Copa do Mundo ou as Olimpíadas, que são os eventos mais disputados pelas cidades. Sediar eventos de alto nível não só aumenta a visibilidade global por promover a imagem da cidade como um lugar dinâmico e vital, mas também atua, localmente, como um catalisador para o desenvolvimento e um modo de legitimar transformações em larga escala, dando aos governos locais a licença para repriorizar a agenda urbana sem o controle público que normalmente recebe. Isto também permite que os projetos existentes sejam 'acelerados' através dos estágios de planejamento e desenvolvimento a medida que torna-se mais fácil reunir investidores para ajudar a financiar estes projetos (BAADE, 1996; BURBANK, 2001; CHALKEY & ESSEX, 1999; ESSEX & CHALKEY, 1998).

A China tem sido rápida em se atualizar com a ideologia do espetáculo que tem dominado a sociedade global. Desde que conquistou o direito de sediar as Olimpíadas de 2008, Pequim começou a reinventar sua paisagem física e sua imagem internacional para legitimar as suas reivindicações ao status de cidade global. Como um símbolo da emergência da China enquanto líder mundial, Pequim prometeu realizar as melhores Olimpíadas de todos os tempos. Mas, a medida que este plano ambicioso era realizado, também se tornava claro que os Jogos de 2008 seriam os mais caros já sediados, com investimentos de quase 40 bilhões de dólares: três vezes o que Atenas gastou, e mais do que todos os Jogos de Verão desde 1984 juntos (ABRAHAMSON, maio 2005, jul. 2005).

Este trabalho apresenta uma análise crítica das estratégias de Pequim para a construção de sua imagem urbana através da perspectiva da economia política, utilizando a ambiciosa reestruturação para as Olimpíadas como um momento privilegiado para examinar os impactos sociais, econômicos e políticos desta política de desenvolvimento urbano. Guy Debord havia alertado sobre o potencial que o espetáculo possui para despolitizar e sua capacidade de obscurecer a natureza e os efeitos do poder e das privações do capitalismo. De muitas maneiras, os espetaculares projetos Olímpicos de Pequim atuaram como uma cortina de fumaça para esconder os problemas da mercantilização vertiginosa da China, acompanhado por especulação imobiliária desenfreada, corrupção, desenvolvimento desigual e crescentes desigualdades sociais. Este artigo sugere que a espetacular reforma Olímpica de Pequim simboliza a ascensão de uma nova China, onde a igualdade monótona do socialismo foi substituída pelas impressionantes desigualdades do capitalismo.

### **A Grande Transformação**

A metamorfose de Pequim em função das Olimpíadas surgiu em meio do extraordinário surto de construção civil que está transformando a paisagem chinesa a uma velocidade talvez jamais vista na história da humanidade.<sup>4</sup> Embora maior em escala, esta espetacular revolução urbana recorda explosões anteriores de intensas construções que periodicamente transformaram a paisagem de Pequim durante o século XX em resposta a grandes mudanças ideológicas. No final da década de 1950, por exemplo, Mao encomendou uma série de monumentos de inspiração soviética para marcar a ascensão de uma nova nação socialista, enquanto no final da década de 1980, o prefeito Chen Xitong tentou reafirmar o distinto caráter chinês da capital através da imposição de um código de projeto neo-tradicional (BROUDEHOUX, 2001; HUNG, 2006). A nova fase de notável construção iniciado pelo presidente Jiang Zemin em vista dos Jogos Olímpicos ressalta a emergência pública da China como uma nação autoritária totalmente comprometida com o capitalismo.

Na tentativa de modernizar a sua imagem e deixar sua marca na história das Olimpíadas, Pequim tem seguido outras cidades do mundo aspirantes em explorar o poder emblemático da arquitetura como capital cultural.<sup>5</sup> Muito utilizado como uma marca de distinção, ajudando cidades a conquistar vantagem semiótica sobre outros destinos rivais, a arquitetura icônica agora desempenha um importante papel na nova economia política de símbolos. Como símbolos comercializáveis de valor, construções sofisticadas e edifícios de grife tornaram-se ferramentas essenciais de marketing urbano. Motivado pelo que poderia ser chamado de efeito Bilbao<sup>6</sup>, cidades ao redor do mundo embarcaram em uma competição pela proeminência global através da construção de edifícios mais altos, mais ousados e tecnologicamente mais avançados.

Exibindo inovação e ostentação conscientes, esta incrível arquitetura é, atualmente, valorizada, não só por seu poder de publicidade e habilidade para imprimir uma marca no horizonte urbano, mas também é vista cada vez mais como um motor de desenvolvimento econômico (JULIER, 2005).

Sediar os Jogos Olímpicos é, sem dúvida, a principal competição, em que cada novo anfitrião tenta criar monumentos e espetáculos mais deslumbrantes que o seu antecessor. Enquanto outras cidades têm monumentalizado as Olimpíadas, os mega-projetos de Pequim são sem precedentes, e refletem a ambição chinesa de afirmar a sua posição como líder mundial. Ao convidar os

arquitetos mais importantes do mundo para construir instalações olímpicas espetaculares, Pequim esperava mudar a sua imagem antiquada enquanto capital antiga, estagnada em uma tradição conservadora e burocrática, transformando-se numa metrópole mundial futurista e sofisticada. Ao buscar símbolos de progresso, eficiência e sucesso econômico na remodelação de sua capital, a China sinalizou enfaticamente que não deseja mais se atualizar apenas para igualar-se ao resto do mundo moderno, mas que chegou ao cenário mundial e agora tem se esforçado para superar e seguir adiante. Depois de vencer a disputa para sediar os Jogos Olímpicos, Pequim encomendou uma série de projetos olímpicos icônicos, caracterizados por possuírem proporções megalomaniacas, design sofisticado que carrega a assinatura de celebridades globais e um preço altíssimo.

O primeiro grande projeto preparado para as Olimpíadas foi o Teatro Nacional. Concebido pelo presidente Jiang Zemin como um monumento à sua liderança, ele foi concluído recentemente apesar do protesto popular contra o seu design futurista e arquitetura estrangeira, sua proximidade com o coração simbólico da nação em Tiananmen, e o seu custo elevado, avaliado em dez vezes os gastos anuais de alguns estados para combater a pobreza (KAHN, 2004).<sup>7</sup> Sem se deixar abater pela controvérsia, Pequim anunciou uma série de concursos para os projetos das principais instalações olímpicas. Isto resultou em mais de doze objetos arquitetônicos de excelência, exibindo algumas das mais espetaculares características de design jamais vistas, e celebradas com muitos recordes de estatísticas arquitetônicas. Esta arquitetura de padrão global, feita para ser vista de um helicóptero, e ser vislumbrada em grandes telas de televisão, é característico de uma economia baseada na mídia de uma nova cidade empreendedora, que está completamente a serviço do espetáculo.<sup>8</sup>

Entre estas instalações olímpicas, o Estádio Nacional - apelidado de "ninho de pássaro" pelos moradores - é uma estrutura em forma de cesta composta por de 50.000 toneladas de pilares de aço entrelaçados. O Centro Nacional de Natação, ou Cubo d'Água, foi projetado como uma caixa gigante revestida com uma membrana transparente de Teflon imitando bolhas de água, em que luzes e imagens podem ser projetadas. O Centro Wukesong de Cultura e Esporte de Pequim, um estádio de basquete que funciona como um hotel e shopping center, possui dez andares altos de fachadas com telas LED, utilizados para a transmissão ao vivo dos eventos que ocorrem no interior do estádio ou em outros lugares na cidade, e é também usado para publicidade.

### Um resumo dos principais projetos Olímpicos:

Projeto	Empresa de arquitetura	Custo Estimado
Teatro Nacional	Paul Andreu (França)	US\$350.000.000
Estádio Nacional	Herzog & De Meuron	US\$400.000.000
Centro Nacional de Natação	PTW (Austrália)	US\$100.000.000
Centro Wukesong	Burkhardt & partners (Suíça)	US\$543.000.000
Aeroporto Capital	Norman Foster (Reino Unido)	US\$1.900.000.000
CCTV	OMA and Rem Koolhaas (Holanda)	US\$600.000.000

Fonte: <http://beijingolympic2008.wordpress.com/><sup>9</sup>

Outros projetos relacionados às Olimpíadas incluem o terceiro terminal do Aeroporto Internacional. Com a forma de um dragão quilométrico, será a maior construção do mundo, dobrando a capacidade atual do aeroporto da capital. Um exército de 35.000 trabalhadores de construção tem trabalhado continuamente para garantir que ele esteja pronto para a abertura dos Jogos Olímpicos. O último e altamente controverso projeto olímpico é a nova sede da CCTV, rede de televisão Central da China, um loop em forma de trapézio que desafia a gravidade abrigando a principal máquina de propaganda do partido, que promete ser um dos edifícios mais tecnicamente complexos do mundo (COONAN, 2004; KOOL..., 2004; KOOLHAAS..., 2004). Além destes projetos e outras instalações construídas e adaptadas para as Olimpíadas, a cidade também tem elaborado um orçamento de 7 bilhões de dólares para construir novas vias expressas, expansões das linhas de trem e metrô, e para melhora de vias urbanas e estacionamentos.

Ao transformar uma capital socialista conservadora em um museu de arquitetura de vanguarda, estes projetos espetaculares tiveram sucesso em mudar a imagem mundial de Pequim como uma capital conservadora e antiquada, mantendo a cidade sobre os holofotes internacionais. Alguns projetos até aparentaram ser conduzidos por uma publicidade imperativa. Em 2003, Pequim atraiu a atenção mundial ao autorizar uma proposta de remodelação de seu eixo norte-sul por Albert Speer Junior, o filho e homônimo do infame arquiteto de Hitler. Speer influenciou vigorosamente os líderes da cidade para aceitarem o seu plano para um eixo monumental de quinze milhas de comprimento, com o estádio Olímpico e uma nova estação de trem em ambas as extremidades (SUDJIC, 2005). Como se poderia esperar, o projeto, cuja escala superou alguns dos trabalhos de seu pai, causou uma grande comoção em todo o mundo, especialmente na Alemanha, onde ele despertou muitos fantasmas do passado.<sup>10</sup>

Os ousados projetos Olímpicos de Pequim incorporam a ambição da China de demonstrar a sua nova capacidade, a sofisticação e força de vontade de seus líderes políticos. Paradoxalmente, este intenso movimento de destruição criativa pode revelar-se contra produtivo como uma estratégia de marketing da cidade a longo prazo. A novidade trazida por essa arquitetura de prestígio poderia ser de curta duração, pois a sua reprodução em série, rapidamente imitada em outros lugares, poderia apagar em pouco tempo qualquer vantagem de monopólio. Além disso, como a funcionalidade e durabilidade da arquitetura icônica tornou-se um acessório para a sua publicidade potencial, tais espetáculos arquitetônicos poderiam ser condenados a uma rápida obsolescência material e simbólica. Esta abordagem monumental de construção da imagem urbana também é ambientalmente insustentável, pois o boom de construção chinês já consumiu metade da produção anual mundial de concreto e a terça da produção mundial de aço, aumentando os preços mundiais ao ponto de reabrir minas de minério de ferro ao redor do mundo que estavam fechadas há muito tempo (SUDJIC, out. 2005).

### **O Preço da Fama Olímpica**

Não é possível saber exatamente, mas se perguntar como o governo chinês poderia pagar por tão luxuosa Cerimônia Olímpica, em um país onde a renda anual per capita mal consegue atingir a marca dos mil dólares.<sup>11</sup> A maior parte dos fundos de Pequim para as Olimpíadas virá a partir venda de patrocínios e direitos de transmissão dos Jogos. Como os Jogos Olímpicos representam uma oportunidade única para empresas em todo o mundo ganharem visibilidade,

especialmente com o mercado chinês em expansão, a concorrência por parcerias oficiais é feroz, e a receita de Pequim para as Olimpíadas está estimada para ser a maior da história.<sup>12</sup>

Mesmo com tais receitas, o estado ainda precisou contar com o setor privado para construir vários projetos, principalmente através de sistemas de concessão em que investidores privados responsáveis ??pela supervisão da construção tornaram-se operadores por um período de contrato de trinta anos.<sup>13</sup> Apesar de ser majoritariamente financiada pelo setor público, muitas instalações olímpicas serão privatizadas e comercializadas depois dos Jogos, transformadas em novo espaço de lazer e consumo para visitantes estrangeiros e elites locais. A maioria dos projetos tem sido, portanto, construídos com funções pós-Olímpicas em mente. O Centro Nacional de Natação, por exemplo, foi projetado como um palácio de entretenimento completo com piscina de ondas, praia artificial, academia, pista de patinação, cinema, restaurantes e lojas. Outras instalações serão transformadas em estádios de esportes profissionais e clubes privados.<sup>14</sup> Poucos cidadãos de Pequim, no entanto, estão cientes de que muitas das instalações olímpicas que estavam sendo construídas sobre as cinzas de seus antigos bairros não serão acessíveis ao público em geral, mas serão transformadas em resorts de luxo para os novos ricos da China. As preparações para as Olimpíadas teriam contribuído para a criação de novos espaços de exclusão na paisagem de Pequim, usando dinheiro público para financiar a construção de redutos particulares para os ricos.

Além disso, o uso de parcerias público-privadas não garante o sucesso financeiro destes investimentos. Embora a construção de megaprojetos possa representar uma maneira de absorver os excedentes de capital e mão de obra e assegurar estabilidade em face ao crescente descontentamento associado a grandes demissões em empresas estatais, eles frequentemente permanecem com financiamento em déficit o que acarreta em riscos elevados para o estado se os investimentos não dão retorno financeiro no tempo devido, o que poderia levar a uma grande crise fiscal (HARVEY, 2005).

Os impactos sociais de se sediar as Olimpíadas são ainda piores quando os custos de oportunidade são considerados. Governos locais frequentemente desistem de outras oportunidades quando eles escolhem construir infraestruturas desportivas ou subsidiar megaeventos. Mas estes investimentos nem sempre proporcionam um grande retorno em termos de aumento da atividade econômica, empregos e outros indicadores econômicos importantes. Ao investir recursos escassos em projetos olímpicos, muitas vezes o governo tem que cortar serviços vitais e subordinar metas voltadas ao bem-estar às imposições de competitividade local e de crescimento imperativo (BAADE, 1994; OWEN, 2005; LANGE, 1998). Estes projetos não apenas representam um desvio de recursos públicos de investimentos e serviços que carregam verdadeiros benefícios sociais, mas frequentemente resultam em subsídios para o setor privado. Evidências mostram que os principais beneficiados economicamente em megaeventos esportivos são a indústria de radiodifusão global, empresários locais, e especuladores imobiliários que se beneficiam com os elevados valores das propriedades perto de áreas recém-revitalizadas. Os custos das Olimpíadas, tanto sociais como financeiros, são geralmente suportados por aqueles situados na base da pirâmide econômica, que enfrentam os aumentos de impostos, inflação, elevados aluguéis e uma enorme dívida pública que dificulta futuros investimentos em bem-estar (BURBANK, 2001; HORNE & MANZENREITER, 2004; WHITSON & MACINTOSH, 1996). Sediar megaeventos, portanto, traz à tona importantes problemas de igualdade social, espacial e fiscal.

Existem, até o momento, evidências empíricas limitadas de significativos impactos econômicos positivos na realização de Jogos Olímpicos, que se poderiam traduzir em atividades econômicas tangíveis, como aumentos de renda per capita e empregos.<sup>15</sup> As previsões excessivamente otimistas encontradas em estudos de impacto econômico autorizados por governos municipais, que invariavelmente projetam grandes entradas de dinheiro com efeitos positivos a longo prazo sob a forma de lucros, empregos e regeneração física, geralmente servem como ferramentas de relações públicas para justificar a busca de políticas urbanas duvidosas. Apesar destes estudos de viabilidade serem a base responsável pelo comprometimento de grandes fundos públicos, eles raramente são submetidos a revisão e análise. Enquanto os impactos econômicos podem ser, na melhor das hipóteses, transitórios, a dívida pública pode ser bastante real e duradoura. De fato, uma das características mais arriscadas do empreendedorismo urbano é que os governos municipais devem absorver as perdas dos investimentos especulativos de setores privados (HARVEY, 2001).

Atualmente, investir na realização de grandes eventos consagrados permanece uma política pública de alto risco, com gastos imensos em instalações customizadas que podem deixar um embaraçoso elefante branco na paisagem urbana ou custar à liderança uma certa parte do seu poder. Embora investir em icônicos projetos arquitetônicos possa, sem dúvidas, produzir impactos econômicos positivos no reposicionamento de cidades como destinos culturais, tal como no caso de Bilbao ou dos *grand projets* parisienses de Mitterand, isso raramente é o caso de instalações esportivas. Historicamente, tem sido difícil converter instalações olímpicas construídas com propósitos preestabelecidos em instalações comunitárias, por causa de seu tamanho e design específico voltado para competições (BAADE, 1994).<sup>16</sup> Elas são muitas vezes inadequadas como instalações de esporte profissional, e não podem atrair grandes audiências de uma forma regular.<sup>17</sup> Como o exemplo testificado pelo Estádio Olímpico de Montreal, esses locais podem tornar-se um prejuízo financeiro a longo prazo para as cidades-sede. Em 2006, Montreal terminou de pagar a sua dívida olímpica de 1976, que atingiu os 3 bilhões de dólares em dinheiro e juros, 25 vezes o seu orçamento original, uma média de 30 milhões de dólares ao ano por 30 anos. O extravagante estádio olímpico e a má gestão dos Jogos falharam em atingir o aumento esperado na atividade turística e resultou em um importante déficit fiscal para a cidade de Montreal.<sup>18</sup> Depois de anos de aumentos nos impostos, austeridade orçamental e cortes em serviços públicos vitais, os moradores de Montreal estão agora a considerando demolir o estádio vazio, a um custo estimado de US\$ 250 milhões.

A transformação Olímpica de Barcelona tem sido amplamente citada como uma história de sucesso e modelo de planejamento urbano empreendedor, com os Jogos Olímpicos de 1992 atuando como um catalisador para os maiores projetos de infra-estrutura e remodelamento do seu litoral. Todavia, estudos recentes demonstram que apesar da reputação de Barcelona por se adaptar com sucesso à nova economia, a cidade não teve o aproveitamento econômico ou os benefícios sociais previstos. Entre 1985 e 1990, a inflação em Barcelona aumentou dramaticamente, especialmente no mercado imobiliário, em que os preços subiram 235% (MARSHALL, 1996). Depois dos Jogos, a economia de Barcelona na verdade diminuiu com a evaporação do capital fictício, levando a um aumento do desemprego e cortes importantes no sistema de bem-estar. A revitalização teve um efeito drástico sobre os pobres, causando falta de moradia, inflação e remoções, enquanto programas sociais progressistas como transporte público e habitação pública, foram negligenciados. Para os críticos locais, o principal efeito do modelo de Barcelona

tem sido a de transformar a cidade em um dos mais valorizados centros urbanos europeus (DODDS, 2004; MARSHALL, 1996; MCDONOUGH, 1999; MONCLUS, 2003).

Dada a falta de evidências de que investir em megaeventos esportivos e grandes instalações desportivas realmente possam produzir quaisquer dividendos fiscais substanciais, o que faz as cidades aderirem a essa lógica econômica visivelmente irracional e continuarem com a busca destes projetos? Os governos municipais são submetidos a uma enorme pressão por parte de coalizões de crescimento local para manter o mesmo nível de cidades rivais. Mesmo que isto exija um desembolso substancial de recursos para apenas concorrer e apesar das evidências crescentes de que tais investimentos não são sempre economicamente viáveis, a maioria dos governos sentem que não podem se dar o luxo de permanecer simples espectadores desta corrida e suportar a chance de perder para a concorrência global, nacional e regional. No caso de economias em rápido desenvolvimento como a China, a realização de grandes obras públicas também é um meio de estabilização social, como uma saída para absorção de recursos em termos de mão de obra e capital.

Há também benefícios importantes intangíveis que fazem o investimento em megaeventos valer a pena para líderes políticos e coalizões de crescimento urbano. Uma quantia substancial de capital simbólico pode ser adquirida em realizar grandes eventos, um capital que pode ser facilmente convertido em poder econômico, político e social. Representantes da cidade e elites empresariais usam eventos espetaculares e arquitetura de classe mundial para enfatizar sua proeminência na economia simbólica da cidade. Para os políticos, esses investimentos representam meios inestimáveis para melhorar o seu capital político, atuando como troféus para o seu mostruário de desenvolvimento econômico e permitindo-lhes reconfigurar a paisagem para atender às suas necessidades e ambições.

Esta lógica revela a potência da economia simbólica na sociedade contemporânea, uma sociedade marcada pela centralidade do espetáculo e o predomínio do valor simbólico sobre o valor de uso, em que a imagem e reputação frequentemente prevalecem sobre a racionalidade econômica. A aquisição de capital simbólico através da construção de uma imagem urbana tem ganhado tal supremacia que muitos líderes municipais estão agora dispostos a sacrificar a lógica material pela identidade simbólica. Mas enquanto muitos dos benefícios de tais investimentos podem ser intangíveis, as perdas em termos de programas de bem-estar e desigualdade social são bastante tangíveis, embora também sejam muitas vezes consideradas por defensores do progresso como um dano colateral necessário na corrida global pela proeminência simbólica.

### **O Custo das Ambições de Pequim**

Parte do que faz a construção de Pequim para as Olimpíadas realmente extraordinária é que, apesar do seu custo exorbitante, o custo das obras da maioria dos projetos olímpicos foi ilusoriamente baixo, comparado ao que teria sido em outro lugar.<sup>19</sup> Uma das condições que possibilitou Pequim ostentar em projetos olímpicos extravagantes é que a maior parte do terreno em que eles foram construídos foi adquirido a um custo muito abaixo do valor de mercado graças à capacidade do estado de confiscar terras em nome do bem comum (FANG & ZHANG, 2003). O status paradoxal da China como uma economia de mercado conduzida por um estado autoritário facilitou, assim, a demolição de bairros inteiros e despejos em massa de residentes

para os Jogos Olímpicos. O Centro de Direito à Habitação e Remoção (Centre on Housing Rights and Evictions) sediado em Genebra estima que até 2004, trezentos mil cidadãos foram despejados e viram suas casas serem demolidas para dar lugar às instalações olímpicas e projetos de infraestrutura em Pequim (WAN, 2004). Aos residentes foi dado um aviso com um mês de antecedência para deixarem suas casas e receberem uma compensação que representa apenas uma fração do valor de suas propriedades.

Enquanto muitos residentes despejados aceitaram o seu destino como um digno sacrifício a se realizar pela modernização gloriosa de Pequim, outros resistiram. Mas, diante da coerção e até mesmo violência, eles frequentemente não têm escolha a não ser cooperar. As empresas de demolição contratadas pelos desenvolvedores para preparar o terreno para os novos projetos rotineiramente contratam esquadrões de despejo para forçar os residentes teimosos e relutantes a saírem. Algumas de suas táticas incluem cortar o fornecimento de serviços essenciais ou deliberadamente danificar parte de uma casa a fim de torná-la inabitável. Os moradores resistentes são, às vezes, fisicamente ameaçados e agredidos pelos esquadrões de demolição. Em alguns casos, incursões noturnas são conduzidas: moradores são retirados à força e suas casas são demolidas com todos os seus pertences dentro (LIM, 2003, 2004). Tal intimidação desencorajava os moradores de falar com as mídias ou reclamar com as autoridades. O relatório anual da Anistia Internacional de 2004 destaca a prevalência de tais abusos, no que chamou de "um constrangimento dos direitos humanos pelas autoridades chinesas" (MACARTNEY, 2005).

Todos os dias, grupos de residentes enfurecidos se reúnem para organizar uma petição ao governo contra a demolição de suas casas; e milhares têm aberto processos legais contra despejos injustos. Mas, no atual sistema legislativo da China, os interesses dos desabrigados são frequentemente subordinados aos dos ricos e poderosos. Os processos raramente são ouvidos no tribunal, e os manifestantes são regularmente intimidados pelas acusações feitas por abuso de poder, detenção ou vigilância policial. Nestes últimos anos, vários advogados que defendem os direitos dos desabrigados foram presos e acusados com falsas alegações como o furto de segredos de estado (MARKUS, 2003; VERHOVEK, 2003).

O senso de expulsão e de perturbação social pelas vastas demolições e o impacto psicológico de viver em constante medo de ser despejado estão afetando os habitantes de Pequim, principalmente os idosos (LAI & LEE, 2006). Além do trauma psicológico de ser impiedosamente despejados de suas casas, os moradores desabrigados de Pequim frequentemente passam por dificuldades econômicas, à medida que enfrentam um aumento do custo de vida devido ao seu deslocamento para longe de escolas, empregos e serviços. As obras olímpicas também têm provocado um aumento dramático dos preços imobiliários, tornando muito custoso para a população viver próximo ao centro da cidade. Essa perda de casas e comunidades é agravada pela aflição de ser impotente e desprivilegiado. Após tentativas em vão de salvar suas casas ou obter uma compensação justa, algumas pessoas têm recorrido a atos de desespero, na esperança de atrair a atenção para sua causa. Muitas pessoas têm cometido suicídio em áreas públicas, frequentemente com atos radicais de autoimolação (POCHA, 2004).

Infelizmente, tais táticas brutais de remodelação podem trazer resultados duvidosos em termos de construção de imagem urbana. Ao destruir a textura histórica de Pequim e sua paisagem cultural única, elas efetivamente aniquilam uma parte da vantagem competitiva da cidade e apagam as particularidades que têm dado à Pequim suas características únicas. Mas para o governo, a

dispersão dos moradores locais pode servir a um interesse político encoberto, como uma forma de facilitar o controle social e impedir o desenvolvimento de movimentos de resistência, dissolvendo redes de ações comunitárias e enfraquecendo a capacidade organizacional das massas.

### **Estranhos na Cidade**

Um ponto sem volta é alcançado quando um exército reserva esperando ser incorporado no processo de trabalho e se torna estigmatizado como uma massa permanentemente redundante, uma sobrecarga excessiva que não pode ser incluída, nem agora nem no futuro, na economia e na sociedade. Essa metamorfose é [...] a verdadeira crise do capitalismo mundial. (BREMAN, 2002)

Outro fator que explica como Pequim poderia pagar a construção de mais de uma dúzia de instalações monumentais de renome para as Olimpíadas e permitir que os melhores arquitetos do mundo realizassem os seus projetos de seus sonhos, foi a exploração de uma força de trabalho vasta, flexível e descartável. Os custos das obras são notoriamente baixos graças ao exército de trabalhadores migrantes da China (segundo Yardley (2004), aproximadamente 94 milhões) que possuem poucos direitos na cidade e podem ser explorados facilmente por empreiteiros gananciosos. Recebendo em média US\$4,87 por dia, os migrantes trabalham sete dias por semana sob condições precárias, morando em acampamentos nos sítios de obras, em barracas improvisadas ou em andares inacabados dos projetos de construção. Sem direitos de cidadania plena na cidade, eles não podem solicitar subsídios para moradia e educação para os seus filhos.<sup>20</sup> É comum ouvir sobre trabalhadores que não recebem seus salários há mais de um ano ou que foram feridos e não receberam nenhuma compensação (KAHN & YARDLEY, 2004; TOY, 2006). O boom de construção chinesa tem deixado um emaranhado de dívidas entre empreiteiros e subempreiteiros o que frequentemente resulta no não pagamento dos trabalhadores. O governo chinês tem estimado a dívida de salários não pagos aos imigrantes apenas no ano de 2003 em extraordinários 12,1 bilhões de dólares.<sup>21</sup>

A expansão no setor de construção de Pequim tem apenas piorado as condições para muitos trabalhadores, e a violência contra superiores, destruição de propriedades e protestos em massa de trabalhadores migrantes são cada vez mais comuns.<sup>22</sup> Suicídios por saltos de edifícios têm se tornado tão recorrentes entre os trabalhadores não pagos que uma expressão em mandarim, “tiao lou xiu” (literalmente, “saltar de prédios para se mostrar”) foi dada para nomear essas tentativas desesperadas de chamar atenção para esta situação.

As transformações para as Olimpíadas de Pequim revelam, assim, com uma clareza incomum, os paradoxos do espetacular milagre econômico da China, baseado em um regime brutal de exploração, exclusão e desigualdade. Enquanto a nova prosperidade e imagem moderna de Pequim dependem bastante do seu trabalho, os migrantes têm estado entre as principais vítimas da acelerada modernização chinesa.

Os esforços para a construção da imagem olímpica em Pequim não foram limitados ao embelezamento físico, mas também incluíram uma série de programas sociais que visam reformar seus habitantes. Sedar megaeventos frequentemente pressiona uma cidade a reinventar sua imagem e transformar o seu ambiente humano através de reformas sociais e programas disciplinares. Visto que os governos locais buscam eliminar traços visíveis de pobreza e decadência

enquanto produzem cidadãos mansos e obedientes para atender às expectativas globais de civilidade, tais estratégias de embelezamento social podem trazer um enrijecimento do aparato de controle social e a imposição de novos limites às liberdades civis (SENN, 1999; TOOHEY, 2000).

Em Pequim, estes programas “civilizadores” incentivaram as populações locais a se conformar à imagem da China como uma civilização amigável, estável e aberta à modernidade, uma imagem que é incansavelmente construída em slogans, logotipos e outros elementos de publicidade olímpica.<sup>23</sup> Focando em higiene, civilidade e uma boa postura dos locais em relação aos turistas, as mensagens de interesse público na imprensa, televisão e outdoors ensinam o uso correto de sanitários públicos, incentivam as pessoas a sorrir mais, falar inglês, a não cuspir em público e a não andar sem camisa no verão.<sup>24</sup>

Obviamente, o alvo principal dessa campanha civilizatória era a massa de trabalhadores migrantes de Pequim, intensamente retratados como uma ameaça enorme à imagem de modernidade civilizada concebida para os Jogos. Suas maneiras rudes e hábitos não higiênicos, geralmente resultado de suas próprias indigências e exploração, são vistos como uma prova de que precisam de uma reforma. A construção ideológica do migrante como um ser não civilizado, perigoso e patológico tem ajudado na aceitação de sua exploração e desvalorização de seu trabalho, deste modo justificando os grandes abusos que sofrem e legitimando sua exclusão dos direitos plenos de cidadania (ANAGNOST, 2004).

Excluídos da representação idealizada do que seriam os membros valiosos da sociedade chinesa em propagandas olímpicas e folhetos de publicidade, estes migrantes estruturalmente irrelevantes serão provavelmente barrados da participação ativa nas celebrações Olímpicas, mesmo como simples espectadores. Em um passado recente, por ocasião de maiores eventos realizados na capital do país, eles foram forçados a voltar para suas cidades de origem, ou banidos do centro da cidade.<sup>25</sup> Sua criminalização nas mídias oficiais tem se mostrado eficaz em criar uma espécie de psicose com relação à presença deles, que irá, presumidamente, ajudar a justificar sua expulsão antes das Olimpíadas, em nome da “segurança”.

A imagem nacional de prosperidade concebida para os Jogos foi, assim, construída sobre as costas dos pobres, que foram duplamente tributados, primeiramente pelo desvio de recursos públicos para projetos monumentais e depois pela sua exploração direta como trabalhadores ou desabrigados. Obviamente, aqueles que estão pagando pelas Olimpíadas através do próprio sacrifício e de programas de bem-estar social reduzidos não serão aqueles que irão colher os benefícios. O que as massas podem esperar dos Jogos Olímpicos são inflação, direitos civis restritos e segregação sócio-espacial. Desesperados, estes marginalizados pelas transformações olímpicas de Pequim têm se voltado ao espetáculo como uma maneira de atrair a atenção para sua situação - através de protestos públicos, saltando de prédios, ou auto-imolação. Mas suas exposições dramáticas de miséria e aflição parecem patéticos espetáculos secundários em face da grandiosidade das Olimpíadas.

### **A Grande Divisória**

O regime de exploração que tem facilitado o surto de construção olímpica em Pequim é sintomático das grandes divisões sociais que caracterizam a sociedade chinesa do século XXI.

Considerado antes como um país igualitário, nos últimos vinte anos, a China se tornou uma das sociedades mais polarizadas do mundo.<sup>26</sup> Embora a liberalização econômica tenha se provado altamente eficaz na geração de riqueza, os benefícios das reformas não têm sido igualmente divididos e o crescimento econômico tem sido acompanhado pelo aumento de preços e piora dos padrões de vida dos mais pobres. O abismo entre os salários dos ricos urbanos e dos pobres rurais está maior do que antes da revolução de 1949 e as disparidades sociais são comparáveis àquelas das nações mais pobres da África.<sup>27</sup> A polarização social poderá ser um dos assuntos mais explosivos que a China terá que enfrentar neste século.

Em toda a China, expressões públicas de descontentamento são cada vez mais comuns entre as milhões de pessoas que perderam casas, empregos, saúde e pensões. As alegações recentes de corrupção entre funcionários olímpicos de Pequim sobre o uso indevido dos fundos olímpicos também estão alimentando a ira do povo. Segundo relatos do governo, 3,76 milhões de chineses em 2004 estavam envolvidos em 74.000 “incidentes em massa”, ou seja, uma média de 203 por dia, dez vezes mais que na década anterior (CODY, 2005; FRENCH, 2005). Enquanto tensões sobre aumentos na desigualdade de renda, serviços sociais decadentes e de alianças interesseiras entre líderes do partido e empresários têm aumentado, disputas relacionadas à posse de terra continuam a ser o principal motor de perturbações sociais na China contemporânea (MAGNIER, 2005; MARQUAND, 2004; POCHA, 2005).

Visto que as transformações olímpicas de Pequim agravam as desigualdades sociais, as autoridades chinesas estão visivelmente preocupadas com as potenciais consequências deste desenvolvimento incontrolável para a estabilidade nacional. Por toda a China, disputas por confiscos de terras e despejos de moradores levaram a confrontos violentos, o que eventualmente conduziu a insurreições locais.<sup>28</sup> O Ministério de Obras Públicas admitiu recentemente que recebeu três vezes o número de reclamações no primeiro trimestre de 2004 do que o recebido no mesmo período do ano anterior: até o fim do mês de junho, 4.000 grupos e mais de 18.600 pessoas em todo o país apresentaram queixas sobre supostas transferências ilícitas de terra (CODY, 2004; KURTENBACH, 2005).

A centralidade das questões de equidade de terra nos últimos confrontos sociais não é por acaso. A redistribuição de terras foi um dos princípios básicos da Revolução Comunista. A crescente conscientização de que muito da nova riqueza e corrupção surge do desenvolvimento e especulação no setor imobiliário, frequentemente às custas diretas dos pobres, tem provocado demandas por um mínimo de justiça distributiva.<sup>29</sup> O descontentamento geral não vem só da perda de moradias e do sustento, mas também da violação de um direito fundamental de cidadania. O Partido Comunista que uma vez lutou ao lado dos trabalhadores contra a exploração capitalista está, agora, apoiando os capitalistas em sua luta contra os trabalhadores. A propriedade que uma vez foi confiscada dos ricos e redistribuída para os pobres é, agora, retirada dos pobres e dada aos empresários do setor imobiliário e governos locais empreendedores. Para muitos cidadãos chineses, estas transações representam uma violação no contrato social que tem ligado o povo chinês e o Partido Comunista desde 1949. A percepção crescente de que o estado pode não ser capaz ou estar disposto a viver de acordo com a sua responsabilidade moral de apoiar famílias pobres e trabalhadores, começou a corroer a lealdade que o partido ainda mantinha entre os mais desfavorecidos.

## Contendo o Caos

Bastante consciente do potencial explosivo da situação, o governo chinês teme que a crescente instabilidade social possa prejudicar o desenvolvimento econômico, ameaçar a estabilidade nacional e, em última análise, enfraquecer o poder do partido. Um editorial publicado em novembro de 2004 pela agência oficial de notícias da China claramente sugere que a nação está em uma "encruzilhada" social que poderia levar a uma "idade do ouro no desenvolvimento" ou uma "era de caos cheia de contradições" (MARQUAND, 2004). Tais admissões surpreendentemente sinceras testemunham as mudanças importantes que ocorreram no executivo nacional em setembro de 2004, quando Hu Jintao assumiu o poder total após a renúncia de Jiang Zemin como chefe do exército chinês.

Apresentado como populista, pragmático e transparente, o governo Hu imediatamente iniciou uma série de medidas para lidar com tensões crescentes e apaziguar o descontentamento social. O estado prometeu publicamente retardar o confisco de terras, reduzir demolições, e ordenou um congelamento na conversão de terras agrícolas para uso industrial.<sup>30</sup> De forma similar, para abafar a crítica pública sobre o programa Olímpico do estado e lidar com as ansiedades populares sobre o uso de fundos públicos para construir projetos vaidosos na capital do país, o governo Hu solicitou uma reavaliação completa dos preparativos Olímpicos, logo depois que foi revelado que Atenas tinha ultrapassado o seu orçamento Olímpico em 30%. Várias instalações foram reduzidas e os prazos de construção foram atrasados em um ano.<sup>31</sup> Embora os cortes nas despesas Olímpicas fossem notáveis?, especialmente em termos de consumo de aço, estas iniciativas altamente divulgadas pareciam ser motivadas mais pelo desejo de dissipar a raiva e aliviar o ressentimento do que por um verdadeiro compromisso com a austeridade financeira. Em vários casos, as mudanças foram superficiais e não atrapalharam drasticamente os projetos. A construção de todas as onze novas instalações Olímpicas foi retomada em pouco tempo.

As medidas feitas para cortar gastos foram acompanhadas por uma mudança na retórica Olímpica, visto que as autoridades começaram a falar sobre jogos "econômicos e prudentes", e procurou reavivar o entusiasmo popular para os Jogos Olímpicos, reformulando o evento como "os jogos do povo" (FANG, 2004; GANG, 2004; HAWTHORNE, 2004; WATTS, 2004; WEN, s/ data). Na tentativa de desviar a atenção dos problemas mais urgentes da nação, o governo Hu usaria cada vez mais os Jogos Olímpicos como uma ferramenta de propaganda para promover a coesão nacional e reunir um povo dividido em torno de uma causa comum.<sup>32</sup> Ao apresentar as Olimpíadas como um grande empenho patriótico, celebrando o orgulho nacional da China e suas legítimas reivindicações de status de poder mundial, o governo procurou conter perturbações de ordem pública.

No entanto, simples táticas de desvio e pacificação simbólica podem revelar-se insuficientes para controlar a opinião pública. A contínua repressão contra jornalistas independentes, dissidentes cibernéticos, escritores críticos, intelectuais liberais, ativistas sindicais e advogados socialmente engajados têm incutido um clima de medo em toda a China, visando intimidar manifestantes em potencial e incentivar o autopolicamento.

No verão de 2006, os preparativos para os Jogos Olímpicos de Pequim foram abalados por uma série de alegações de corrupção de alto nível com relação ao desvio de fundos olímpicos. Em junho, o vice-prefeito de Pequim, Liu Zhihua, foi afastado do cargo e acusado de corrupção e de viver uma "vida degenerada", acusações pelas quais ele agora enfrenta a pena de morte.

Supostamente, Liu solicitou mais de \$1 milhão em subornos enquanto supervisionava a construção para as Olimpíadas de 2008 e atuava como a autoridade superior das demolições feitas na cidade (KAHN, 2006; MAGNIER, 2006; O'NEILL, 2006; SPENCER, 2006). Algumas semanas após sua prisão, o diretor geral do Escritório Geral dos Projetos de Construção de Pequim 2008, a agência afiliada ao governo que supervisiona a construção das instalações olímpicas, também pediu demissão por causa de acusações de corrupção. O presidente da maior empresa estatal de desenvolvimento da cidade também foi detido em conexão com um projeto de desenvolvimento especulativo do lado oeste do Parque Olímpico.<sup>33</sup>

Enquanto relatos da imprensa estrangeira descreviam a queda de Liu como um grande golpe para a promessa oficial de que as Olimpíadas de 2008 seriam as "mais limpas da história," o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos (em inglês, o Beijing Olympic Games Organising Committee, BOCOG) foi rápido em se distanciar do escândalo, insistindo que Liu não participava diretamente nas preparações. A mídia oficial chinesa não falou tanto sobre o assunto, enfatizando os delitos sexuais de Liu em uma clara tentativa de desviar a atenção das implicações mais graves de grande corrupção no coração do polêmico programa de desenvolvimento.<sup>34</sup>

Com o início dos Jogos Olímpicos se aproximando, o governo estava obviamente cansado dos vários grupos de interesse aproveitando a presença das mídias internacionais como uma plataforma para expressar o seu descontentamento e assegurar que as suas vozes fossem ouvidas. As autoridades sabiam que repressões violentas aos protestos poderiam representar uma séria ameaça para a operação dos Jogos, como foi o caso da Cidade do México em 1968 e de Seul em 1988, quando estudantes se aproveitaram das Olimpíadas para organizar grandes protestos às vésperas dos Jogos.<sup>35</sup> Se uma Olimpíada sem incidentes poderia causar uma mudança na opinião pública mundial em favor da China, qualquer tipo de violência associada aos Jogos poderia atrair uma atenção negativa da mídia e comprometer todos os custosos esforços do estado para criar uma boa imagem.

O teste pode vir justamente antes dos Jogos. No fim de 2007, o boom de construção que se instalou em Pequim em função das Olimpíadas irá parar completamente, quando todos os canteiros de obras na cidade encerrarem suas atividades para deixar a poeira assentar a tempo para os Jogos. Enquanto algumas dezenas de milhares de trabalhadores podem se mudar para outras cidades, alguns poucos podem voltar para as suas cidades natais voluntariamente, e a possibilidade de milhares de trabalhadores desempregados perambulando pela capital durante os meses que antecedem os Jogos é preocupante. Apenas o tempo dirá se o uso governamental de seu monopólio de violência para reprimir essa dissidência pode ser evitado.

## Conclusão

Os Jogos Olímpicos teriam desempenhado um papel importante na reinvenção da Pequim pós-socialista de uma forma física e política. Atuando como um motor de desenvolvimento, que legitimou transformações urbanas de grande escala, as Olimpíadas aceleraram as profundas desigualdades que têm caracterizado a transição da China para o capitalismo no âmbito de um sistema político autocrático. A reestruturação urbana tem ajudado a concentrar o poder econômico e político nas mãos de uma coalizão de líderes do governo e investidores privados ligados ao partido comunista ao permitir que seus interesses dominem a agenda de planejamento e reformem

a paisagem urbana. Concentrando o capital em certos setores da cidade enquanto privava o investimento em outros lugares, as renovações olímpicas agravaram a polarização sócio-espacial preexistente, reduzindo ainda mais os direitos dos novos pobres de Pequim enquanto permite que os novos ricos aumentem o seu controle sobre o centro urbano. No nível nacional, a transformação de Pequim para as Olimpíadas também resultou em uma maior concentração de capital nacional e internacional em um dos centros metropolitanos da China, confirmando, assim, as novas tendências urbanas do estado e agravando as divisões sempre crescentes entre as zonas rurais e urbanas.

De diversas maneiras, a espetacular reconstrução de Pequim serviu como um instrumento de pacificação para desviar as atenções populares dos problemas sociais e contradições e diminuir a oposição às reformas em larga-escala. Através de seus projetos monumentais e recuperação patriótica, as preparações Olímpicas de Pequim atuaram como um espetáculo intoxicante para pacificar o povo, enfraquecer a sua resistência e corroer a sua capacidade de reagir. As fraturas sociais e a perda de solidariedade nas comunidades, resultantes do deslocamento dos desfavorecidos e sua dispersão em periferias distantes, tem reduzido o poder organizacional das massas.

O espetáculo urbano apresentado pelos Jogos pode ter ajudado a ocultar uma agenda política mal disfarçada. Sob o pretexto de um evento global promovendo o prestígio internacional da China e fortalecendo a economia de Pequim, as Olimpíadas auxiliaram na consolidação do monopólio estatal sobre o poder, concentrando os bens econômicos nas mãos de uma minoria, enquanto torna mais fácil controlar uma população mansa, distraída e não organizada.

À medida que a data das Olimpíadas se aproxima, uma nova cidade deslumbrante emerge atrás dos guindastes e cercas de obras. Para muitos, a Pequim pós-socialista é um paraíso de oportunidade, criatividade e estilo de vida; uma cidade de infinitas possibilidades, oferecendo a promessa de um futuro brilhante. Mas, para os mais críticos, esta nova Pequim delirante é uma cidade de concorrência de egos, oportunismo egoísta e promessas não cumpridas. É uma cidade sem urbanidade, onde objetos de arquitetura megalomaniaca são construídos nas cinzas de um tecido urbano orgânico. Esta nova metrópole reflete a sociedade que a constrói e habita: uma sociedade cada vez mais individualista que sacrifica propositalmente um indivíduo mais coeso e solidário, onde uma elite predatória de empresários do setor privado, tecnocratas e membros do partido anseiam por uma população vulnerável e destituída dos seus direitos civis. Embora a nova imagem oficial de Pequim seja apresentada como a realização de um sonho de ver a restauração do orgulho da China, para aqueles que foram excluídos dessa representação, o sonho tem se tornado um pesadelo de esperanças traídas, injustiça e desespero. O tempo revelará se a resistência ao espetáculo é possível ou se a ascensão espetacular desta nova metrópole vai conseguir iludir os cidadãos chineses e desviar as atenções públicas das tragédias humanas que ocorrem em sua sombra.

## **Notas**

- <sup>1</sup> Uma versão anterior e mais curta deste artigo foi apresentada no 36º encontro anual da Urban Affairs Association realizada em Montreal, Canadá, e aparecerá em Davis & Monk (2007).
- <sup>2</sup> A autora gostaria de agradecer a Mike Davis, John R. Short e revisores anônimos da Urban Affairs pelos seus comentários construtivos que ajudaram a transformar este trabalho.

- <sup>3</sup> Sobre marketing urbano, ver Ashworth & Voogd (1990) e Kearns & Philo (1993).
- <sup>4</sup> Nos últimos anos, a taxa de urbanização da China tem se mantido em, aproximadamente, 15% ao ano, transformando as cidades chinesas através de um descontrolado processo de desenvolvimento e especulação imobiliária, tornando o país mais dependente de fontes estrangeiras de matéria prima e energia. De acordo com algumas estimativas, um bilhão de pés quadrados (**Nota do tradutor: aproximadamente 92,9 milhões de metros quadrados**) de escritórios, lojas e apartamentos serão acrescentados à paisagem de Pequim em 2008 - o equivalente a três Manhattans - totalizando um investimento de US\$ 160 bilhões em construção (MELLOR & CHENG, 2006).
- <sup>5</sup> Para mais informações sobre o papel desempenhado pela arquitetura na nova economia política de símbolos ver Crilly (1993), Graeme (2003) e Miles & Miles (2004)
- <sup>6</sup> Em referência ao renascimento urbano desfrutado pela cidade espanhola de Bilbao, onde a construção de um espetacular novo museu de arte, projetado pelo famoso arquiteto Frank O. Gehry em 1997, promoveu o desenvolvimento de um novo distrito de negócios em torno da área de docas abandonadas e colocou a cidade sob os holofotes internacionais, aumentando o seu turismo cultural e transformando uma região degradada em um símbolo universal de inovação arquitetônica.
- <sup>7</sup> Para mais informações sobre o Teatro Nacional, ver Broudehoux (2004, p.225-231).
- <sup>8</sup> Como os verdadeiros lucros provenientes dos Jogos Olímpicos vêm através dos direitos de transmissão global, as instalações olímpicas são agora projetadas em colaboração com as redes de televisão, para facilitar a transmissão e criar uma imagem de televisão atraente para o público do mundo inteiro.
- <sup>9</sup> Ver também Beijing... (2003, p.5), Jakes (2004), Long (2004) e Xiaojing & Goldhorn (2004).
- <sup>10</sup> De fato, Speer Jr. teve uma atuação como arquiteto bem estabelecido por vários anos na China, e trabalhou em várias comissões públicas antes deste evento. A atenção dada pela mídia para a sua entrada no projeto do eixo de Pequim pode ter sido exagerada além das proporções pela imprensa internacional, constantemente em busca de histórias sensacionalistas sobre a China (ARCHITECT..., 2004; AUGUST, 2003; BERNSTEIN, 2003; HALL, 2003; URBAN..., 2003).
- <sup>11</sup> De acordo com o Escritório Nacional de Estatísticas em Pequim, a renda per capita média atingiu US\$ 1090 em 2003. Ver [www.stats.gov.cn/english/contactus.htm](http://www.stats.gov.cn/english/contactus.htm).
- <sup>12</sup> Empresas pagarão 62 milhões de dólares pelo direito de ser um parceiro oficial das Olimpíadas de 2008. A Coca Cola sozinha irá, supostamente, pagar um bilhão de dólares para Pequim, reforçando o seu usual comprometimento como patrocinador (GODFREY, 2004).
- <sup>13</sup> Por exemplo, o Estádio Nacional é construído pelo grupo CITIC, um conglomerado transnacional que colaborou com 42% dos fundos para a construção, enquanto os 58% restantes foram arrecadados pelo governo municipal, através da empresa estatal Assets Management Company. As duas companhias estabeleceram em parceria a companhia Estádio Nacional, responsável por aspectos como investimento, projeto, construção, operação e gerência da instalação para os jogos, e esta companhia possuirá os direitos de operação do Estádio Nacional pelos próximos 30 anos (CONSORTIUM..., 2003).
- <sup>14</sup> Outros exemplos incluem o Hipódromo de Pequim, que será transformado em um campo de golfe. Por sua vez, a vila Olímpica será convertida em uma área comercial residencial, com instalações privatizadas incluindo um centro de entretenimento, um centro de convenções e uma escola internacional (ONG, 2004).
- <sup>15</sup> Alguns discutem que as expectativas são ainda piores em países em desenvolvimento, onde os custos de oportunidade em fornecer instalações de alto nível são muito maiores e a falta de infraestrutura moderna requer investimentos adicionais significativos (BAADE & DYE, 2002; HORNE & MANZENREITER, 2004; OWEN, 2005).
- <sup>16</sup> Para mais, ver Whitson & Macintosh (1996).
- <sup>17</sup> Com respeito a este assunto, os exemplos de Seul, Sydney e Atenas depois das Olimpíadas e do Japão depois da Copa do Mundo de 2002 são eloquentes.

- <sup>18</sup> Ao longo desses 30 anos, o estádio acumulou 170 milhões de dólares em perdas anuais de operação. Tendo perdido o seu time profissional de baseball por causa de um design inapropriado, o estádio foi ficando vazio com o tempo, apesar das ocasionais exibições de cães ou carros. Até mesmo shows de rock são agora realizados no novo estádio de hockey melhor adaptado para tais eventos (LEVINE, 2003; MORIN, 1997).
- <sup>19</sup> De acordo com algumas estimativas, os custos de construção são dez vezes mais baratos na China quando comparado à maior parte do mundo industrializado, e até catorze vezes quando comparado a cidades mundiais como Nova York e Londres (LUBOW, 2006).
- <sup>20</sup> Há mais de 3 milhões de migrantes em Pequim, uma cidade de 13 milhões de habitantes. Funcionários das Olimpíadas estimaram em torno de trinta mil o número de trabalhadores diretamente envolvidos na construção das instalações olímpicas, e há outros milhares envolvidos em trabalhos de infraestrutura e outros projetos como o novo terminal do aeroporto.
- <sup>21</sup> O vice-primeiro ministro Zeng Peiyan revelou, em setembro de 2004, que um total de 360 bilhões de yuan (US\$43 bilhões) em salários ainda não foram pagos aos migrantes trabalhadores em vários projetos investidos pelo governo ou promotores imobiliários. Dadas as estatísticas notoriamente incertas do estado, esta estimativa deve ser vista como uma estimativa moderada (JING, 2004; MAGNIER, 2004).
- <sup>22</sup> Em outubro de 2005, o trabalhador migrante Wang Binyu foi executado depois de matar quatro pessoas em um tumulto por causa de salários não pagos (TOY, 2006).
- <sup>23</sup> Os mascotes olímpicos, os “Cinco Amigáveis”, estas criaturas carinhosas cujos respectivos nomes formam a frase “Pequim te dá as boas-vindas” exemplificam a tentativa chinesa de suavizar sua imagem como uma das últimas grandes ditaduras do mundo, por apresentar a si mesma como a “superpotência amigável”. Da mesma forma, a evolução do slogan olímpico de Pequim invoca a mudança de prioridades do Comitê Organizador na publicidade dos Jogos. A partir do inicial “Pequim Nova, Grandes Olimpíadas”, que sugere a transformação que estava por vir, o slogan evoluiu para “Olimpíadas Verdes, Olimpíadas de Alta Tecnologia” nos primeiros anos após a conquista do privilégio de sediar as Olimpíadas, revelando as tentativas de reformar a imagem antiquada da cidade. Em junho de 2005, um novo slogan, “Um Mundo, Um Sonho”, foi criado, o que atesta as crescentes ambições globais da China.
- <sup>24</sup> Para saber mais sobre o processo civilizatório de Pequim, especialmente sobre a tão chamada revolução do banheiro da cidade, ver Broudehoux (2004, p.174-188). Para uma discussão similar sobre a exibição mundial de 1988, ver também Bennett (1991).
- <sup>25</sup> Por exemplo, sobre os Jogos Asiáticos, ver Broudehoux (2004, p.152-155).
- <sup>26</sup> De fato, o socialismo nunca erradicou totalmente a desigualdade social, visto que a sociedade era organizada segundo um regime de cidadania desigual entre habitantes rurais e urbanos (ANAGNOST, 2004).
- <sup>27</sup> Em junho de 2005, autoridades anunciaram que os níveis de pobreza na China têm crescido desde 1978, e agora os 10% mais ricos da população controlam 45% da riqueza nacional enquanto os 10% mais pobres possuem pouco mais que 1% (XINHUA NEWS AGENCY apud. GOODMAN, 2005). Sobre desigualdades crescentes, ver também Hui (2003).
- <sup>28</sup> Proprietários rurais que tiveram suas terras confiscadas para a expansão urbana e desenvolvimento residencial cada vez mais levam suas reclamações para as ruas. Por exemplo, em 20 de agosto de 2004, centenas de insatisfeitos bloquearam o trânsito em um subúrbio de Pequim com bicicletas e riquixás em protesto aos confiscos de terra nos arredores da cidade. Semelhantemente, em dezembro de 2005, policiais chineses mataram 20 manifestantes próximos a Hong Kong que estavam reivindicando compensações adequadas por confiscos de terra para construção de uma usina elétrica (CODY, 2004; CRANE, 2005).
- <sup>29</sup> Praticamente metade da lista das 100 pessoas mais ricas da China em 2004 eram promotores imobiliários, segundo a Revista Forbes (PEI, 2006). E um estudo recente sobre as 20.000 pessoas mais ricas da China constatou que apenas 5% enriqueceram pelo seu próprio mérito, e mais de 90% tem conexões com esferas de alto escalão do governo ou funcionários do partido (GOODMAN, 2005; POCHA, 2005).

- <sup>30</sup> O parlamento chinês também anunciou o seu plano de abolir as antigas taxas agrícolas do país, colocando fim a uma cobrança que tem sobrecarregado agricultores chineses por 2.600 anos. A Comissão Central do partido também puniu muitos funcionários envolvidos em acordos ilegais de terra e expulsou o antigo ministro de terras e recursos por arrecadar mais de 600.000 dólares em subornos (CODY, 2004; KURTENBACH, 2005).
- <sup>31</sup> Por exemplo, os projetistas do Estádio Nacional tiveram que reduzir a quantidade de aço usado no projeto e omitir o planejado teto retrátil. Mas o projeto permaneceu essencialmente inalterado.
- <sup>32</sup> O estado continuaria a desempenhar o papel nacionalista, na tentativa de converter as frustrações reprimidas em fervor patriótico ao redirecionar o ressentimento popular para questões periféricas. Em abril de 2005, as autoridades chinesas endossaram uma série de manifestações públicas anti-japonesas em toda a China, permitindo que as pessoas expressassem sua raiva depois da publicação de um livro de história japonesa que minimizou as atrocidades das épocas de guerra japonesas. A reunião dos 10.000 manifestantes que ocorreu nas ruas de Pequim foi o maior protesto desde 1999, quando uma série de manifestações semelhantes sancionadas pelo estado contra o bombardeamento americano da embaixada chinesa em Belgrado. Mas à medida que os protestos anti-japoneses começaram a ganhar força em um período de alguns dias, o estado descobriu os riscos importantes em se utilizar tal estratégia de desvio de atenção, e percebeu que um público descontente, uma vez descontrolado, pode ser difícil de conter (MAGNIER, 2005; MANNING, 2001).
- <sup>33</sup> Em parte pertencente ao governo de Pequim e em parte cotado na bolsa de valores de Hong Kong, a companhia imobiliária Capital Land é a sexta maior do continente.
- <sup>34</sup> Estes incluem o caso de Wang Shouwe, um oficial militar de alta patente acusado de aceitar milhões de dólares americanos em subornos de empreiteiras.
- <sup>35</sup> Semanas antes dos Jogos de Verão de 1968 na Cidade do México, milhares de estudantes se manifestaram em protesto contra o gasto dos fundos públicos em preparações para os Jogos à custa de cortes ao bem-estar social. O governo mexicano, temendo o cancelamento dos Jogos, respondeu com uma repressão violenta que matou centenas e hoje é conhecida como o Massacre de Tlateloco. Os Jogos tiveram prosseguimento com algum protesto da comunidade internacional. (HOBERMAN, 1986). Em Seul, estudantes coreanos e grupos de oposição utilizaram habilmente o foco da mídia internacional nas Olimpíadas para promover a frágil transição de uma ditadura militar para uma democracia pluralista. Em junho de 1987, uma massiva mobilização popular se instalou em toda a Coreia do Sul. Diante desta crise política, a comunidade internacional ameaçou mudar as Olimpíadas para um novo local se uma rápida solução não fosse encontrada. Sob tanta pressão internacional, o governo sul-coreano finalmente atendeu às demandas dos manifestantes, e promoveu diversas reformas democráticas importantes, que finalmente forçaram o General Chun a pedir exoneração. Como resultado, as primeiras eleições democráticas presidenciais em dezesseis anos foram realizada em dezembro de 1987 (LANGE, 1998; LARSON & HEUNG-SOO, 1993).

## Referências

ABRAHAMSON, A. Built-In Commitment - Beijing has become a huge construction site in order to stage the 2008 Olympics. Los Angeles Times, 14 de julho de 2005, p.D-5.

ABRAHAMSON, A. Games Bring In US\$9.6 Million. Los Angeles Times, 13 de maio de 2005, p.D-5.

ANAGNOST, A. The corporeal politics of quality (suzhi) . Public Culture, v.16, n.2, p.189-208, 2004.

ARCHITECT Sheds Father's Legacy in China. Deutch-welle world, 20 de abril de 2004.

ASHWORTH, G. J.; VOOGD, H. Selling The City: Marketing Approaches in Public Sector

Urban Planning. Londres: Belhaven Press, 1990.

AUGUST, O. Beijing signs up son of Hitler's architect. London Times, 14 de fevereiro de 2003.

BAADE, R. A. Professional Sports As Catalysts for Metropolitan Economic Development. Journal of Urban Affairs, v.18, n. 1, p.1-17, abril 1996.

BAADE, R. A. Stadiums, professional sports, and economic development, Assessing the Reality. Perspectives, v.62, 1994.

BAADE, R. A.; DYE, R. Sports Stadiums and Area Development. Economic Development Quarterly, v.2, 2002, p.265-275.

BAUDRILLARD, J. La société de consommation. Paris: Gallimard, 1970.

BEIJING Readies facilities plans. China Daily, 12 de julho de 2003, p.5.

BENNETT, T. The Shaping of Things to Come: Expo '88. Cultural studies, v.5, n.1, p.33-51, 1991.

BERNSTEIN, R. The House of Speer: Still Rising on the Skyline. The New York Times, 27 de fevereiro de 2003.

BREMAN, J. The Labouring Poor in India: Patterns of Exploitation, Subordination, and Exclusion. Oxford University Press, 2002, p.13.

BROUDEHOUX, A. Learning from Chinatown: The Search for a Modern Architectural Identity, 1911-1998. In: ALSAYYAD, N. (Ed.). Hybrid Urbanism: On the Identity Discourse and the Built Environment. Westport e Londres: Praeger, 2001, p.156-180.

BROUDEHOUX, A. The Making and Selling of Post-Mao Beijing. Londres e Nova York: Routledge, 2004.

BURBANK, M. Olympic Dreams: The Impact of Mega-Events on Local Politics. Boulder, Colo.: Lynne Rienner Publishers, 2001.

CHALKEY, B. S.; ESSEX, S. J. Urban development through hosting international events: a history of the Olympic Games. Planning Perspectives, v.14, n.4, p.369-394, 1999.

CODY, E. A Chinese City's Rage At the Rich And Powerful - Beating of Student Sparks Riot, Looting. Washington Post, 1 de agosto de 2005, p.A1.

CODY, E. China's Land Grabs Raise Specter of Popular Unrest. Washington Post, 5 de outubro de 2004, p.A1.

CONSORTIUM wins bid for National Stadium. China Daily, 11 de agosto de 2003.

COONAN, C. Empire building. South China Morning Post, 22 de outubro de 2004, p. 5.

CRANE, S. In China, It's powerlessness to the people. Los Angeles Times, 18 de dezembro de 2005.

CRILLEY, D. Architecture as Advertising: Constructing the Image of Redevelopment. In: KEARNS, G.; PHILO, C. (Eds.). Selling Places: The City as Cultural Capital, Past and Present. Oxford: Pergamon Press, 1993

- DAVIS, M.; MONK, D. *Evil Paradizes: Dreamworlds of Neoliberalism*, Nova York: New Press, 2007.
- DEBORD, G. *Commentaires sur la société du spectacle*. Paris: Gallimard, 1992 (1988).
- DEBORD, G. *La société du spectacle*. Paris: Gallimard, 1992 (1967).
- DODDS, D. *Barcelona: The Making of a Cultural City*. In: MILES, M.; HALL, T. (Eds.). *The City Cultures Reader*. Nova York: Routledge, 2004, p.177-182.
- ESSEX, S. J.; CHALKEY, B. S. *The Olympics as a catalyst of urban renewal*. *Leisure Studies*, v.17, n.3, p.187-206, 1998.
- FANG, D. *Tight grip on the budget; 'Frugal Games' is guiding principle for planners who decide that 'less is more'*. *South China Morning Post*, 1 de setembro de 2004, p.10.
- FANG, K.; ZHANG, Y. *Plan and market mismatch: Urban redevelopment in Beijing during a period of transition*. *Asia Pacific Viewpoint*, v.44, n. 2, , p.149-162, agosto 2003.
- FRENCH, H. W. *Alarm and disarray on rise in China*. *The New York Times*, 24 de agosto de 2005.
- GANG, L. *Beijing tries to rein in costs for 2008*. *CRI News*. 31 de agosto de 2004.
- GODFREY, M. *Going for Gold*. junho 2004. Disponível em: <[www.sinomedia.net/eurobiz/v200406/story0406.html](http://www.sinomedia.net/eurobiz/v200406/story0406.html)>.
- GOODMAN, P. S. *Rural Poor Aren't Sharing in Spoils of China's Changes*. *Washington Post*, 12 de julho de 2005, p.A1.
- GRAEME, E. *Hard-Branding the Cultural City—From Prado to Prada*. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.27, n.2, p.417-440, junho 2003.
- HALL, A. *Hitler's dream city comes alive in the East*. *The Scotsman*, 14 de fevereiro de 2003, p.3.
- HALL, T. (Ed.). *The Entrepreneurial City: Geographies of Politics, Regimes and Representation*. Chichester: John Wiley and Sons, 1998.
- HARVEY, D. *From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism*. In: *Spaces of capital: Towards a critical geography*. Nova York: Routledge, 2001, p.345-368.
- HARVEY, D. *Neoliberalism 'with Chinese Characteristics'*. In: HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press, 2005, p.132.
- HAWTHORNE, C. *China Pulls Up the Drawbridge*. *The New York Times*, 19 de setembro de 2004.
- HOBERMAN, J. M. *The Olympic Crisis: Sport, Politics and the Moral Order*. Austin: University of Texas, 1986.
- HORNE, J. D.; MANZENREITER, W. *Accounting for Mega-Events*. *International Review for the sociology of sports*, v.39, n.2, 2004, p.187-203.
- HUNG, W. *Remaking Beijing: Tiananmen Square and the Creation of a Political Space*.

Londres: Reaktion, 2006.

HUI, W. China's New Order: Society, Politics and Economy in Transition. Harvard University Press, 2003.

JAKES, S. Soaring ambitions. The world's most visionary architects are rebuilding China. Times Asia. 26 de abril de 2004.

JING, F. Zeng: Pay all owed wages to migrant workers. China Daily, 24 de setembro de 2004.

JULIER, G. Urban Designscapes and the Production of Aesthetic Consent. Urban Studies, v.42, n.5-6, p.869-887, maio 2005.

KAHN, J. A Glass Bubble That's Bringing Beijing to a Boil. The New York Times, 15 de junho de 2004, p.A1.

KAHN, J. China, Citing Corruption, Fires Olympic Building Chief. The New York Times, 12 de junho de 2006, p.A-11.

KAHN, J.; YARDLEY, J. Amid China's boom, no helping hand for young Qingming. The New York Times, 1 de agosto de 2004, p.A1;A4.

KEARNS, G.; PHILO, C (Eds.). Selling Places: The City as Cultural Capital, Past and Present. Oxford: Pergamon Press, 1993.

KOOL enough for Beijing. China Daily, 2 de março de 2004.

KOOLHAAS as seen by the architectural world. China Daily, 2 de março de 2004, p.13.

KURTENBACH, E. Chinese Lose Homes, Farms in New Land Grab. Los Angeles Times, 6 de março de 2005, p.A-3.

LAI, G.; LEE, R. P. L. Market Reforms and Psychological Distress in Urban Beijing. International Sociology, v.21, n.4, p.551-579, 2006.

LANGE, P. The Games Cities Play: The Staging of the Greatest Socio-Economic Event in the World. Pretoria: Sigma Press, 1998.

LARSON, J. F.; HEUNG-SOO, P. Global Television and the Politics of the Seoul Olympic Games. Boulder, Colorado: Westview Press, 1993.

LEVINE, M. V. Tourism infrastructure and urban redevelopment in Montreal. In: JUDD, D. R. (Ed.). The infrastructure of Play: Building the Tourist City. Nova York e Londres: ME Sharpe, 2003, p.245-270.

LIM, L. China detains demolition gang. BBC News, 31 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/go/pr/fr/-/1/hi/world/asia-pacific/3229583.stm>>.

LIM, L. China to defuse property unrest. BBC News, 15 de junho de 2004. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/go/pr/fr/-/1/hi/world/asia-pacific/3807627.stm>>.

LONG, K. The greatest show on earth. The Guardian, 12 de janeiro de 2004.

LUBOW, A. The China Syndrome. The New York Times, 21 de maio de 2006, seção 6, p. 68.

- MACARTNEY, J. Thousands of homes destroyed to make way for Olympic tourists. Times Online, 26 de maio de 2005. Disponível em: <<http://www.timesonline.co.uk/article/0,,3-1628199,00.html>>.
- MAGNIER, M. China's Graft Crackdown Hits High Places. Los Angeles Times, 1 de julho de 2006, p.A-9.
- MAGNIER, M. China's Migrant Workers Ask for Little and Receive Nothing. Los Angeles Times, 21 de janeiro de 2004, p.A-4.
- MAGNIER, M. Letting Passions Burn May Backfire on China. Los Angeles Times, 25 de abril de 2005, p.A-1.
- MANNING, R. A. Beijing Rules. But It's Got A Host of Problems. Washington Post, 15 de julho de 2001, p.B1.
- MARKUS, F. Chinese eviction lawyer jailed. BBC News, 28 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/asia-pacific/3220643.stm>>.
- MARQUAND, R. In China, stresses spill over into riots. Christian Science Monitor, 22 de novembro de 2004, World, p.1.
- MARSHALL, T. Barcelona —fast forward ? City entrepreneurialism in the 1980s and 1990s. European planning studies. v.4, n.2, p.147-166, 1996.
- MCDONOUGH, G. 1999. Discourses of the City : Policy and Response in Post-transitional Barcelona. In: LOW, S. M. Theorizing the City: The New Urban Anthropology Reader. Piscataway, NJ: Rutgers University Press, 1999, p.343-376.
- MELLOR, W.; CHENG, A. Beijing home to US\$160b worth of construction. Vancouver Sun, 4 de março de 2006.
- MILES, S.; MILES, M. Consuming Cities. Nova York: Palgrave Macmillan, 2004, p.45-201.
- MONCLUS, F. J. The Barcelona Model : An Original Formula ? From reconstruction to strategic urban projects. 1979-2004. Planning perspectives, v.18, p.399-421, 2003.
- MORIN, G. R. La cathédrale inachevée. Montréal: XYZ éditeur, 1997.
- O'NEILL, M. The Rise and Fall of a Career Cadre. South China Morning Post, 25 de junho de 2006, p.11
- ONG, R. New Beijing, Great Olympics: Beijing and its Unfolding Legacy. Stanford Journal of East-Asian Affairs, v.14, n.2, p.35-49, 2004.
- OWEN, J. Estimating the Costs and Benefits of Hosting Olympic Games : What Can Beijing Expect from its 2008 Games?. The Industrial Geographer, outono 2005.
- PEI, M. The Dark Side of China's Rise. Foreign Policy, Março-Abril 2006.
- POCHA, J. S. China's inequities energize New Left. San Francisco Chronicle, 19 de junho de 2005, p.F1.
- POCHA, J. S. Demolitions Straining Families in China. Boston Globe, 9 de julho de 2004, p.A6.

- SENN, A. E. Power, Politics, and the Olympic Games. Champaign, IL: Human Kinetics, 1999.
- SPENCER, R. Corruption scandal hits Beijing Olympics. The Daily Telegraph, 24 de junho de 2006, p.13.
- SUDJIC, D. The city that ate the world. The Guardian, 16 de outubro de 2005.
- SUDJIC, D. The Edifice Complex. Londres: Penguin, 2005, p.145.
- TOOHEY, K. The Olympic Games: A Social Science Perspective. Walingford, UK; Nova York: CABI Pub., 2000.
- TOY, M. New China Rises on the Backs of Unpaid Migrant Workers. The Age, 30 de janeiro de 2006.
- URBAN Design of the Central Axis in Beijing: AS&P. A + U, n.399, p.18-23, dezembro de 2003.
- VERHOVEK, S. H. Rebellion of the Displaced. Los Angeles Times. 5 de setembro de 2003, p.A-1.
- WAN, F. Rights group urges eviction safeguards. South China Morning Post, 25 de março de 2004, p.8.
- WATTS, J. Beijing-baiting is latest sport as Olympic focus shifts to China. Guardian weekly, 3-9 de setembro de 2004, p. 28.
- WEN, C. Dear Prudence: Beijing Olympic planners discussing financing and the long-term goals of 2008. Beijing review. Disponível em: <[http://www.bjreview.com.cn/200436/Cover-200436\(C\).htm](http://www.bjreview.com.cn/200436/Cover-200436(C).htm)>.
- WHITSON, D.; MACINTOSH, D. The Global Circus: International Sport, Tourism and the Marketing of Cities. Journal of Sport and Social Issues, v.20, n.3, agosto de 1996, p.278-295.
- XIAOJING, L.; GOLDHORN, J. What the future holds for Beijing's architecture, China Daily, 8 de maio de 2004.
- YARDLEY, J. In a Tidal wave, China's masses pour from Farm to City. The New York Times, 12 de setembro de 2004, week in review, p.6.
- ZUKIN, S. The Cultures of Cities. Londres: Blackwell, 1995.

**Recebido em junho de 2016. Aprovado em julho de 2016.**

# VANCOUVER 2010: DELETÉRIOS IMPACTOS E DISSENSO ANTIOLÍMPICO

Vancouver 2010: Deleterious Impacts and Anti-Olympics Dissent

**Jules Boykoff**

Pacific University, EUA  
Departamento de Ciência Política

## **Resumo:**

Quando o Comité Olímpico Internacional atribuiu os Jogos Olímpicos de Inverno 2010 para Vancouver, uma batalha política se seguiu. Enquanto as autoridades Olímpicos no Canadá tentaram “atingir o pódio,” aumentando o financiamento para os seus atletas e políticos, vigorosamente apoiando os Jogos, ativistas de uma variedade de causas se juntaram para desafiar os Jogos Olímpicos questionando os impactos negativos que poderiam ter sobre a cidade, bem como em geral na província de British Columbia. Defensores das liberdades civis, ativistas indígenas, poetas, anarquistas, advogados e especialistas de habitação uniram-se para realizar uma ampla gama de ativismos dissidentes antes e durante os Jogos Olímpicos. Ativistas explodiram com sucesso muitos dos mitos que tendem a proliferar sobre os Jogos Olímpicos no século XXI.

**Palavras-chave:** Jogos Olímpicos. Ativismo. Vancouver. Protesto.

## **Abstract:**

When the International Olympic Committee awarded the 2010 Winter Games Olympics to Vancouver, a political battle ensued. While Canadian Olympic officials aimed to “Own the Podium” by increasing funding for their athletes and politicians vigorously supported the Games, activists from an array of causes came together to challenge the Olympics over the negative impacts they would have on the city as well as the province of British Columbia. Civil libertarians, indigenous activists, poets, anarchists, lawyers, and housing specialists teamed up to carry out a wide range of dissident activists before and during the Olympic Games. Activists successfully punctured many of the myths that tend to proliferate about the Olympics in the twenty-first century.

**Keywords:** Olympic games. Activism. Vancouver. Riot.

Os Jogos Olímpicos se tornaram o maior evento midiático e de marketing do mundo. Grandes empresas competem para serem associadas à “marca olímpica”, na esperança de ganharem uma audiência mundial de marketing de bilhões de pessoas. Entre uma empresa multinacional e instituição global, o Comitê Olímpico Internacional está no coração de uma grande estrutura de integração de órgãos, associações desportivas e empresas patrocinadoras nacionais e internacionais. Nas últimas décadas, as Olimpíadas de Verão e Inverno têm recebido a bênção das Nações Unidas, que adota ritualmente uma resolução nunca observada sobre a Trégua Olímpica em cada nova Olimpíada. O COI avalia as candidaturas para sediar os Jogos, apresentadas pelos Comitês Olímpicos Nacionais. Com sede em Lausanne, na Suíça, onde está sediada como uma ONG sem fins lucrativos e goza de isenções fiscais onde quer que chegue.

Hoje os Jogos Olímpicos também reúnem uma onda de protestos políticos onde quer que vão. A carta oficial do COI proíbe a expressão de discordância contra as Olimpíadas, afirmando: “Nenhum tipo de manifestação ou propaganda política, religiosa ou racial é permitida em locais, espaços ou outras áreas olímpicas”. No entanto, quando os Jogos Olímpicos chegam a uma cidade-sede, os protestos logo acontecem. As cúpulas mundiais como a OMC e G20 se tornaram o foco de uma grande onda de ativismo internacional com Seattle. Além disso, os Jogos se revelaram como a faceta de uma ordem mundial irresponsável do poder, da riqueza e do espetáculo, causando danos sociais permanentes sobre o ambiente urbano.

Antes dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2010, em Vancouver, os ativistas foram os primeiros a adotar atitude contra as Olimpíadas. Os ativistas surgiram em 2002, mesmo antes de a cidade ter sido escolhida e ganhado força justamente nos Jogos Olímpicos de Inverno de 2010. E embora o *Vancouver Sun* tenha rotulado os manifestantes como um bando de “chorões e resmungões” que não conseguia “segurar a língua, mesmo em uma ocasião especial”, os ativistas contra as Olimpíadas produziram uma crítica espirituosa: dinheiro do contribuinte está sendo desperdiçado em uma festa de esportes que dura duas semanas e meia ao invés de destiná-lo a serviços sociais indispensáveis; as liberdades civis estavam sendo ameaçadas por uma força policial fortemente armada; os Jogos Olímpicos estavam ocorrendo no território aborígine (Costa Salish) não cedido (YAFFE, 2010). Os grupos como *No Games 2010 Coalition* identificaram os perigos do complexo industrial olímpico e começaram um projeto de educação pública de longo prazo para desmistificar o caráter ostensivamente de ganha-ganha dos jogos. O impacto sobre a Coalização Comunitária adotou uma posição neutra no início, antes de espalhar seu status não alinhado, quando as contradições de sediar os Jogos Olímpicos se tornaram bastante nítidas para serem minimizadas. Já os grupos existentes como *No Is Illegal* e *Anti-Poverty Committee* fizeram uma análise radical da força implacável dos jogos, com grupos religiosos, ambientais e indígenas também se envolveram. *Streams of Justice*, *The Power of Women Group*, *No 2010 Olympics on Stolen Native Land*, *Van.Act!*, e *Native Youth Movement* foram outros principais motivadores. Muitas pessoas nesses grupos também trabalharam com a Rede de Resistência Olímpica, descentralizada, não hierárquica, aliança contra o autoritarismo.

### **Resistência indígena**

Os ativistas indígenas desempenharam um papel fundamental. Vale a pena ressaltar que as Primeiras Nações têm uma relação única com o estado canadense na British Columbia. Quando as colônias britânicas se tornaram confederadas como províncias canadenses em 1867, Londres

já havia assinado tratados com grupos aborígenes em consonância com a Proclamação Real de 1763, que declarou que apenas a Coroa poderia obter terras indígenas. Quando a província de British Columbia aderiu à Confederação em 1871, apenas quinze destes tratados tinham sido acordados, deixando o direito de propriedade aborígene ao restante da região sem resolução. Com exceção do Tratado 8, negociado em 1899, e o Tratado de Nisga'a, que foi celebrado, em 2000, o direito de propriedade aborígene ainda não foi legalmente extinto na província de British Columbia (FOSTER & GROVE, 2003; HARRIS, 2002).<sup>1</sup> Na falta de relações convencionais, a província da British Columbia continua, de acordo com a intelectual indígena Taiaiake Alfred (2001), “em uma dinâmica perpétua de colonialismo e resistência”. Em 2010, essa dinâmica ficou evidente em pleno vigor no ativismo contra as Olimpíadas.

No que ficou conhecido como o Bloqueio de Eagle Ridge Bluffs, os ativistas ambientais e das Primeiras Nações se uniram para se oporem à expansão da Rodovia Sea-to-Sky que liga Vancouver a Whistler. No final de maio 2006, o ativista e ancião das Primeiras Nações, Harriet Nahanee, foi preso junto com o ambientalista veterano Betty Krawczyk. Apesar de sua idade, os dois foram jogados na prisão sem cerimônia. Em fevereiro de 2007, com Krawczyk e Nahanee ainda definhando atrás das grades, dois ativistas interromperam a “Cerimônia de Contagem Regressiva da Olimpíada” realizada pelo comitê organizador oficial de Vancouver (VANOC). O ativista contra pobreza David Cunningham e o dissidente aborígene Gord Colina espontaneamente pularam no palco, pegaram o microfone e gritaram “Queremos casas, não Olimpíadas” e “Dane-se 2010”. Tragicamente, Harriet Nahanee contraiu pneumonia na prisão e morreu um mês depois. Em março de 2007, os ativistas causaram um rebuliço quando fugiram com a bandeira olímpica gigantesca que tinha sido hasteada na prefeitura. Pouco tempo depois, uma fotografia de três ativistas mascarados fazendo pose na frente da bandeira com uma fotografia de Nahanee foi lançada por um grupo que se autodenomina a *Native Warrior Society*.

Os Povos das Primeiras Nações tiveram boas razões para ficarem céticos de que seriam tratados com respeito durante os Jogos Olímpicos. Para a cerimônia de encerramento dos Jogos de Verão de 1976 em Montreal, nove Primeiras Nações concordaram em participar de uma “cerimônia de comemoração”, na qual seus 200 representantes se reuniram com 250 bailarinos não indígenas trajados de fantasias e pintura em um esforço para se fazerem passar como pessoas das Primeiras Nações. De acordo com o Relatório Oficial das Olimpíadas (COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS, 1978), o “suntuoso desfile” foi “ainda mais emocionante devido ao jogo de luzes e à música teatral baseada no *Danse sauvage* de André Mathieu”. No final, como um crítico observou, “os artistas não aborígenes vestidos e pintados para se parecerem “índios” conduziram os participantes aborígenes por sua própria comemoração” (FORSYTH, 2002). No entanto, os líderes das Primeiras Nações Lil'wat, Musqueam, Squamish e Tsleil-Waututh concordaram, em 2004, em trabalhar em conjunto na realização e participação dos Jogos de 2010, primeira vez que o COI tinha permitido aborígenes ser parceiros-anfitriões oficiais. As mascotes oficiais foram também inspiradas nas Primeiras Nações: Miga, um urso do mar mítico; Quatchi, um homem do gelo; e Sumi, um espírito animal. O *Indian Country Today*, um semanário que se concentra em questões indígenas nas Américas, declarou que o evento era “uma vitrine para a cultura indígena”, onde “o envolvimento vibrante e total dos povos indígenas nos Jogos” era evidente (TAMMEMAGI, 2010).

Os ativistas contra as Olimpíadas foram rápidos em apontar que, apesar de a Carta Olímpica apoiar “a promoção da preservação da dignidade humana”, o COI optou por realizar os jogos

no território não cedido da Coast Salish. Assim, o fantasma da desapropriação assombrou os Jogos Olímpicos e o “Nenhuma Olimpíada na Terra Indígena Roubada” se tornou um dos principais slogans contra as Olimpíadas. Apesar de grandes incentivos financeiros, 80 dos 203 grupos indígenas na British Columbia se recusaram a participar (PEMBERTON, 2010).

### Segurança Integrada

As armas de uso militar se tornaram comuns em cidades-sede durante megaeventos, e Vancouver não foi exceção. O orçamento de segurança foi estimado em US\$ 175 milhões, mas, com o tempo, disparou para mais de US\$ 1 bilhão, um ativista indígena de processo, Gord Colina (2010), caracterizou como “extorsão policial da classe dominante”. As autoridades canadenses utilizaram os Jogos Olímpicos como uma oportunidade para fazer subir o quociente Kevlar per capita. Mesmo o *Globe and Mail* ficou alarmado: “Vocês não têm que ser um discípulo de discordância para ficar apavorados com a quantidade de dinheiro que está sendo gasto em segurança para os Jogos Olímpicos de Vancouver” (MASON, 2010). As autoridades canadenses usaram o dinheiro para estabelecer um terreno urbano coberto pela vigilância, empregando 17.000 agentes de segurança. A Agência Canadense de Serviços de Fronteira inseriu seus oficiais, essencialmente a imigração policial, no Downtown Eastside, exigindo que os moradores fornecessem comprovação de cidadania. A polícia confrontou os manifestantes com armas semiautomáticas, normalizando o autoritarismo e espalhando o medo. Com destaque para o equipamento de policiamento de alta tecnologia para o estado de exceção atual que se torna novo normal de amanhã: armas de estilo militar que podem ser empregadas no cotidiano.

A forte presença policial foi acompanhada pela instalação de cerca de 1.000 câmeras de circuito de TV na grande Vancouver. A Unidade de Segurança Integrada (VISU) da prefeitura prometeu retirá-las após o fim dos Jogos, mas “retirar” não significa “ir embora” (O GABINETE DO COMISSÁRIO DE PRIVACIDADE DO CANADÁ, 2009). A vigilância foi além desses olhos vermelhos sempre piscando. O chefe de polícia, Jamie Graham, se gabou da infiltração de grupos contra os Jogos Olímpicos por agentes de segurança: um espião da polícia tinha se infiltrado como motorista de ônibus que transportava ativistas para um protesto do revezamento da tocha olímpica (HANSEN, 2009). O crítico franco das olimpíadas, Christopher Shaw, autor do livro *Five Ring Circus*, sofreu grande assédio da VISU. A partir de junho de 2009, ele foi abordado pela VISU em casa, no trabalho e na rua. Às vezes, os funcionários seguravam uma cópia de seu livro, dizendo que tinham encontrado “informações alarmantes” sobre as quais queriam discutir. Visitas eram ocorrências quase diárias, com a VISU também questionando seus amigos, amiga e ex-esposas (SHAW, 2010).<sup>2</sup> Quase todos os envolvidos na Rede de Resistência Olímpica foram visitados pela VISU para interrogatório.

Tudo isto foi complementado por uma série de regras e leis extraordinárias. No nível provincial, a British Columbia aprovou a Assistência à Lei Shelter, o que efetivamente criminalizou os sem-teto, permitindo que a polícia os conduzisse à força para abrigos. Michael Barnholden (2010), autor do *Reading the Riot Act: A Brief History of Rioting in Vancouver*, colocou desta forma: “Durante os Jogos Olímpicos, foi como se pudesse ter todos os direitos humanos que você poderia ter”. Um desafio jurídico ajudou a desarmar o “sinal de lei”, mas de acordo com as “Diretrizes de Local Limpo” do COI, a lei reformada ainda proibiu as placas que prejudicassem os logotipos dos patrocinadores olímpicos (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2005).

Em dezembro de 2009, os funcionários da prefeitura de Vancouver insistiram que Jesse Corcoran retirasse seu mural contra os Jogos Olímpicos da frente da galeria chamada Crying Room Gallery, em Vancouver. O mural retratava anéis dos Jogos Olímpicos como rostos e quatro franzindo a testa e um sorriso. Após protestos de artistas, ativistas e grupos de defesa das liberdades civis, a prefeitura mudou de ideia, argumentando que o mural fosse realmente retirado por causa de uma lei contra pichações, antes de finalmente ceder e permitir que fosse reinstalado.

Estas pequenas batalhas exemplificam a resistência por parte dos defensores das liberdades civis e ativistas antes dos Jogos, e seu sucesso demonstra a importância de organizar cedo e, muitas vezes, em torno de medidas questionáveis. A Associação de Liberdades Civil da British Columbia foi uma parte importante desse processo, mas também as pessoas envolvidas na ação direta. Nos preparativos para os Jogos, a VISU comprou um Dispositivo Acústico de Alcance Médio, a notória arma sônica militar que foi utilizada em Pittsburgh durante os protestos do G20 em 2009. Mas por causa da imprensa negativa e intensa pressão dos ativistas, a VISU prometeu, antes dos Jogos, apagar a função de arma de seu disco rígido, reduzindo-a essencialmente a um megafone caro. No final, o dispositivo MRAD foi mantido pronto durante os Jogos (BOYKOFF, 2016).

### **Condomínios e campistas**

O COI apresentou aos moradores da British Columbia a “celebração do capitalismo”, o inverso do “capitalismo do desastre” de Naomi Klein. Desde o primeiro dia, a festa olímpica teve um enorme orçamento. O preço de cinco anéis foi inicialmente estimado em US\$ 1 bilhão. Até o mês antes dos Jogos, os custos dispararam para US\$ 6 bilhões, e após as Olimpíadas, as estimativas subiram para a faixa de US\$ 8 a 10 bilhões, com a prefeitura de Vancouver sozinha contribuindo com quase US\$ 1.000 para cada pessoa na cidade. O modelo foi construído com base nas chamadas parcerias público-privadas, em que o público paga e o privado lucra.

Vancouver se tornou uma cidade propaganda para gentrificação da era neoliberal, o fosso entre ricos e pobres se transformando num abismo. Como uma medida do que Henri Lefebvre teria chamado sua “contradição espacial” (LEFEBVRE, 1991). Vancouver é supostamente a cidade global mais habitável, no entanto, a menos acessível. Em 2010, o preço de uma moradia mediana era de US\$ 540.900, enquanto a renda familiar média foi de US\$ 58.200 (ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2010; CENTRO DE FRONTEIRAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS, s.d.). Em nenhum lugar, a diferença entre o novo rico e os pobres tradicionais é mais evidente do que no bairro de Downtown Eastside de Vancouver, uma faixa de 8 por 15 quarteirões de intensidade urbana realista que, fora das reservas aborígenes, é lugar mais pobre do Canadá. No entanto, a justaposição nítida entre alta “habitabilidade” e extrema pobreza não prejudica o status de Vancouver no terreno fosco-prata do capitalismo global. A realização de megaeventos como os Jogos Olímpicos tende a melhorar este status, um impulso extra enorme para gentrificação.

Um exemplo instrutivo de “contradições espaciais” surgiu em 15 de fevereiro de 2010, poucos dias após a cerimônia de abertura dos Jogos. Após um comício em Pigeon Park que contestou os processos gêmeos de gentrificação e criminalização dos sem-teto, os militantes invadiram a rua 58 W. Hastings, onde tomaram controle do espaço de propriedade da construtora ovelha

negra, Concord Pacific, e alugaram para os Jogos para o uso como um estacionamento. O local era estratégico: um local altamente visível onde a injustiça espacial está indelevelmente gravada na paisagem social. A Concord Pacific tinha uma autorização em mãos para construir um grupo de condomínios de luxo próximo ao terreno. Era espaçoso o suficiente para caber as barracas de cento e tantos que acabaram sendo montadas lá.

A primeira coisa que se viu ao entrar na vila de barracas era um fogo sagrado mantido por anciãos aborígenes. A música, as sessões de oficinas e a troca de conhecimento encheram a área. O movimento revolucionário *Food Not Bombs* forneceu mantimentos. Os ativistas do *Streams of Justice*, um grupo de justiça social cristã, e *Van.Act!*, um desdobramento dos Alunos da Sociedade Democrática da Universidade da British Columbia, ajudaram com a logística. A equipe de segurança impedia estranhos indesejados, tais como os meios de comunicação empunhando câmeras, de entrar em campo e ajudava a aliviar as tensões que surgiam dentro da vila, em um certo momento expulsou dois suspeitos infiltrados da polícia. A liderança surgiu organicamente a partir dos esforços de organização do Grupo chamado *Power of Women*, um grupo de residentes de Downtown Eastside, muitas delas aborígenes idosas, com raízes profundas no bairro, bastante respeitadas nos círculos de ativistas. As pessoas deste grupo, juntamente com Dave Diewert do *Streams of Justice* e Harsha Walia do *No One is illegal*, serviram como porta-vozes na mídia. Todos os dias ou aproximadamente, reuniões com a comunidade ajudaram a definir e aplicar protocolos de acampamento e criar horários de trabalho (DIEWERT, 2010; WALIA, 2010).

A criação de espaços seguros para a dissidência é importante. Oferecem pontos de contato não competitivos, onde uma diversidade de indivíduos e organizações podem trabalhar juntos. A Vila Olímpica das Barracas levou a interações sociais únicas, com estudantes universitários misturando-se com pessoas de rua, os professores com o baixo proletariado; intercâmbios ricos, que não teriam acontecido com formas mais tradicionais de protesto. Originalmente, o plano era realizar a Vila das Barracas por cinco dias, mas por causa das atividades e considerações políticas, foi estendida para além do fim dos Jogos Olímpicos. Vários ativistas com quem falei salientaram que a criação da Vila Olímpica das Barracas não era apenas um ato simbólico, mas uma vitória importante também: por causa da ação, cerca de oitenta e cinco pessoas garantiram moradia por meio da Prefeitura de Vancouver e da agência estatal BC Housing (DIEWERT, 2010; WALIA, 2010).<sup>3</sup>

A Vila Olímpica das Barracas não foi o único protesto relacionado com a moradia na cidade. A *Pivot Legal Society* liderou uma Campanha de Barraca Vermelha na qual as barracas vermelhas brilhantes foram colocadas em torno da cidade para conscientizar sobre a falta de moradia e para pressionar por uma política nacional de habitação. Por US\$ 100, era possível patrocinar uma barraca estampada com o slogan “Moradia é um direito”, que seria dado a uma pessoa sem-teto para abrigo temporário. Influenciados pela organização francesa contra pobreza, denominada *Children of Dom Quixote*, que usou uma estratégia semelhante no final de 2006 para conscientizar sobre os sem-abrigo, em Paris, os ativistas da Barraca Vermelha em Vancouver ergueram barracas em áreas de alto tráfego fora das sedes olímpicas, distribuíram panfletos aos frequentadores e se envolveram no Pavilhão Canadense em lonas vermelhas, no processo de ir para o livro de recordes do Guinness como a maior bandeira. Embora o grupo tenha abraçado a causa legalista, com o objetivo de pressionar o governo federal para criar uma estratégia nacional de moradia, também doaram barracas vermelhas à Vila Olímpica das Barracas, uma

tomada ilegal do espaço no qual o confronto com o Estado era um objetivo, não conversando com ele (JOHAL, 2010).

Outro “contra-espaço” fundamental foi forjado no Centro de Artes de Mídia VIVO chefiado pelo artista, cujo “Projeto de Reunião Segura” contou com oficinas da “Escola Vespertina”, exposições, produções de arte e um projeto de poesia pirata no rádio. Uma contribuição significativa foi o fórum “Notícias da Noite”, organizado por Am Johal, Cecily Nicholson e Nicholas Perrin, que ocorria todas as noites durante o período dos Jogos. Em eventos das Notícias da Noite, os ativistas de vídeo exibiram filmagem rudimentar de protesto, artistas atuantes responderam à indústria da Olimpíada e seus efeitos, e os painéis de ativistas e estudiosos debateram temas específicos. Os eventos no VIVO exigiram que a arte desempenhasse um papel fundamental na reformatação da resistência contra as Olimpíadas, em vez de ser relegado como um jogo de cena colorido. Os organizadores efetivamente reuniam arte e comunidades de ativistas de Vancouver, em um espaço neutro desprovido de bagagem política-histórica. O VIVO escalou poetas e artistas formalmente inovadores que direcionaram mais perguntas do que respostas, mais caráter aberto do que o fechamento poético organizado.

A Poesia nas Notícias da Noite foi complementado por “Dispositivo Poético de Curto Alcance”, o programa de rádio pirata apresentado pelo poetas-ativistas Stephen Collis e Roger Farr. O “Dispositivo Poético” fazia parte de uma prática mais ampla da poesia, política e resistência contra as Olimpíadas. Apresentava leituras e discussões com poetas-ativistas locais, como Donato Mancini, Rita Wong, Jeff Derksen, Kim Duff e Naava Smolash. Estas mostras ocorreram periodicamente durante os Jogos Olímpicos.<sup>4</sup> Embora a estação de rádio tivesse sido fechada nos primeiros dias dos Jogos pela Industry Canada, o órgão governamental que supervisiona os padrões de rádio, frequência e telecomunicações em todo o país, cujos funcionários intermediários estavam trajando roupas olímpicas, os poetas-ativistas prosseguiram, transmitindo sua mostra online.

### **Debate sobre táticas**

O fórum de Notícias da Noite do VIVO desempenhou um papel decisivo na mediação de divergências sobre meios e fins. Em jogo aqui estava a abordagem de “diversidade de táticas” para a qual, antes dos Jogos, várias entidades contra Olimpíadas tinham assinado. Esta abordagem envolve manifestantes com estilos divergentes e métodos preferidos que fazem um pacto para apoiar, ou pelo menos não publicamente se denegrir mutuamente durante episódios de discórdia. As táticas específicas não são descartadas desde o princípio, e a crítica consiste em permanecer na esfera interna do movimento, não comentada indiscretamente na grande mídia. Um resultado pode ser o que alguns estudiosos de movimentos sociais denominaram “o efeito de flanco radical”, em que os movimentos se beneficiam do fato de ter uma ala radical que faz com que metas sucessivas, táticas e estratégias pareçam relativamente moderadas e, portanto, mais palatáveis para a estrutura de poder (MCADAM *et al.*, 1996). A abordagem de “diversidade de táticas” também pode formar uma ponte de solidariedade entre defensores ardorosos da não violência no estilo de Gandhi e aqueles que aceitam destruição de propriedade como uma tática legítima, mas isto é onde rachaduras normalmente aparecem.

A Marcha de Ataque Cardíaco de 13 de fevereiro para “entupir as artérias do capitalismo” foi o momento de Seattle de Vancouver: militantes pararam uma marcha planejada e utilizaram

caixas de jornal e cadeiras de metal para quebrar as janelas de vidro laminado em empresas como a Hudson's Bay Company, deflagrando intensas discussões em torno de táticas e estratégias tanto dentro quanto do fora do movimento. Para os defensores, os laços históricos da empresa com o colonialismo britânico justificaram os danos materiais; afinal de contas, a Hudson's Bay Company era um ator fundamental no esforço de o Estado canadense extinguir o direito de propriedade aborígine na British Columbia durante o século XIX (FOSTER & GROVE, 2003). Mas os críticos mantiveram tais táticas que afastariam o público em geral e provocaria a ira dos policiais. Em particular, o David Eby da Associação de Liberdades Civis da Província de British Columbia foi citado na mídia, dizendo que ele estava “enojado” pela “selvageria” dos quebra-quebras (MATAS, 2010). Poucos dias depois, David Eby participou de um fórum de Notícias da Noite, no qual foi designado para falar em um painel sobre liberdades civis, e levou uma torta na cara de um ativista descontente, que sentia que ele havia violado o espírito de solidariedade sustentando a abordagem de “diversidade de táticas”.

Este evento provocou um intenso debate no VIVO onde os ânimos se exaltaram, mas acalmando embora com intervenções contundentes por Nicholson que manteve o evento avançando de forma construtiva. “O diálogo que criamos não chegou a uma resolução baseada na racionalidade habermasiana”, Perrin observou, “mas mesmo quando não havia divisões profundas, as pessoas ficaram na sala e continuaram a conversa” (PERRIN, 2010). Meses após o incidente da torta, David Eby secamente observou, “Ele começou uma conversa com grupos que estão preocupados sobre como fazer um mundo melhor. Começou uma conversa sobre táticas e sobre a tática de black-bloc, em particular, e se está ou não realmente ajudando a avançar, a partir de uma perspectiva das liberdades civis, uma espécie mais democrática, igualitária e participativa da cultura no Canadá, ou de outra forma”. Ele disse que aprendeu uma lição: não agir como um observador jurídico e ser percebido como um advogado do movimento durante o mesmo episódio de discórdia (EBY, 2010).

O fórum das Notícias da Noite do VIVO ajudou a trazer à tona a sempre presente tensão entre ativistas de ação direta e ONGs. Os ativistas em Vancouver deixaram claro que essa tensão não é redutível a campos dicotômicos, com “os partidos tradicionais e campanhas centralizadas”, de um lado, e “os novos movimentos organizados em redes horizontais”, de outro (HARDT, 2001). As Notícias da Noite ofereceram um espaço seguro no qual as questões decisivas poderiam ser levantadas, questões de significado que se estendem à Londres 2012 e mais além. A abordagem da “diversidade de táticas” socializa um alibi para destruição de propriedade? Embota o corte da faca da efetividade da ação direta? Aliena o público espectador? Pavimenta um caminho para a solidariedade simbólica? Permite que os meios de comunicação entrem nas ranhuras usadas de denúncia dissidente? Cristalizou-se em um slogan oco que distrai ativistas? Um foco na diversidade de táticas significa que não estamos falando de estratégias mais? Os debates sobre táticas precisam acontecer durante o episódio de discórdia ou devem acontecer depois? Os berros hipervirís ou tortas na cara com violência criam um ponto de fratura do qual o Estado pode tirar proveito por ter infiltrados virís que entram em movimentos como agentes provocadores, como o que alguns em Vancouver estavam chamando “os meninos brancos monarquistas irritados” são relativamente fáceis de imitar?

Desde os dias de Samaranch, as receitas de transmissão televisiva têm fornecido rios de dinheiro em que o COI navega. Um caso exemplar das estratégias alternativas de mídia que surgiram a partir do movimento contra as Olimpíadas foi a Vancouver Media Co-op. Nascida

do Comitê de Mídia e Comunicações da Rede de Resistência Olímpica, a VMC tinha a máquina da mídia radical funcionando a toda, fornecendo ao público informações atualizadas, a arte politicamente motivada e todas as notícias “impróprias para imprimir” nos meios de comunicação corporativos. Detida pelo leitor, a VMC funciona em um modelo de receita no qual os mantenedores contribuem com U\$5 a US\$20 por mês. Durante os Jogos, a VMC mobilizou versões alternativas dos Jogos Olímpicos, produzindo dois segmentos para Democracy Now!, a principal empresa de mídia comunitária nos EUA e um jornal chamado Balaclava! que continua até hoje.

Mas Dawn Paley da VMC ressaltou que os ativistas de mídia não podem limitar seu trabalho à mídia alternativa: enquanto para Paley, a grande mídia é “SQUM”, mídia status quo, definiu a agenda e por isso não pode ser ignorada. No entanto, as mídias sociais, como Twitter, Facebook e Flickr não fornecem nenhuma alternativa real para o popular sonambulismo. Embora a sabedoria recebida seja que esses meios de comunicação permitem às pessoas criar conteúdo e documentar a experiência de forma lateral, podendo ajudar a gerar números em eventos de protesto, para Franklin López do VMC, aqueles serviços principalmente motivados por eventos e por propaganda são a “máfia da mídia social”. Franklin López usou o YouTube durante os Jogos, mas descobriu que uma série de vídeos da VMC foi rapidamente removida: “Durante os Jogos Olímpicos, era quase como se a tivessem automatizado para derrubar qualquer coisa que o COI não gostou” (LÓPEZ, 2010). A VMC não tinha nem os recursos nem o tempo para lutar contra esta censura. Bem ciente de tais problemas, os ativistas em Vancouver publicaram artigos de opinião em jornais como o Vancouver Sun e apareceram como fontes em vários veículos, oferecendo citações que ajudaram a conscientizar o público sobre por que estavam protestando.

O movimento contra as Olimpíadas revigorou círculos de ativistas. O Diewert aponta para um “sentimento de confiança maior” que surge de ações como a Vila Olímpica das Barracas, que “levou a um reforço das comunidades de resistência” e “uma apreciação maior da sabedoria coletiva de pessoas”. Os Jogos Olímpicos, sem dúvida, deram há muito tempo aos ativistas de Vancouver um impulso positivo e renovaram as posições hierárquicas com os manifestantes ativos mais jovens que receberam uma oportunidade única para voar sobre os obstáculos que poderiam ter estado presentes durante os tempos políticos “normais”. Como Franklin López mencionou “é um momento muito especial para estar em Vancouver”. O poeta e ativista, Reg Johanson, interrompeu dizendo “se o objetivo da convergência contra as Olimpíadas era fazer com que as pessoas ficassem mais envolvidas nesse ativismo, então foi o que aconteceu”. A poeta, Mercedes Eng, acrescentou: “e foi muito, muito, muito divertido”. Agora a diversão está mudando para o Rio de Janeiro nos Jogos Olímpicos Rio 2016.

## Referências

ALFRED, T. Deconstructing the British Columbia Treaty Process. *Balayi: Culture, Law and Colonialism*, v. 3, 2001, p. 42.

BARNHOLDEN, M. Entrevista pessoal, 19 de agosto de 2010.

BOYKOFF, J. *Power Games: A Political History of the Olympics*. Nova York: Verso, 2016, p. 179.

CENTRO DE FRONTEIRAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS. Pesquisa sobre Acessibilidade de Moradia Internacional: Avaliação de 2010 para Mercados Metropolitanos.

p. 39, disponível on-line em inglês.

COLINA, G. Entrevista pessoal, 18 de agosto de 2010.

COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS. Montreal 1976, Jogos da XXI Olimpíada, Relatório Oficial. v. 1, Ottawa, 1978, p. 306.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. Brand Protection: Olympic Marketing Ambush Protection and Clean Venue Guidelines. Lausana, 2005.

DIEWERT, D. Entrevista pessoal, 17 de agosto de 2010.

EBY, D. Entrevista pessoal, 6 de agosto de 2010.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Global Liveability Report, janeiro de 2010.

FORSYTH, J. Teepees e Tomahawks. In: WAMSLEY, K.; BARNEY, R. K.; MARTYN, S. G. (Eds.). The Global Nexus Engaged. Londres, 2002, p. 72.

FOSTER, H.; GROVE, A. Trespassers on the soil. BC Studies, n. 139–9, 2003, p. 51–84.

HANSEN, D. "Policia de Victoria, capital da província canadense de British Columbia, infiltrado no Grupo Contra os Jogos", diz Jamie Graham. Vancouver Sun, 2 de dezembro de 2009.

HARDT, M. Bandung de hoje?. New Left Review, 14, março-abril de 2001, p. 115-116.

HARRIS, C. Making Native Space: Colonialism, Resistance and Reserves in British Columbia. Vancouver, 2002.

JOHAL, A. Entrevistas pessoais, 5 de fevereiro de 2010 e 17 de agosto de 2010.

LEFEBVRE, H. The Production of Space. Oxford, 1991, p. 365.

LÓPEZ, M. Entrevista pessoal, 18 de agosto de 2010.

MASON, G. A verdadeira ameaça para os Jogos Olímpicos poderia ser um protesto sangrento. Globe and Mail, 11 de fevereiro de 2010.

MATAS, R. Vandalismo Denunciado do Protesto dos Jogos Olímpicos. Globe and Mail, 15 de fevereiro de 2010.

MCADAM, D.; MCCARTHY, J.; ZALD, M. (Eds.). Comparative Perspectives on Social Movements. Nova York, 1996, p. 14.

O GABINETE DO COMISSÁRIO DE PRIVACIDADE DO CANADÁ. Privacidade e Segurança nos Jogos de Inverno de 2010 em Vancouver. Agosto de 2009.

PEMBERTON, K. Grupos Aborígenes divididos sobre se apoiar os Jogos Olímpicos. Vancouver Sun, 6 de fevereiro de 2010.

PERRIN, N. Entrevista pessoal, 18 de agosto de 2010.

SHAW, C. Entrevista pessoal, 17 de agosto de 2010.

TAMMEMAGI, H. Jogos Olímpicos: uma vitrine para Cultura Indígena. Indian Country Today, 24 de março de 2010.

WALIA, H. Entrevista pessoal, 18 de agosto de 2010.

YAFFE, B. A estratégia do Primeiro Ministro para controlar a mensagem não consegue silenciar os adversários. Vancouver Sun, 12 de fevereiro de 2010.

Recebido em junho de 2016. Aprovado em julho de 2016.

# A RETÓRICA DO LEGADO SOCIAL EM MEGAEVENTOS: LONDRES E OS JOGOS OLÍMPICOS DE 2012

Rhetoric of the social legacy into mega-events  
London and the Olympic Games 2012

**Gabriel Silvestre**  
Bartlett School of Planning  
University College London

## **Resumo:**

A princípio, a emergência da discussão de legado sugere uma preocupação com o planejamento de equipamentos após a realização de megaeventos que passa então a ser justificado pela retórica do desenvolvimento urbano e social. É neste contexto que o projeto olímpico de Londres 2012 foi concebido, uma proposta que teve seu êxito atribuído à uma visão de legado para o leste da cidade, uma área urbana carente e identificada como prioritária para requalificação. Este artigo apresenta uma análise da fase preparatória dos Jogos de 2012 através da discussão de metas públicas, arranjos institucionais e os impactos sociais registrados. Embora creditada por ser a primeira cidade sede a planejar seu legado antecipadamente, uma avaliação mais profunda revela incertezas em relação a contribuição e utilização das instalações do Parque Olímpico e que a 'chance em tornar a retórica olímpica em fato' trouxe resultados mais modestos que os inicialmente estimados.

**Palavras-chave:** Megaeventos. Legado olímpico. Impactos sociais. Desenvolvimento urbano.

## **Abstract:**

At a first glance, the rise of the legacy discourse suggests a new rationale for the planning of mega-events, one that legitimise its hosting through the rhetoric of urban and social development. It was in this context that the Olympic project for London 2012 came to fruition, a bid that had its success attributed to a vision of social legacy to the East End, a much deprived inner-area themed national priority for regeneration. This study provides an assessment of the preparation phase with a review of public targets, institutional arrangements and a discussion of the social impacts registered. Although praised for being the first host city to plan for legacy a closer analysis reveals uncertainties regarding the contribution and sustained use of the planned facilities at the Olympic Park and that the 'chance to turn the Olympic rhetoric into fact' may have a more modest outcome than initially alleged.

**Keywords:** Mega-events. Olympic legacy. Social impacts. Urban development.

## Origens do projeto Olímpico Londres 2012

A emergência do conceito de legado como justificativa para projetos olímpicos, se evidenciou a partir deste século decorrente, sobretudo, de seu apelo discursivo e de atendimento às mudanças feitas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI). A popularização do termo se deve à sua capacidade de evocar uma percepção positiva de benefícios a serem desfrutados no longo prazo, como se observa sobretudo, nos discursos de legitimação do projeto. Como indaga MacAloon, “quem seria contra o compromisso e planejamento de produzir algo positivo e razoavelmente duradouro para a comunidade local?” (2008:2065). Assim, as Olimpíadas são traduzidas como um meio para atingir algo positivo, e esse benefício é o legado (MacRury e Poynter, 2009).

A primeira proposta de candidatura olímpica a apresentar de forma mais consistente o planejamento de legados foi a da cidade Vancouver ao receber os direitos aos Jogos de Inverno de 2010. Porém, o compromisso mais contundente com o planejamento de legados viria com o projeto de Londres para os Jogos de 2012, o que para McRury e Poynter(2008:2077). representa “o mais ambicioso programa de reurbanização da história das Olimpíadas modernas”

Após três candidaturas olímpicas mal sucedidas com as cidades de Birmingham e Manchester, o comitê olímpico britânico concluiu que somente uma proposta de Londres teria chances reais de trazer o megaevento ao país. Um levantamento inicial de cenários foi apresentado em 2001 ao governo britânico e à prefeitura de Londres, quando favoreceu-se sediar o Parque Olímpico na região de Lower Lea Valley, no leste da cidade (Poynter, 2009). Outro estudo de viabilidade econômica encomendado em 2002, confirmaria que nenhuma outra região da metrópole aliava grandes áreas de vazios urbanos, como os terrenos industriais obsoletos e pertencentes a companhias férreas locais, à uma boa estrutura de transporte em desenvolvimento (Arup, 2002). Embora um estudo elaborado pelo governo central constatasse a dificuldade em apurar os benefícios de megaeventos e poucas evidências disponíveis (DCMS, 2002), a candidatura de Londres foi oficialmente submetida em 2003.

O Lower Lea Valley, assim como grande parte do leste de Londres, atravessou um longo período de desindustrialização a partir da década de setenta, seguido de baixo investimento público, com exceção feita à ampla reurbanização da zona portuária das Docklands durante o governo de Margaret Thatcher. Tradicional destino de mão de obra imigrante, o leste da cidade continuou a atrair novos moradores em função de seu custo de vida mais baixo e orienta o crescimento de Londres ao longo da margem do rio Tâmsa. No entanto, alguns de seus distritos figuram entre os 10% mais carentes do país, e apresentam problemas de má qualidade de moradia, alta taxa de criminalidade e carência de espaços públicos. Existe considerável dependência de benefícios sociais, com 22% da população economicamente ativa sem qualificação profissional e taxa de 10% de desemprego (Raco, 2004; Rose, 2006; DCMS 2008).

O corredor de 70 quilômetros compreendido entre o Lower Lea Valley e o estuário do Tâmsa, foi classificado em 1994 como uma das prioridades nacionais para requalificação urbana. No entanto, seria em 2003 que um amplo programa seria anunciado, sob o nome de Thames Gateway e um orçamento de £9 bilhões, seria destinado a estabelecer comunidades sustentáveis com a construção 160 mil novas moradias e geração de 225 mil empregos, entre outras melhorias nas áreas de saúde, educação e transporte, em localizações estratégicas até o ano de 2016 (ODPM, 2005). O programa foi complementado pelo planejamento estratégico de Londres em

2004, que classificava o bairro de Stratford e a região de Lower Lea Valley como 'áreas de oportunidade', e previa a reurbanização de um novo centro urbano de uso misto, complementado possivelmente, por um Parque Olímpico (London Plan, 2004).

Este seria o terceiro grande projeto urbano no leste de Londres em três décadas, mas como atesta Raco (2004), a experiência do Reino Unido com projetos urbanos de caráter social e inclusivo, não é positiva. Ademais, a área compreendida entre a City e as Docklands, assim como seu entorno, observa um crescente processo de especulação imobiliária, e concentra 55% dos empreendimentos habitacionais na cidade (The Times, 2010). Sua atratividade reside na proximidade com os centros financeiros, o rápido acesso aos serviços de consumo de West End e recursos naturais de grande valor mercadológico, como os canais do rio Lea e o rio Tâmsa.

A proposta de Londres foi elaborada de forma a atender às novas proposições do COI, e aos valores que a opinião pública britânica pudesse respaldar (Ruskin, 2009). Assim, a retórica do legado social tornou-se o foco da candidatura de Londres, que prometia com o megaevento:

(...) a regeneração de uma comunidade inteira para o benefício direto de todos que ali moram (...) atuando como um catalisador para profundas mudanças sociais e econômicas (...) [e tornando-se] um modelo de inclusão social. (...) O maior legado econômico dos Jogos será a criação de amplas oportunidades de emprego, melhorias na educação e treinamento da mão de obra local, em uma área de alta taxa de desemprego (London 2012 Ltd, 2005).

O discurso britânico apelava ao poder transformador do megaevento sobre uma região carente, assegurando que este aceleraria:

(...) a mais extensa transformação vista em Londres em um século. Milhares de vidas serão beneficiadas por novos empregos e novas moradias sustentáveis, novos equipamentos esportivos e outras instalações. Existirá um legado real e duradouro (London 2012 Ltd, 2004).

Para Poynter, o compromisso com o planejamento do legado olímpico e a credibilidade da candidatura de Londres, capturaram o imaginário do COI em sua fase pós-comercialização, muito embora localmente poucos acreditassem em suas chances (Evans, 2010). Realizada em julho de 2005 em Cingapura, a votação concedeu a Londres o direito de realização dos Jogos Olímpicos de 2012.

### **A realidade olímpica em marcha: visões de legado e impactos sociais**

Após Cingapura, as diversas instâncias públicas envolvidas com a realização do evento publicaram seus manifestos demonstrando como a visão de legado apresentada seria articulada ao longo dos anos seguintes. O governo britânico, financiador majoritário do projeto, se comprometeu com o programa urbano e social pretendido para Lower Lea Valley a:

(...) tornar uma das regiões mais carentes de Londres em uma área de classe internacional para morar, visitar, fazer negócios e esportes, com comunidades seguras e sustentáveis, novas áreas verdes, moradia, trabalho e equipamentos sociais e de lazer para as futuras gerações.(DCMS 2008: 36)

Embora o teor destas metas soassem vagos, assegurou-se que seriam capazes de “tornar a retórica do legado olímpico em realidade” (DCMS 2008:2), possível graças ao planejamento do legado de 2012 anteriormente à realização do megaevento.

No entanto, esta atitude não seria capaz de evitar a ocorrência de impactos na comunidade local tão logo realizada a escolha da cidade sede. Com base na tipologia de impactos sociais apresentadas em artigo anterior (Silvestre, 2008), as seções a seguir discutem duas das principais manifestações observadas como decorrência dos preparativos olímpicos no leste de Londres.

### **Moradia e remoção**

Habitação foi um dos principais componentes da visão de legado apresentada durante a candidatura olímpica, alegando-se que o megaevento estimularia a construção de milhares de moradias em uma região de graves problemas habitacionais. Embora fosse sugerido inicialmente a classificação de 50% dos novos empreendimentos no Parque em 'financeiramente acessíveis', o que inclui aqueles destinados a moradias de interesse social, esta estimativa foi revista ao longo dos anos, com afirmações referindo-se desde uma 'larga proporção' à 30-35% das unidades (Bernstock 2009, DCMS 2008, Mayor of London 2004 e 2008). Ainda assim, questiona-se a definição de acessibilidade, uma vez que o financiamento de um imóvel em Londres requer um rendimento médio anual de £55 mil do comprador interessado. O poder aquisitivo médio em Newham, distrito limítrofe ao parque, é de £28 mil por residência (Evans, 2010).

Após a eleição de Cingapura, o projeto da Vila Olímpica, sob responsabilidade da iniciativa privada, foi incorporado ao planejamento habitacional de Stratford City, cuja autorização para a construção de 5.000 moradias havia sido concedida previamente a votação. No entanto, com a crise de crédito que afetou o mercado imobiliário britânico entre 2008 e 2009, o governo central assumiu o empreendimento a um custo de £1 bilhão do orçamento público, e reduziu a capacidade da Vila Olímpica (London Assembly, 2009). Planos mais recentes indicam que 2.800 moradias entregues ao término do megaevento com a conversão da Vila Olímpica, e um potencial de outras 10.000 a 12.000 unidades a serem construídas no perímetro olímpico no longo prazo (LMF, 2009).

A oferta habitacional da região também tem sido afetada pela crescente valorização imobiliária. Quinze meses após a eleição da sede olímpica, os imóveis da região experimentaram um acréscimo médio de £15.000 em seus valores, em alguns casos superando em mais de 5% a média observada na cidade (Reuters 2007). No entorno do Parque Olímpico, 59% da população reside em moradias alugadas ou de interesse social, com cerca de 10% das habitações classificadas como superlotadas (East Thames Housing Group, 2007). Deste modo, a valorização imobiliária representa um risco que pode levar à saída dos moradores de baixa renda, assim como de pequenas empresas, para outras regiões.

Os 230 hectares do Lower Lea Valley designados para o Parque Olímpico, descritos como uma área em grande parte "contaminada, degradada e abandonada" (Prior in Raco 2010:75), abrigaram até 2007 cerca de 208 pequenas e médias empresas (PMEs), um conjunto habitacional com 430 moradores, duas áreas designadas para 35 famílias ciganas além de 80 lotes de hortas urbanas e um parque natural. Com a confirmação da candidatura olímpica em 2003, a agência pública de desenvolvimento urbano de Londres (LDA) se aproximou dos grupos envolvidos afim de discutir o cenário de sua realocação. Após a concessão dos direitos aos Jogos, a LDA fez uso de seus poderes e anunciou a desapropriação de toda a área, a mais extensa já realizada no Reino Unido, o que gerou cerca de 400 objeções legais por parte das comunidades locais

(Rose 2006). Após o inquerito público que ratificou a ordem de desapropriação, a remoção de todas as comunidades foi concluída em 2007.

As PMEs existentes no perímetro olímpico demarcado empregavam cerca de 5.000 funcionários, estabelecidas em sua maioria há mais de cinco anos, atraídas pelo baixo custo local e da proximidade com o centro da cidade. Dedicavam-se em 70% dos casos aos setores de manufatura, atacado, transporte e reparo de automóveis (Raco, 2010). A notificação de sua possível desapropriação foi seguida por um longo período de incertezas até a votação da sede olímpica, o que comprometeu o planejamento e a competitividade de seus negócios por quase dois anos. Diversas PMEs queixaram-se da lentidão com a qual se desenvolveram as negociações com a LDA, a baixa avaliação de seus imóveis, o efeito especulativo sobre outros terrenos da região e a distância das localidades oferecidas, o que propiciou uma queixa conjunta ao COI (Daily Telegraph, 2005; The Independent, 2005; Raco, 2010). Sua situação foi ainda desfavorecida pela pouca exposição na mídia, o que para alguns foi interpretado como um silenciamento para não prejudicar a candidatura olímpica (Raco, 2010).

Com a confirmação da desapropriação, cerca de metade das PMEs foram realocadas na região, um terço transferiu-se para outras áreas e as restantes encerraram suas atividades, composta essencialmente por pequenas empresas (LDA, 2008). Uma pesquisa de satisfação realizada após o programa de realocação, demonstrou que cerca de 50% das empresas viam melhorias nas novas instalações, porém 70% das PMEs diziam estar incorrendo em custos superiores e avaliavam negativamente a localização em termos de proximidade com seus clientes, fornecedores e residência de seus empregados (Raco, 2010). Em 2009, quase dois anos após a desapropriação, 40% das PMEs ainda aguardavam o pagamento integral de suas compensações financeiras (Evening Standard, 2009a).

O segundo maior grupo afetado pela desapropriação da área foram os 430 residentes de Clays Lane, um conjunto habitacional construído em 1984 e planejado para pessoas solteiras em situação vulnerável. Maior empreendimento do gênero no país, sua população era composta por um grupo heterogêneo de indivíduos entre 18 a 65 anos de idade, distribuído em pequenos edifícios de habitação compartilhada e casas individuais, planejados para o fomento de relações comunitárias. Entre suas principais vantagens, eram citadas seu custo acessível, a interação social e o caráter singular do conjunto habitacional e seu entorno natural (Fluir, 2005).

Os moradores de Clays Lane foram informados de sua provável remoção em 2003, pois o projeto olímpico, caso bem sucedido, incluía a demolição dos edifícios em favor da construção da Vila Olímpica. O compromisso com realocações adequadas foi expresso por correspondência em 2004, onde garantia-se uma oferta de “acomodação adequada que reflita necessidades individuais e que seja pelo menos tão boa senão melhor, que a acomodação existente” (Rose, 2006:60). Com a materialização do projeto olímpico, o programa de realocação teve início em 2006, e favoreceu a transferência para outros conjuntos habitacionais com uma compensação financeira individual de £8.500, destinada a cobrir gastos de mudança, mobília e o aumento do custo de vida. Embora diversos moradores tenham preferido a opção de apartamentos individuais, especialmente aqueles instalados em habitações compartilhadas, uma parte significativa pleiteou sua mudança em grupos, o que foi possível para apenas 40 dos residentes (SNU, 2008). Em 2008, uma pesquisa feita com ex moradores apresentou que 70% foram realocados no mesmo distrito, com um grau de satisfação dividido entre os cerca de 50% que reconheciam melhores

condições atuais e os 40% que se diziam em piores condições. Apontou-se que 63% se diziam insatisfeitos com o valor de suas compensações financeiras, e citavam dificuldades em viver no orçamento atual (71%), e problemas em manter ou estabelecer relações de amizade (47%) (SNU, 2008).

Outro grupo de moradores da área desapropriada era composto por famílias ciganas de irlandeses, residentes em dois acampamentos para trailers, alguns por mais de 30 anos. As propostas iniciais de realocação oferecidas pela LDA foram recusadas pelo grupo, e incluíam um terreno sob um viaduto próximo a uma estação de tratamento de esgoto (Rose, 2006). A questão foi levada a várias instâncias judiciais alegando-se infringimento de direitos humanos, uma vez as famílias eram legalmente reconhecidas como minorias étnicas. Um acordo foi alcançado para a realocação de vinte famílias, porém as demais quinze famílias acabaram realocadas em uma área de parque de uso comunitário, o que gerou forte oposição e atrito com os moradores locais (Guardian, 2007).

As hortas urbanas de Manor Garden era outro componente de coesão social presente na área designada para o Parque Olímpico. Existente por mais de um século, resultante de uma doação filantrópica para que famílias carentes cultivassem seus próprios alimentos, consistia em 80 lotes em regime de perpetuidade que proviam alimentos para 150 famílias (Nef, 2008). Previamente à escolha da sede olímpica, seus proprietários foram informados que o local seria utilizado como via de acesso interna do parque, e as primeiras sugestões previam sua fragmentação e distribuição em diferentes hortas do mesmo distrito. A associação de proprietários, assim como as demais comunidades locais, questionaram legalmente a necessidade de sua remoção, porém com a confirmação da ordem de desapropriação, foram transferidos em conjunto a outro parque de um distrito vizinho..

A semelhança do ocorrido com algumas das famílias ciganas, os proprietários se viram em uma situação de conflito com os frequentadores locais, porém, o novo local, revitalizado a um custo de £2.3 milhões, demonstrou ser impróprio para o cultivo (Evening Standard, 2008). Após cerca de um quarto dos proprietários desistirem de seus lotes, os demais aguardam definições quanto ao seu retorno ao Parque Olímpico. A última proposta apresentada, sugeriu a realocação dos 64 proprietários remanescentes em duas áreas distantes entre si, em extremos do Parque (Evening Standard, 2010).

## **Emprego**

A realidade do leste de Londres seria transformada também pelas oportunidades de trabalho associadas com o megaevento, concentradas principalmente na construção do Parque Olímpico (7.000 postos) e sua posterior conversão em bairros de uso misto (12.000 postos) (London 2012 Ltd, 2003). O treinamento da mão de obra e as oportunidades de estágio seriam direcionados primordialmente aos moradores locais e membros de minorias sociais. O 'poder transformador' sobre as comunidades carentes iria mais além, como assegurou o ex-primeiro ministro Gordon Brown:

A bonança de empregos com as Olimpíadas de 2012 será usada para retirar milhares de crianças da pobreza (Evening Standard 2006)

Porém, como ressaltam alguns estudos, o impacto da abertura de milhares de novos postos

de trabalho em uma área com alta taxa de desemprego e baixa qualificação profissional, não é direto (Experia, 2006; Kornblatt, 2006). Primeiramente, as oportunidades do setor de construção são temporárias, e terão limitado efeito transformador sobre o mercado de trabalho do leste de Londres (Poynter, 2007). Ademais, como aponta Kornblatt (2006), a construção de estádios e equipamentos esportivos são de natureza especializada, e é pouco provável que exista uma oferta significativa de mão de obra na região. Por último, a inflexibilidade do prazo para a consecução de obras restringe o tempo hábil para o aperfeiçoamento e treinamento de mão de obra, tornando urgente qualquer programa de qualificação local. O retrospecto de planejamentos olímpicos anteriores corrobora o raciocínio. Uma análise feita nas quatro cidades olímpicas entre 1992 e 2004, demonstrou limitada influência do megaevento sobre a situação de desemprego de longo prazo (Leri, 2007).

Ao analisar o efeito da oferta de trabalho entre 2007 e 2010 sobre a população local, um estudo do comitê de acompanhamento da Assembléia de Londres concluiu que o impacto até o momento era mínimo (London Assembly, 2010). Embora a meta da LDA em empregar pelo menos 15% de sua mão de obra com moradores locais estivesse sendo cumprida, o número foi considerado baixo, assim como a quantia de vagas de estágio. Do total de 6.300 trabalhadores, apenas 4% era composto por residentes da região previamente em situação de desemprego. Autoridades distritais viriam a queixar-se posteriormente da restrita contribuição do megaevento a suas áreas. Foi noticiado que apenas um morador de Hackney, um dos quatro distritos limítrofes ao Parque Olímpico, figurava entre os 150 estagiários. A representação de mulheres em apenas 6% da força de trabalho, também estava aquém da meta da LDA de 11% (Hansard, 2010).

### **Lower Lea Valley e o horizonte pós 2012**

À luz de experiências olímpicas recentes, o projeto de Londres reconheceu, desde sua fase de candidatura, a necessidade de planejar a utilização do Parque Olímpico após 2012 logo nas etapas iniciais de sua concepção, assim como sua integração com outros programas urbanos. O Plano Diretor do Parque Olímpico foi elaborado pela LDA e anunciado em 2007, contendo cerca de 10.000 páginas e levado para apreciação pública por um prazo de seis semanas. Previamente, moradores e pequenas empresas foram consultadas em cerca de 30 eventos, porém estas ações foram consideradas por alguns como tentativas meramente simbólicas em integrar as opiniões da comunidade na elaboração de seu conteúdo (Evans, 2010; Monbiot, 2007).

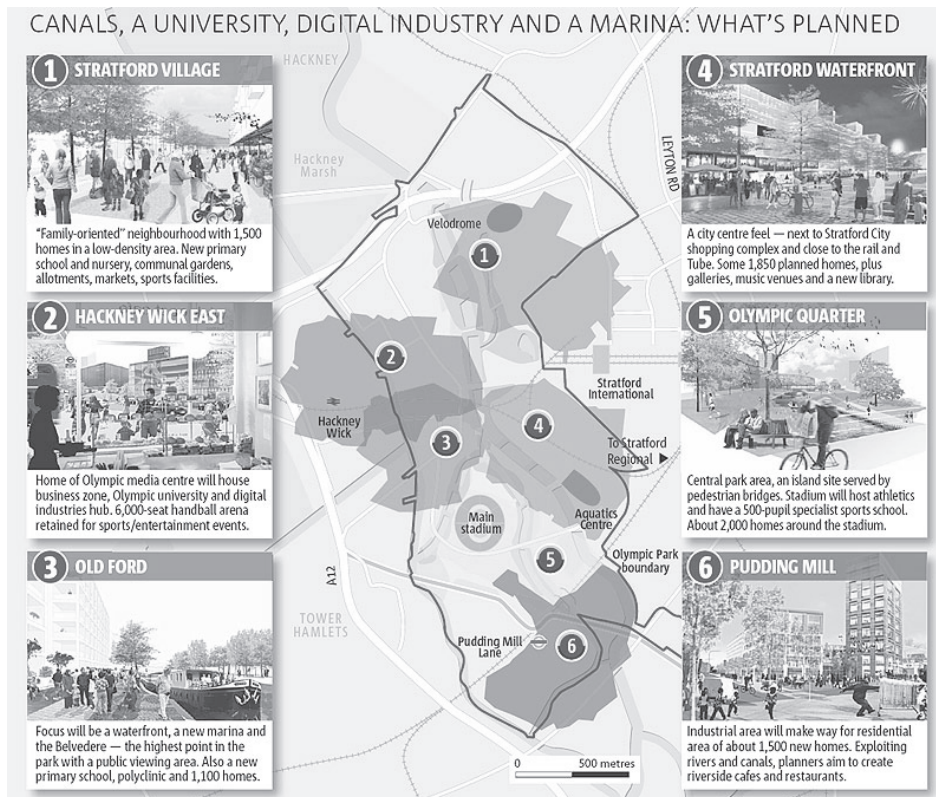
A repercussão na mídia girou em torno da apresentação do futuro do Parque Olímpico a ser estabelecido até 2040. Guardando semelhanças com o anúncio de grandes lançamentos imobiliários, foram anunciadas a criação de seis novos bairros a serem desenvolvidos no perímetro, estrategicamente planejados para novas funcionalidades, que incluem áreas orientadas a famílias, marinas, centros de lazer e consumo e pólos digitais (figura 1). Ao discutir esta visão de longo prazo, o comitê de acompanhamento da Assembléia de Londres as classificou como 'aspirações', apontando que seu planejamento ainda carecia de detalhes quanto à sequência do desenvolvimento habitacional e do patrimônio comunitário (London Assembly 2009).

Ao anúncio do projeto, outro empreendimento adicionaria elementos na geografia de Lower Lea Valley. Um novo ícone arquitetônico foi erguido no parque com a construção de uma torre

## A retórica do legado social em megaeventos: Londres e os Jogos Olímpicos de 2012

de 115 metros adjacente ao Estádio Olímpico, concebida pelo célebre artista plástico Anisha Kapoor. Apresentado pelo prefeito de Londres como o 'perfeito ícone do legado cultural dos Jogos', a torre foi financiada pela iniciativa privada em troca de naming rights a um custo de £16 milhões e participação pública com £ 3.1 milhões do orçamento da LDA. Para o prefeito de Londres, este seria o símbolo da transformação na região:

Muito após o término dos Jogos, nosso objetivo é o de ter algo espetacular no leste de Londres, que seja reconhecido ao redor do mundo (BBC, 2010)



**Fig. 1** Bairros planejados em Lower Lea Valley após 2012 (Fonte: Evening Standard 2009b)

Ao final de 2009, uma nova instituição foi criada pela prefeitura de Londres e o governo central, com o objetivo de planejar, desenvolver e administrar o conjunto do Parque Olímpico por um período de 25 anos. A London Legacy Development Corporation (LLDC) tem como principais atribuições implantar o plano diretor desenvolvido para o parque, promovê-lo ao mercado, otimizar a utilização dos equipamentos olímpicos e atuar em conjunto com outros órgãos em programas sociais na região. A instituição veio somar a outros órgãos e níveis de governo com interesses e responsabilidades diretas pelo legado de 2012 que se sobrepõem, o que levantou dúvidas acerca de seu grau de influência e amplitude de decisões (London Assembly, 2010). Para Evans (2010), esta gestão fragmentada pouco usual parece não incorporar o

aprendizado com experiências de programas semelhantes no exterior, assim como os efeitos distributivos e gentrificação da região das Docklands.

### **Uma nova fase de programas urbanos olímpicos?**

Credita-se a Londres e seu projeto para 2012, o mais ambicioso programa de requalificação urbana e desenvolvimento social ancorado pela realização de um megaevento. Como argumentou-se, a retórica do legado social proeminente desde sua formulação se justificou pela intenção em corresponder à nova filosofia do COI - a que muito se atribui o êxito da candidatura – e para obter a aprovação da opinião pública, distanciando o projeto de outros programas urbanos recentes com resultados adversos, como a reurbanização das Docklands e da Península de North Greenwich. Deste modo, evidencia-se legado como um importante instrumento de retórica capaz de construir consenso.

Tendo em perspectiva a imagem de grandiosos equipamentos esportivos deficitários e pouco utilizados em outras cidades que realizaram os Jogos, a antecipação do planejamento e uso das novas instalações após 2012 é positiva. Ao que se indica, por estar priorizado em um programa nacional de requalificação urbana concebido anteriormente à votação da sede olímpica, a integração de Lower Lea Valley com seu entorno deverá ser menos traumática, e com maior utilização e densidade ocupacional que os Parques Olímpicos construídos na últimas cidades sede.

No entanto, o planejamento de legado de Londres não impediu a ocorrência de impactos sociais, particularmente no que se refere a habitação e emprego. As comunidades removidas de Lower Lea Valley (PMEs, moradores de um conjunto habitacional, famílias ciganas e proprietários de hortas urbanas), foram as primeiras a serem diretamente afetadas pelos preparativos do megaevento. Embora um programa de realocação tenha sido providenciado, estes grupos incorreram em maiores custos operacionais e de vida, assim como dificuldades de adaptação em suas novas instalações. A ruptura do tecido social na região poderá ser ainda mais intensa, caso a valorização imobiliária já observada provoque a saída de moradores locais para outras áreas.

A construção e proporção de moradias classificadas como acessíveis, foi revista ao longo dos anos, assim como a previsão de postos de trabalho permanentes a serem criados no Parque Olímpico após 2012. Registrou-se que a oferta de trabalho associada com o megaevento teve impacto limitado na situação de emprego local, o que sugere uma falta de compreensão da natureza de desemprego local pelas autoridades públicas, ao pressuporem o 'poder transformador da bonança de novas vagas'.

A criação da LLDC e a elaboração do Plano Diretor do Parque Olímpico, antecipou a consulta e participação das comunidades locais sobre o futuro da área, mesmo que em limitado grau de contribuição. A capacidade da LLDC em evitar o processo de gentrificação observado nas Docklands, ainda que inserida em um complexo arranjo institucional e operacional, é um fator a ser acompanhado nos próximos anos.

Uma avaliação sobre o planejamento olímpico de Londres e sua contribuição na evolução de agendas sociais no leste da cidade ainda carece de exames mais detalhados. No entanto, a revisão das metas do governo quanto à geração de emprego e à construção de moradias indica

um cenário mais modesto daquele inicialmente apresentado, ainda mais se descontados os empregos e habitações populares existentes previamente em Lower Lea Valley. A influência da experiência de Londres sobre candidaturas olímpicas se deu especialmente no apreço do planejamento de legado, ainda que desconsiderada sua dimensão social, razão pela qual o projeto foi inicialmente proposto. As demandas de equipamentos olímpicos e as oportunidades abertas com programas de requalificação tornam pouco prováveis a conciliação de extensas melhorias sociais com a criação de uma área de 'classe internacional' composta por edifícios icônicos, grandes centros comerciais e empreendimentos imobiliários representados por marinas, residências à beira de canais e pólos digitais.

## **Referências**

ARUP. London Olympics 2012: Costs and Benefits. Summary. London. 2002.

BBC NEWS. Anish Kapoor Chosen for Landmark 2012 Sculpture. [www.news.bbc.co.uk/2/hi/8597069.stm](http://www.news.bbc.co.uk/2/hi/8597069.stm). Acessado em 15/04/2010. 31/03/2010.

BERNSTOCK, P. London 2012 and the Regeneration Game. In: Poynter, G e MacRury, I. (eds) Olympic Cities: 2012 and the Remaking of London. London: Ashgate, 2009.

COHRE - Centre on Housing Rights and Evictions. 2012 Olympic Games: London's Olympic Preparations and Housing Rights Concerns. Geneva. 2007.

CULTURE, MEDIA AND SPORT COMMITTEE. London 2012 Olympic and Paralympic Games: Funding and Legacy. London: House of Commons. Vol.1. 2007.

DAILY TELEGRAPH. Businesses on Planned Olympic Site Vow to Sue if London Wins. London. 04/07/2005.

DCMS – Department for Culture, Media and Sports. Game Plan: A Strategy for Delivering Government's Sport and Physical Activity Objectives. London: Cabinet Office. 2002.

DCMS – Department for Culture, Media and Sports. Before, During and After: Making the Most of the London 2012 Games. London: DCMS, 2008.

DCMS – Department for Culture, Media and Sports. London 2012 Olympic and Paralympic Games – Annual Report February 2010. London: DCMS, 2010.

EAST THAMES HOUSING ASSOCIATION. 2012 Home Games – A Study of the Housing and Regeneration Legacies of Recent Olympic and Paralympic Games and the Implications for Residents of East London. London: ETHA. 2007.

EVANS, G. London 2012: Regeneration Games. In: Gold, J.R. & Gold, M.M. (eds) Olympic Cities: City Agendas, Planning and the World's Games 1896-2016. London, Routledge, 2010.

EVENING STANDARD. Olympic Job Boom “Must Help the Poorest Children”. London. 17/10/2006.

EVENING STANDARD. Do We Like New £2m Allotments? Not a Lot. London. 27/05/2008.

EVENING STANDARD. Businesses on Olympic Site Still Waiting to be Reimbursed. London. 10/02/2009a

- EVENING STANDARD. Have Your Say on London's 2012 Legacy. London. 13/02/2009b
- EVENING STANDARD. Gardeners Feel 'Betrayed' by Olympics Offer. London. 28/06/2010.
- EXPERIAN. Employment and Skills for the 2012 Games: Research and Evidence. Final Report. London. 2006.
- FLUID. Clays Lane Housing Co-op – Residents Survey Report. London. 2005
- GAMES MONITOR. Eastway Cyclists Visit Hog Hill Circuit. [www.gamesmonitor.org.uk/node/583](http://www.gamesmonitor.org.uk/node/583). Acessado em 17/06/2010. 2008
- GAMES MONITOR. Background Paper 1: Impacts. [www.gamesmonitor.org.uk/files/Briefing Paper1-Impact.pdf](http://www.gamesmonitor.org.uk/files/Briefing%20Paper1-Impact.pdf). Acessado em 12/06/2010. 2010
- HANSARD. House of Common Debates: 2012 Olympic (Employment). [www.publications.parliament.uk/pa/cm200910/cmhansrd/cm100309/halltext/100309h0009.htm](http://www.publications.parliament.uk/pa/cm200910/cmhansrd/cm100309/halltext/100309h0009.htm). Acessado em 26/07/2010. 09/03/2010
- KORNBLATT, T. Setting the Bar – Preparing for London's Olympic Legacy. Discussion Paper n.8. London: IPPR. 2006
- LDA – London Development Agency. Guide to the Lower Lea Valley Olympic Legacy Compulsory Purchase Order. London: LDA. 2005
- LDA – London Development Agency. FOI 291. Request for Information / Freedom of Information Act 2000. London: LDA. 2008
- LERI – London East Research Institute. A Lasting Legacy for London? Assessing the Legacy of the Olympic Games and Paralympic Games. London: GLA. 2007
- LMF – Legacy Masterplan Framework Team. People and Places – A Framework for Consultation. Summary. London: LDA. 2009
- LONDON 2012 LTD. Response to the Questionnaire for Cities Applying to Become Candidate Cities to Host the Games of the XXX Olympiad and Paralympic Games in 2012. London. 2004
- LONDON 2012 LTD. Candidate File. Theme 1- Concept and Legacy. London. 2005
- LONDON ASSEMBLY. London Olympic Games and Paralympic Games: The Employment and Skills Legacy. London: GLA. 2007
- LONDON 2012 LTD. Towards a Lasting Legacy – A 2012 Olympic and Paralympic Games Update. London: GLA. 2009
- LONDON 2012 LTD. Legacy Limited? A Review of the Olympic Park Legacy Company's Role. London: GLA, 2010
- MacALOON, J. J. Legacy as Managerial/Magical Discourse in Contemporary Olympic Affairs. *International Journal of the History of Sport*. Vol.25 n.14, p 2060-2071. 2008
- MACRURY, I., POYNTER, G. The Regeneration Games: Commodities Gifts and the Economies of London 2012. *International Journal of the History of Sport*. Vol.25 n.14, p 2072-2090. 2008

- MACRURY, I., POYNTER, G. Olympic Cities and Social Change. In: Poynter, G. & MacRury, I. (eds) Olympic Cities: 2012 and the Remaking of London. London, Ashgate, 2009b.
- MAYOR OF LONDON. The London Plan: Spatial Development Strategy for Greater London. London: GLA. 2004
- MAYOR OF LONDON. Five Legacy Commitments. London: GLA. 2008
- MONBIOT, G. This Olympian Stitch-Up Remains Blissfully Untroubled by Democracy. The Guardian. 20/03/2007
- NEF - New Economics Foundation. Fools Gold - How the 2012 Olympics is selling London Short, and a 10 Point Plan for a More Positive Local Legacy. London: New Economics Foundation, 2008
- ODPM – Office of the Deputy Prime Minister. Creating Sustainable Communities: Delivering the Thames Gateway. London. 2005
- POYNTER, G. From Beijing to Bow Bells – Measuring the Olympic Effect. London East Research Institute – Working Papers in Urban Studies. London: LERI, 2007.
- POYNTER, G. London: Preparing for 2012. In: Poynter, G. & MacRury, I. (eds) Olympic Cities: 2012 and the Remaking of London. London: Ashgate, 2009a.
- RACO, M. Whose Gold Rush? The Social Legacy of a London Olympics. In: Vigor, A. et al (eds) After the Gold Rush: A Sustainable Olympics for London. London: IPPR/DEMOS, 2004.
- REUTERS. Olympic Effect Boosts East London House Prices. [uk.reuters.com/article/idUKNOA25034020070202](http://uk.reuters.com/article/idUKNOA25034020070202). Acessado em 15/04/2010. 02/02/2007.
- ROSE, D. M. H. The London Development Agency (Lower Lea Valley, Olympic and Legacy Compulsory) Purchase Order 2005. Public Inquiry. Inspector's Report. London: The Planning Inspectorate. 2006
- RUSKIN, M. Sport, Spectacle and Society: Understanding the Olympics. In: Poynter, G. & MacRury, I. (eds) Olympic Cities: 2012 and the Remaking of London. London, Ashgate, 2009
- SILVESTRE, G. The Social Impacts of Mega-Events: Towards a Framework. *Esporte e Sociedade*. Vol. 4, n.10, pp. 1-26. 2008
- SNU – Safe Neighbourhoods Unit. Moving On from Clays Lane – A Survey of Former Tenants. Final Report. London. 2008
- THE GUARDIAN. Gypsies Lose High Court Battle Over Olympic Sites. London. 04/05/2007
- THE INDEPENDENT. Businesses on Olympic Site Fight to Avoid Eviction. 13/08/2005
- THE TIMES. The East End Facelift for the Future. London. 12/03/2010
- VIGOR, A., Mean, M. and Tims, C. Introduction. In: Vigor, A. et al (eds) After the Gold Rush: A Sustainable Olympics for London. London: IPPR/DEMOS, 2004.

**Recebido em junho de 2016. Aprovado em julho de 2016.**

# SOCHI 2014: UM B.R.I.C NA ESTRADA DA PERDIÇÃO

Sochi 2014 – A BRIC on the Road to Perdition

**Christopher Gaffney**

Departamento de Geografia, Universidade de Zurich

**Daniel Wolfe**

Departamento de Geografia, Universidade de Zurich

## **Resumo:**

Neste estudo, procedemos a uma análise dos principais projetos de transporte desenvolvidos para os Jogos de 2014 em Sochi a partir de uma perspectiva materialista. Procuramos descobrir em que níveis tais projetos se aproximam ou divergem de uma série de pressupostos básicos em relação aos projectos de infra-estrutura verificados em megaeventos promovidos em cidades-sede recentes. Em um primeiro momento, explicitamos esses pressupostos conforme evidenciado na literatura, para argumentar que é provável que a infra-estrutura de Sochi esteja coerente com os modelos anteriores. Em segundo lugar, vamos examinar tais premissas no contexto da preparação e hospedagem dos Jogos Olímpicos 2014. Olhamos para os quadros discursivos a partir dos quais os russos sustentaram a necessidade de pesados projetos de infra-estruturas para a realização dos Jogos. Em um terceiro momento, olhamos para a dinâmica geográfica da região de Sochi impactada pelos Jogos, examinado o sistema rodoviário e ferroviário criado para ligar o cluster olímpico costeiro com o cluster de montanha. Ao correlacionar a realização destes onerosos e ineficazes projetos de transporte com as demandas do COI, verificamos que estes foram superfimencionados devido aos condicionantes promovidos pelos mecanismos redistributivos neo-patrimoniais da Rússia.

**Palavras-chave:** Sochi 2014. Infraestrutura. Regime de acumulação. COI.

## **Abstract:**

In this study we undertake an analysis of the major transportation projects developed for the 2014 Sochi Games from a materialist perspective. We seek to uncover the degree to which these projects conform or diverge from a series of primary assumptions regarding mega-event related infrastructure projects in recent host cities. In a first moment, we lay out these assumptions as evidenced in the literature, building a case for why it is likely that Sochi 2014 infrastructure would likely cohere to previous models. Secondly, we examine these assumptions within the context of preparing and hosting the Olympics. We look at the discursive frameworks within which the Russians communicated the necessity of hard infrastructures for the realisation of the Games. In a third moment, we look at the geographic dynamics of the Sochi region impacted by the Olympics, turning to the case study of a road and rail system that linked the coastal Olympic cluster with the mountain cluster. We conclude by linking the development and delivery of superfluous, over-priced, and ineffective transportation infrastructure to the exogenous demands of the IOC that were exacerbated by the conditioning factors of Russia's neo-patrimonial redistributive mechanisms.

**Keywords** – Sochi 2014, infrastructure, accumulation regime, IOC

## Introdução

Os Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi de 2014 foram os mais caros da história do evento, custando USD\$ 51 bilhões. Além de servir de mecanismo de distribuição de riqueza entre as redes oligárquicas, o governo de Putin aproveitou os Jogos de Sochi para consolidar a posição geopolítica da Rússia em vários níveis (Remnick 2014; Petersson 2014; Arnold e Foxall 2014; Persson e Petersson 2014). Embora os megaeventos esportivos sempre tenham possuído um papel essencial no tão chamado “poder suave” (soft power), relatos nacionalistas usados nos discursos oficiais coincidem com ação militar na Ucrânia e na Crimeia, que foi anexada à Rússia logo após das cerimônias de encerramento das Olimpíadas.

Embora uma reestruturação geopolítica possa ter sido o legado externo mais duradouro das Olimpíadas de Sochi, a maneira pela qual a realização dos Jogos transformou a dinâmica urbana da região é também preocupante. Mesmo presumindo um custo de corrupção de 50% nas obras (Müller 2014), as exigências do evento garantiram que dezenas de bilhões de dólares seriam investidos na infraestrutura física, com impactos no meio-ambiente, transporte, turismo e esportes. Os efeitos a longo prazo desses investimentos ainda estão sendo analisados e o que nós propomos aqui é uma análise dos projetos mais caros e visíveis para avaliar os impactos dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2014 na infraestrutura e nas condições de vida na região de Sochi.

Neste estudo, analisaremos o projeto articulado rodo-ferroviário desenvolvido para os Jogos de 2014 de Sochi de um ponto de vista materialista. Tentaremos descobrir como estes projetos se aproximam ou se desviam de uma série de premissas básicas em relação aos projetos de infraestrutura para megaeventos efetuados recentemente em outras cidades. Em primeiro lugar, estudamos essas premissas como evidências apresentadas, construindo um estudo de caso para explicar por que é provável que as Olimpíadas de Sochi tenham seguido modelos anteriores. Segundo, examinaremos essas premissas dentro do contexto da preparação e acolhimento dos Jogos Olímpicos. Em terceiro lugar, avaliaremos a dinâmica geográfica da região de Sochi e o impacto que os Jogos lá tiveram, considerando o sistema rodo-ferroviário que liga o conjunto (ou cluster) olímpico do litoral com o da montanha. Concluiremos mostrando a ligação entre a promoção de uma infraestrutura de transporte supérflua, ineficaz e de preço exagerado, e as exigências do COI (Comitê Olímpico Internacional) que foram exacerbados pelos próprios mecanismos neopatrimoniais e de concentração de renda em curso na Rússia.

A abundante literatura sobre o desenvolvimento de infraestrutura olímpica é clara: a associação de projetos de infraestruturas de grandes dimensões com prazos curtos impostos para preparar um megaevento termina ultrapassando em muito o orçamento original (Kassens-Noor 2012a; Zimbalist 2015; Horne e Whannel 2012). Nos últimos 25 anos, o custo médio da Copa do Mundo e das Olimpíadas excedeu em 175% (Zimbalist 2015). Apesar de ser uma tarefa difícil, se separarmos os projetos de infraestrutura das operações específicas dos próprios Jogos, há uma certa tendência de maior inflação do primeiro. Isso acontece porque o COI, que quer limitar seus gastos, financia a maior parte das operações dos Jogos (chama-se os “OCOG” — “Operational Costs of the Olympic Games”, ou seja, “os custos operacionais dos Jogos Olímpicos”). Essas despesas são diferentes dos projetos de infraestrutura urbana cujos custos (tudo que não é incluído nos OCOG) devem ser pagos pelo setor público. As despesas que não fazem parte das OCOG são, contudo, essenciais às operações olímpicas, pois incluem transporte, habitação, segurança e serviços para turistas. Portanto, são restritas aos mesmos prazos que as operações olímpicas, uma condição que aumenta os custos enquanto reduz a transparência e responsabilidade (Alves dos Santos Junior, Gaffney, e Ribeiro 2015).

O desenvolvimento de projetos relacionados aos Jogos Olímpicos acontece no âmbito de um estado de exceção político-jurídico que incentiva um modo de planejamento, contratações e execução muito acelerados (Müller 2011). O desenvolvimento de autarquias “*ad-hoc*” do governo, geradas para canalizar o dinheiro do tesouro público e sustentar a infraestrutura das novas oportunidades, estende a distância entre o público e a política pública (Gusmão de Oliveira 2015). Esses procedimentos ocorrem na preexistente economia política da cidade: o prévio “*status quo*” a condicionar as formas em que o planejamento e os contratos são geridos. Por exemplo, se uma cidade tem uma secretaria de obras públicas incumbida da construção de rodovias, provavelmente a mesma secretaria seria responsável por cumprir tais projetos para as Olimpíadas, mantendo fundos públicos no setor. Por outro lado, se empresas privadas dominam o desenvolvimento da infraestrutura urbana, e então provável que o setor privado se beneficie do aumento de fluxos de capitais nesta área de construção (Rodrigues 2015). Obras feitas para os Jogos acontecem, portanto, num quadro que fica modificado pelas condições e exigências especiais do evento, mas que se enquadra nas persistentes dinâmicas do poder urbano pré-existent (Brownill, Keivani e Pereira 2013). Essa condição generalizada se aplica em todas as cidades-sede, acentuando atributos positivos e negativos no contexto de uma determinada economia política.

Agravando os problemas da construção da cidade olímpica, temos o incentivo à licitação de projetos de infraestrutura enquanto os países estão ainda se candidatando para receber os Jogos. No processo de concorrência para sediar as Olimpíadas, projetos mais baratos tem maior apelo popular, enquanto o COI tem a tendência de favorecer projetos mais extravagantes. Essa tensão existencial se desenrola na paisagem urbana com orçamentos exorbitantes e projetos com um excesso de obras que seriam pouco úteis depois dos Jogos. O abandono e deterioração imediatos da infraestrutura olímpica, assim que os Jogos terminam, é comum (Young, 2015), com os exemplos mais significativos sendo a inserção de corredores de transporte que mudaram permanentemente o tecido urbano, desviando e recondicionando os padrões de tráfego por décadas (Kassens-Noor 2012b). Temos muitos exemplos de várias cidades-sede anteriores que sugerem que as exigências de curto prazo dos jogos geram impactos de longo prazo que tendem a exacerbar um desenvolvimento desigual e aumentar os custos de oportunidade ao longo do tempo.

Nessa conjuntura dinâmica, os gastos públicos dos Jogos Olímpicos funcionam como mecanismos redistributivos nas economias políticas existentes em várias escalas. A necessidade de criar autarquias temporárias para conceber e realizar projetos favorece interesses enraizados que influenciaram o processo de escolha da cidade-sede e a aprovação de projetos futuros. Essas dinâmicas podem ser inseridas no contexto de uma economia política global esportiva onde a FIFA e o COI exercem controle sobre um modelo de negócios para extrair rendas de monopólio das cidades. Nessas cidades, os relacionamentos contratuais com a FIFA e o COI desencadeiam uma série de intervenções políticas, financeiras e físicas que deixam impactos duradouros nas populações que recebem o evento em seus territórios.

### **A economia política russa e os desenvolvimentos em Sochi**

Os negócios na Rússia - sobretudo aqueles do governo - dependem amplamente de contatos pessoais. Essas redes proporcionam oportunidades, acesso a recursos e proteção, tornando

nebulosas as linhas entre a amizade, o patrocínio e a corrupção. Na Rússia, é difícil distinguir precisamente onde a cultura empresarial termina e a criminalidade começa. A troca diária de favores é uma forma aceitável de lidar com os obstáculos burocráticos e com uma prestação de serviços inadequada. Do mesmo modo, a troca de favores políticos e econômicos em escala maior pode influenciar grandes contratos, privilégios executivos ou até cargos no governo. No contexto da distribuição neopatrimonial de contratos financiados pelo governo, os Jogos de Sochi estabeleceram o paradigma dominante em que redes pessoais permeiam o âmbito governamental, nos negócios e na vida privada. Nessa conjuntura existe muita pressão para resistir a transparência institucional ou outros mecanismos de responsabilidade. Embora os métodos de obter contratos sejam sempre questionáveis, no contexto das Olimpíadas de Sochi, eles se aproximaram de um estado puro de opacidade dificultando qualquer fiscalização do evento e fazendo tais tentativas perigosas.

A agenda do planejamento das Olimpíadas de 2014 concebeu a transformação da pacata Sochi, decadente resort da era soviética, numa espécie de Riviera russa, um balneário luxuoso repleto de hotéis deslumbrantes e áreas de lazer para a oligarquia russa e turistas de classe internacional. No litoral leste do Mar Negro, as autoridades construíram agrupamentos de estádios para acolher o Hóquei no gelo, a patinação e as cerimônias de abertura e de encerramento dos Jogos; nas montanhas, a uma distância de 40 quilômetros dali, a partir de um precário esboço de instalação de esqui da era soviética, constuíram uma vasta rede de pistas e serviços de padrão internacional. Este desenvolvimento estimulou a construção de novas cidades nas montanhas com hotéis, lojas, restaurantes, clubes, centros administrativos, estradas e estacionamentos. Obras visualmente drásticas, extremamente caras e que tiveram impactos na vida dos moradores, nas configurações urbanas, no transporte regional e na paisagem.

As insondáveis redes entre os setores público e privado que se formaram em torno dos Jogos em Sochi trouxeram grandes mudanças materiais na cidade na região. Contratos de construção massivos foram acordados para as empresas com os melhores contatos, inclusive aquelas que pertenciam aos amigos pessoais do presidente russo. Empréstimos a taxas de juros baixos foram oferecidos para as maiores firmas para construir hotéis e shopping centers, e quando não conseguiram reembolsar o dinheiro, o governo perdoou as dívidas. Um número crescente de subempreiteiros ganhou contratos sem licitação, o que aumentou radicalmente os custos que oneraram ainda mais o poder público. Além de criar uma nova infraestrutura na região, estes projetos redistribuíram a riqueza dos cofres públicos para setores privados. Isso tudo aconteceu com muito pouca transparência.

No contexto de um estado neopatrimonial russo neste princípio do século 21, os Jogos serviram para numerosos fins interligados e foram usados para disseminar uma narrativa nacionalista enfatizando grandes sucessos do estado russo para uma audiência doméstica “de forma a preencher o vazio ideológico criado pelo colapso do comunismo” (ORTTUNG & ZHEMUKHOV 2014, 176; WOLFE 2015). O capital simbólico das Olimpíadas permitiu a exploração da fragilidade no controle do setor público para consolidar o poder entre uma elite exclusiva, a fim de estender o poder geopolítico da Rússia nacional e internacionalmente. Os impactos permanentes dessas ações na infraestrutura afetaram incisivamente as vidas e as condições de vida dos habitantes da região.

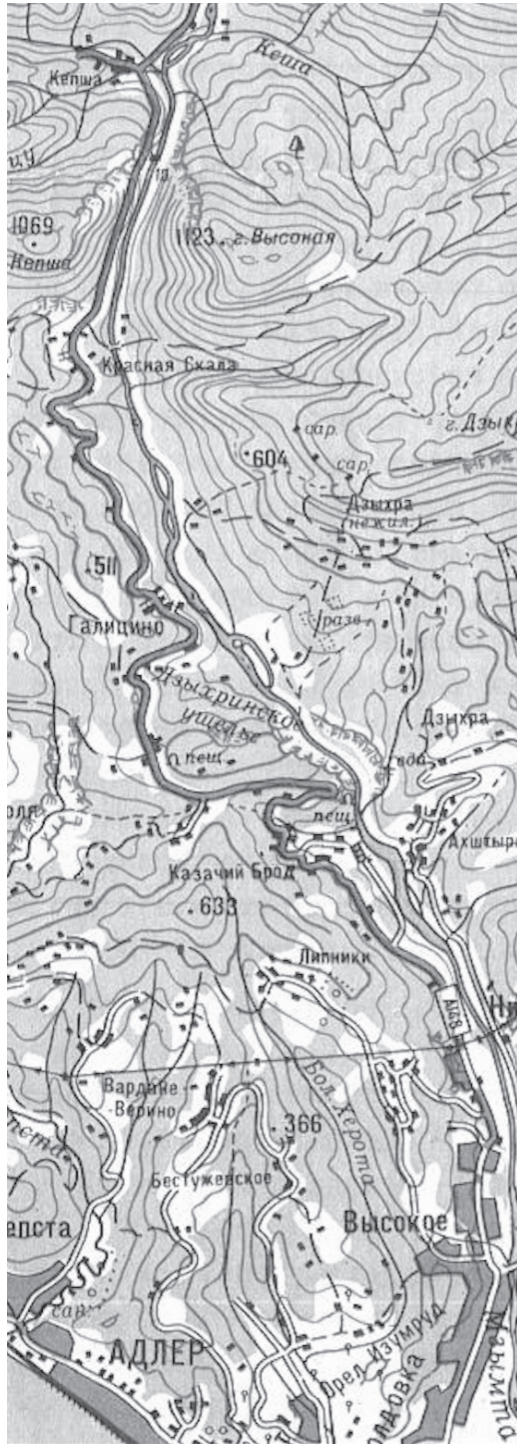
## A estrada mais cara do mundo?

Como parte da proposta para sediar os Jogos de inverno de 2013, o projeto de construção de um sistema rodo-ferroviário ligando a capital costeira com as montanhas foi essencial para o planejamento da infraestrutura da região e para as operações dos Jogos. Mas nada os documentos careciam de conceitos fundamentais para explicar como o projeto seria economicamente viável ou socialmente necessário. Recorreram à linguagem sedutora do conteúdo

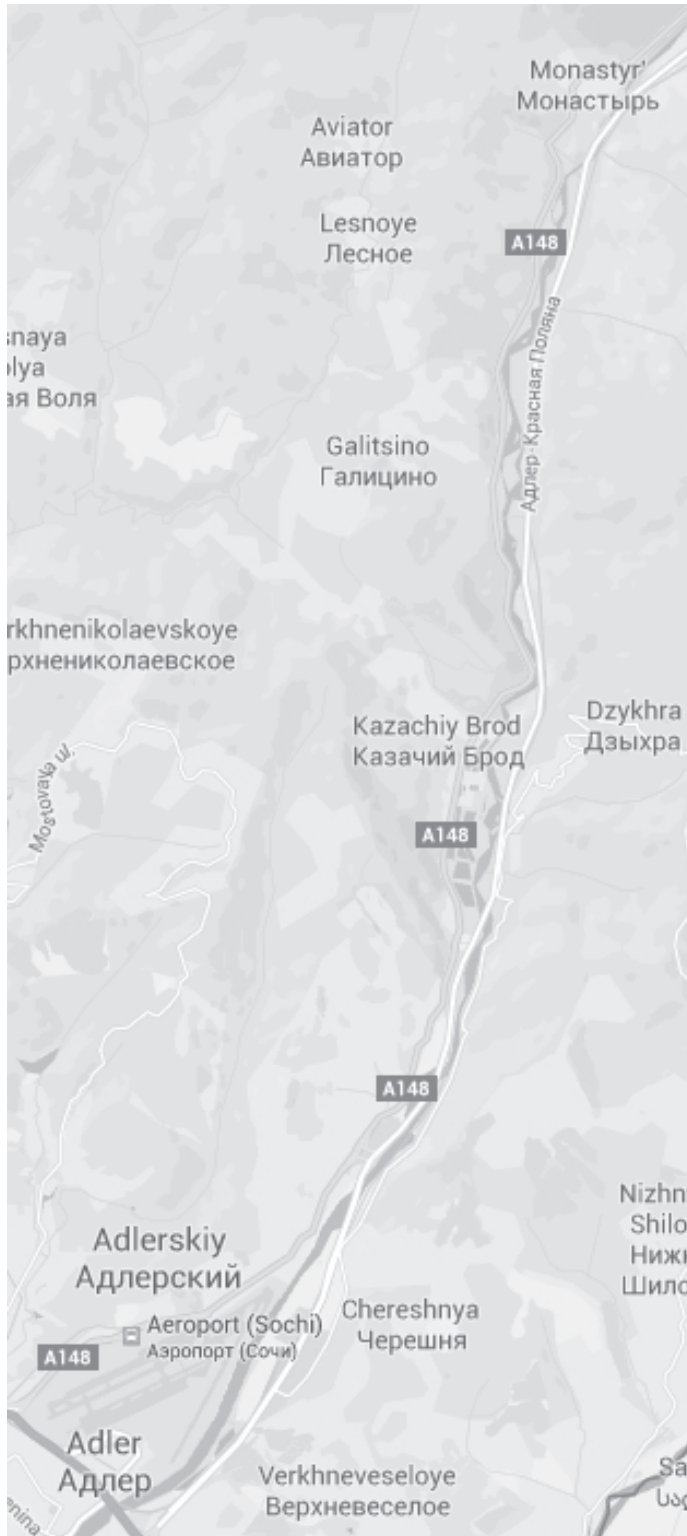
visual usados muitas vezes na apresentação de candidaturas para seduzir o COI (GAFFNEY 2016). Ademais, a economia de escala que seria supostamente gerada pelo turismo nunca se materializou.

Muito antes dos Jogos, uma estrada ligava a costa a alguns vilarejos remotos nas montanhas. A estrada original era estreita e sinuosa, subindo da margem oeste do rio Mzymta, bordeando apertadamente a montanha até o vilarejo alpino de Krasnaya Polyana. Levava-se até três horas em viagem de ônibus ou talvez duas horas de carro, mas as condições precárias de neve na estrada no inverno impediam qualquer tipo de transporte. Por isso, cidadãos soviéticos costumavam chegar à montanha de helicóptero estatal; atualmente, os únicos helicópteros que voam por lá são privados.

No início da década passada, a velha estrada foi substituída por uma rodovia larga que passava através da montanha numa série de belos túneis decorados com mármore vermelho e preto. A estrada diminuiu o tempo de trânsito de forma significativa afim que fosse possível efetuar a viagem em uma hora de ônibus ou aproximadamente 40 minutos de carro vindo do lado oeste do rio. Aldeões da margem leste do rio Mzymta passaram a ter de dirigir no sentido da costa para finalmente atravessar o rio e chegar à rodovia. Apesar disso, foi um sistema adequado em geral às exigências dos habitantes e turistas e nenhum plano surgiu para expandir sua capacidade.



Mapa de Sochi antes dos Jogos - Sochi Map 1.jpg



Mapa do Projeto dos Jogos em Sochi com destaque para as duas estradas— Sochi Map 2.jpg

Quando Sochi ganhou o direito de sediar as Olimpíadas, as autoridades revelaram seus planos iniciais para construir uma segunda rodovia nas montanhas, desta vez na margem leste do rio Mzymta. Além disso, conceberam um novo projeto ferroviário ao longo do litoral, ligando o aeroporto e a estação de trem aos resorts de esqui nas montanhas. Esse projeto era sobretudo interessante para os moradores da margem leste do rio e as autoridades divulgaram planos mostrando acessos às autoestradas servindo os seus municípios. Um acesso mais rápido à rodovia reduziria o tempo de deslocamento daquelas comunidades até o centro de Sochi.

Porém, assim que começaram as obras, os residentes da margem leste descobriram que os planos tinham mudado: muitos municípios não teriam acesso à nova autoestrada. Os habitantes expressaram sua frustração várias vezes para líderes políticos, inclusive com manifestações, mas a nova concepção do projeto continuou como uma rodovia sem vias de acesso. A maioria dos projetos e obras para os Jogos foi feito com pouquíssimo diálogo com os habitantes da região. Um morador disse o seguinte: “Disseram-nos que a cidade não tinha grana, mas isso é ridículo. Olha quanto dinheiro eles estão gastando para todo o resto! Já escrevi cartas para o governo federal para forçar [os organizadores] a cumprir suas promessas.” (V.P., *Interview with authors*, 2013).

A construção de muitos túneis e suportes de concreto ao longo do rio foi necessária para realizar a autoestrada e a ferrovia. Mais tarde, respondendo às reclamações dos habitantes a respeito de derrames de espumas químicas encontrados no rio, a empresa WWF Rússia testou a água e determinou que continha 35 vezes mais do que os níveis aceitáveis de derivados de petróleo e 60 vezes mais do que os níveis aceitáveis de fenóis. Este afluxo de resíduos químicos contaminaram os ecossistemas ribeirinhos, matando peixes e plantas antes de atingir o Mar Negro. Pela primeira vez na história, os

moradores evitaram nadar no rio durante o verão. Contudo, turistas que não sabiam da poluição causada pelas obras nas montanhas continuaram suas férias à beira-mar (*ANTI-CORRUPTION FOUNDATION* 2014).

A autoestrada e a ferrovia foram inauguradas imediatamente pouco antes do princípio das Olimpíadas, mas com um atraso de seis meses. O orçamento original do projeto inteiro era de 4,5 bilhões de dólares e o custo final foi estimado em quase o dobro: 8,7 bilhões. Segundo as mídias, esta seria “a rodovia mais cara do mundo” (Collins 2014; CNN 2014) com os lucros divididos entre empreiteiros e subempreiteiros com ligações diretas com o presidente russo. Visitantes e residentes ficaram impressionados com a beleza da nova rodovia e a velocidade do serviço ferroviário entre os equipamentos litorâneos da cidade olímpica e os da montanha. Os tempos de deslocamento foram reduzidos de várias horas para apenas 30 minutos, e durante os Jogos o serviço foi frequente, confiável e funcional.



Photo Sochi river construction.jpg

Mas assim que os Jogos terminaram, tal qual a chama olímpica apagada, tudo perdeu seu brilho. Moradores que residem perto do rio reclamaram que não havia estações servindo os seus municípios, e que a ferrovia simplesmente os ignorava. Foram construídas sete estações na costa, inclusive no aeroporto e a estação central, e também duas estações na área de esqui, mas para as comunidades entre esses pontos, nada. Novamente os residentes da margem leste do rio se encontravam praticamente na mesma situação que antes da construção. Para chegar à rodovia, é preciso dirigir vários quilômetros antes de encontrar uma rua de acesso. Essa descontinuidade relativa que os habitantes vem experimentando é apenas mais um dos problemas gerados pela profunda intervenção material causada pelos Jogos.

As forças motrizes das obras têm suas origens nos requisitos técnicos impostos pelo COI, que estipulam que devem existir pelo menos duas rotas de acesso para os eventos. Isso é especialmente verdade para as cidades que têm distâncias significativas entre os esportes de gelo e os locais dos eventos de esqui alpino como o de Vancouver e Sochi. Em Vancouver, o Sea to Sky Highway Project foi forçado polemicamente durante as preparações para as

Olimpíadas, facilitando acesso entre os clusters de Whistler e Vancouver. De uma forma parecida, em Sochi, as rodovias existentes não eram suficientes para realizar os Jogos. Então, um novo sistema de alta capacidade foi criado de forma acelerada, atropelando processos ambientais e de contratação.

Embora houvesse como negociar o tamanho e o âmbito do projeto com o COI, as autoridades russas aproveitaram a premência e rigidez temporal dos Jogos para alavancar ganhos muito elevados nos processos de planejamento, contratação e construção da autoestrada e da ferrovia. As rotas entre a costa e as montanhas têm agora a capacidade de acolher 20.000 pessoas por hora, enquanto todas as estações de esqui tem capacidade para apenas 30.500 pessoas por dia. O resultado é um sistema rodoviário e ferroviário superdimensionado que não consegue lidar com as demandas internas da região. Após as Olimpíadas, o tráfego ferroviário foi reduzido a somente alguns trens por dia, para atender apenas as necessidades turísticas. No contexto atual de sanções internacionais contra a Rússia e sua economia em contração, há cada vez menos turistas e empregos nas estações de esqui. O sistema está sendo subaproveitado e os governos municipais e regionais de Sochi têm que suportar os custos relacionados à sua manutenção. Isso é mais um gigantesco “elefante branco” inspirado pelas Olimpíadas, já que os pesquisadores não prestaram a devida atenção a tais projetos de infraestrutura (Baumann and Matheson 2013).

### Conclusão

Os projetos rodo-ferroviários desenvolvidos para os Jogos Olímpicos de Sochi de 2014 assinalam todos os quadros problemáticos da infraestrutura de um megaevento. Houve excessos de construções, com orçamentos subdimensionados e despesas exorbitantes para infraestruturas não essenciais que não proporcionaram nenhum benefício material a longo prazo para residentes ou visitantes. O acesso às montanhas já tinha sido melhorado em 1996, mas o acolhimento das Olimpíadas se interligou problemas habituais: elites do exterior faziam suas exigências da infraestrutura e os interessados locais perceberam oportunidades para extrair mais dinheiro usando os Jogos como uma desculpa.

Essas conclusões são consistentes com pesquisas anteriores pelas formas gerais em que o governo russo usou os megaprojetos para vários motivos. As Olimpíadas de Sochi no geral foram usadas como um mecanismo pelo qual o governo podia distribuir favores, mantendo o controle sobre a oligarquia politicamente inquieta que viu uma redução dos seus poderes com a queda do preço de combustíveis fósseis. Assim, “Megaprojetos servem para manter o regime atual, apesar das suas instituições fracas, enfatizando os sucessos do estado russo de uma forma que enche o vazio ideológico criado pelo colapso do comunismo” (Ortung and Zhemukhov 2014, 176). Por isso, USD\$ 51 bilhões foi um bom investimento para Putin, sendo apenas 4% do PIB.

Além disso, a Rússia tem aproveitado seus megaprojetos como ferramentas de desenvolvimento regional, alavancando grandes quantidades de dinheiro para grupos dominantes além de abrir novos vetores para o desenvolvimento urbano e consolidar poder político em escala nacional (Ortung and Zhemukhov 2014,p.177). Porém, ainda que os Jogos de Sochi tenham destacado mundialmente a Rússia como um país capitalista moderno, o grande fracasso em criar infraestrutura adequada, capaz de estimular crescimento econômico regional, deve ser considerado um sinal da insuficiência de usar os Jogos Olímpicos como catalisador de tais ambições. Pelo contrário,

como em geral ocorre nas Olimpíadas, os Jogos de Sochi e a Copa do Mundo de 2018 são altamente eficientes para determinados fins, porém gerando mecanismos radicalmente injustos de redistribuição social da riqueza.

### Referências

SANTOS, Orlando Alves dos, Junior; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, eds. 2015. *Brasil: Os Impactos Da Copa Do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora.

ANTI-CORRUPTION FOUNDATION. 2014. "Sochi 2014: Encyclopedia of Spending. The Cost of Olympics Report by the Anti-Corruption Foundation." <http://sochi.fbk.info/en/report/>>.

ARNOLD, Richard; FOXALL, Andrew. 2014. "Lord of the (Five) Rings: Issues at the 2014 Sochi Winter Olympic Games: Guest Editors' Introduction." *Problems of Post-Communism* 61 (1): 3–12.

BAUMANN, Robert; MATHESON, Victor. 2013. "Infrastructure Investments and Mega-Sport Events: Comparing the Experience of Developing and Industrialized Countries." COLLEGE OF THE HOLY CROSS, DEPARTMENT OF ECONOMICS FACULTY RESEARCH SERIES, PAPER NO. 13-05.

BROWNILL, Sue; KEIVANI, Ramin; PEREIRA, Gisele. 2013. "Olympic Legacies and City Development Strategies in London and Rio; beyond the Carnival Mask?" *International Journal of Urban Sustainable Development* 5 (2): 111–31. doi:10.1080/19463138.2013.840637.

CNN, Ben Wyatt. 2014. "Tunnels and Tarmac: How to Make the 'World's Most Expensive Road.'" CNN. February 23. <http://edition.cnn.com/2014/02/23/sport/road-expensive-sochi-2014-winter-games/index.html>.

COLLINS, Ben. 2014. "Russia Could've Paved a Cheaper Road in Sochi with Caviar." *Esquire*. February 7. <http://www.esquire.com/blogs/news/russia-olympics-caviar-road>.

GUSMÃO DE OLIVEIRA, Nelma. 2015. *O Poder Dos Jogos E Os Jogos de Poder*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / ANPUR.

HORNE, John, and Garry Whannel. 2012. *Understanding the Olympics*. Abingdon, Oxon; New York: Routledge.

KASSENS-NOOR, Eva. 2012a. *Planning Olympic Legacies/: Transport Dreams and Urban Realities*. Milton Park, Abingdon, Oxon; New York: Routledge.

KASSENS-NOOR, Eva. 2012b. *Planning Olympic Legacies: Transport Dreams and Urban Realities*. Routledge.

MÜLLER, Martin. 2011. "State Dirigisme in Megaprojects: Governing the 2014 Winter Olympics in Sochi." *Environment and Planning A* 43 (9): 2091–2108. doi:10.1068/a43284.

ORTTUNG, Robert; ZHEMUKHOV, Sufian. 2014. "The 2014 Sochi Olympic Mega-Project and Russia's Political Economy." *East European Politics* 30 (1).

PERSSON, Emil; PETERSSON, Bo. 2014. "Political Mythmaking and the 2014 Winter Olympics in Sochi: Olympism and the Russian Great Power Myth." *East European Politics* 30 (1).

PETERSSON, Bo. 2014. "Still Embodying the Myth? Russia's Recognition as a Great Power and the Sochi Winter Games." *Problems of Post-Communism* 61 (1): 30–40.

REMNICK, David. 2014. "Patriot Games." *The New Yorker*, March 3.

RODRIGUES, Juciano. 2015. "Mobilidade Urbana Nos Megaeventos Esportivos: Panorama Crítico Das Ações E Projetos Para a Copa Do Mundo 2014." In *Brasil: Os Impactos Da Copa Do Mundo 2014 E Das Olimpíadas 2016*, 105–30. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais.

WOLFE, Sven Daniel. 2015. "A Silver Medal Project: The Partial Success of Russia's Soft Power in Sochi 2014." *Annals of Leisure Research*, December, 1–16. doi:10.1080/11745398.2015.1122534.

YOUNG, James. 2015. "After the World Cup, Stadiums Predictably Leaving White-Elephant Legacies." *Sports Illustrated*. <http://www.si.com/planet-futbol/2015/02/02/world-cup-stadiums-brazil-south-africa-fifa-white-elephants>.

ZIMBALIST, Andrew S. 2015. *Circus Maximus: The Economic Gamble behind Hosting the Olympics and the World Cup*. Washington, D.C: Brookings Institution Press.

**Recebido em junho de 2016. Aprovado em julho de 2016.**

# INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO NO PROJETO OLÍMPICO:

## UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO<sup>1</sup>

### Public Investment and Private Sector Participation in the Olympic Project - An analysis on the city's experience in Rio de Janeiro

**Larissa Gdynia Lacerda**

Mestranda em Planejamento Urbano e Regional pelo  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ  
Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles

**Mariana da Gama e Silva Werneck**

Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa  
e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ  
Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles

**Orlando Alves dos Santos Junior**

Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)  
Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, UFRJ  
Pesquisador do Observatório das Metrôpoles

**Patrícia Ramos Novaes**

<sup>^</sup> Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa  
e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ  
Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles

#### Resumo:

É corrente o argumento de que os Jogos Olímpicos são uma oportunidade única de promover o desenvolvimento econômico, a renovação urbana, e a ampliação do acesso aos equipamentos e serviços públicos. Desse modo, os vultosos investimentos realizados e os custos de preparação da cidade para o megaevento seriam amplamente justificados. No entanto, a conjuntura recente deflagra a necessidade de identificar onde os recursos estão sendo investidos, avaliando ainda quem são os agentes sociais e setores econômicos que se beneficiam desses investimentos. No âmbito deste artigo, busca-se fazer um balanço dos principais investimentos realizados no contexto de preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber os Jogos Olímpicos, de forma a contribuir com as avaliações dos impactos dessas intervenções.

**Palavras-chave:** Jogos Olímpicos. Rio 2016. Orçamento. Parcerias Público-Privadas.  
Reestruturação Urbana.

#### Abstract:

It is a common argument that the Olympic Games are a unique opportunity to promote economic development, urban renewal and the expansion of access to public facilities and services. Thus, the heavy investments made and the city's preparation costs for the mega event would be amply justified. However, recent events triggers the need to identify where resources are being invested, evaluating who are the social actors and economic sectors that benefit from these investments as well. Within this article, we seek to analyze the main investments in the city's preparation context of Rio de Janeiro to host the Olympic Games, in order to contribute to the evaluations of the impacts of these interventions.

**Keywords:** Olympic Games. Rio 2016. Public-Private Partnerships. Urban Restructuring.

## Introdução

No Rio de Janeiro e em outras cidades do mundo, a ideia de sediar um megaevento tal como os Jogos Olímpicos é disseminada como oportunidade única de promover o desenvolvimento econômico, a renovação urbana, a ampliação do acesso aos equipamentos e serviços públicos, e a qualificação do gerenciamento urbano (COSTA, 2013). Desse modo, os vultosos investimentos realizados e os custos de preparação da cidade para o megaevento seriam amplamente justificados, dadas as possibilidades de melhoria na qualidade de vida da população e de crescimento econômico futuro. Ao mesmo tempo, diversos questionamentos são levantados acerca dos impactos das intervenções e transformações vividas pelas cidades, tanto no sentido do projeto de cidade a qual estes investimentos estão subordinados, quanto aos processos de violação dos direitos humanos – em especial, remoções e adoção de procedimentos e regulações antidemocráticas (COHRE, 2007; EICK, 2011; STEINBRINK, HAFERBURG & LEY, 2011).

Em nossa conjuntura recente, a crise econômica e política brasileira, bem como a deterioração das contas públicas deflagrada no estado do Rio de Janeiro despertam mais uma vez esse debate, suscitado pelo anúncio de um pacote financeiro, aprovado pelo presidente interino Michel Temer por meio de uma medida provisória, apenas quatro dias depois da decretação de estado de calamidade pública pelo governador em exercício, Francisco Dornelles. De R\$ 2,9 bilhões, o apoio financeiro do governo federal é destinado apenas nas despesas de segurança pública decorrentes da realização da Olimpíada de 2016 – podendo, indiretamente, permitir o repasse de recursos estaduais para a conclusão das obras do metrô Linha 4 –, apesar de os servidores públicos continuarem com seus salários atrasados e os equipamentos públicos de saúde e educação permanecerem sucateados. Logo após a repercussão negativa, o prefeito Eduardo Paes convocou uma coletiva de imprensa para afastar-se do caos estadual, atestando a saúde fiscal do município e afirmando ainda que a calamidade pública não é um problema olímpico, uma vez que os Jogos seriam financiados majoritariamente pela iniciativa privada<sup>2</sup>.

Todavia, o orçamento olímpico revela importantes distorções que merecem atenção. Além disso, torna-se necessário identificar onde os recursos estão sendo investidos, avaliando ainda quem são os agentes sociais e setores econômicos que se beneficiam desses investimentos. No âmbito deste artigo, busca-se fazer um balanço dos principais investimentos realizados no contexto de preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber os Jogos Olímpicos, de forma a contribuir com as avaliações dos impactos dessas intervenções.

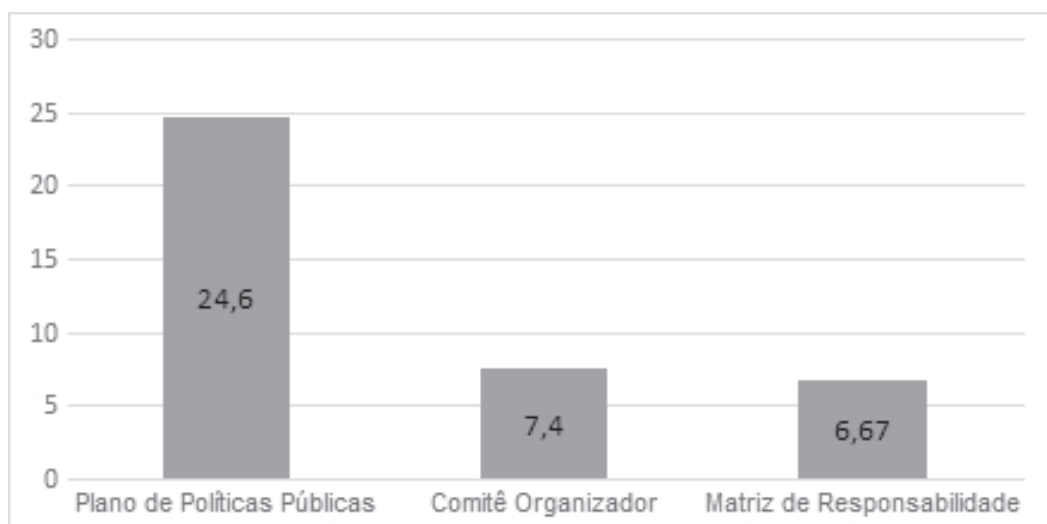
Três argumentos são sustentados neste artigo. Em primeiro lugar, que a participação pública nos investimentos realizados para a Olimpíada 2016 superam os valores divulgados pelo poder público, em especial, o poder público municipal. Além disso, ao prever investimentos profundamente relacionados com a cidade, a realização dos Jogos Olímpicos aponta para um processo de reestruturação urbana do Rio de Janeiro que caminha em três direções: fortalecimento da centralidade da Zona Sul; revitalização da centralidade decadente da Zona Portuária; e criação de uma nova centralidade na Barra da Tijuca. Finalmente, este processo de reestruturação urbana também estaria sendo acompanhado da adoção de um novo padrão de governança empreendedorista neoliberal, fundada no estabelecimento de Parcerias Público-Privadas (PPPs), que transfere para o setor privado a gestão de equipamentos e espaços públicos.

Para travar a discussão proposta, o artigo está organizado em quatro sessões. Na primeira, busca-se fazer uma análise dos investimentos previstos na preparação dos jogos olímpicos. Em seguida, analisamos como eles são distribuídos espacialmente. Logo depois, discute-se como vem se configurando o modelo de gestão e de participação do setor privado nos investimentos em curso ou previstos para os Jogos Olímpicos. Por fim, levantam-se algumas considerações finais sobre o significado desses investimentos e do padrão de relação estabelecido entre o setor público e setor privado para a Cidade do Rio de Janeiro.

## 1. O orçamento das Olimpíadas no Rio de Janeiro

O orçamento olímpico, segundo as autoridades públicas, é dividido em três grupos: a Matriz de Responsabilidade; o Plano de Políticas Públicas; e os gastos do Comitê Organizador<sup>3</sup>. Já em sua terceira versão, a Matriz de Responsabilidade dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, divulgada pela Autoridade Pública Olímpica (APO) em 21 de agosto de 2016, prevê investimentos de R\$ 6,67 bilhões para o custeio de itens essenciais à sua realização, como a construção e manutenção de arenas esportivas. Além disso, também são previstos R\$ 24,6 bilhões para o Plano de Políticas Públicas, também chamado de Legado, e outros R\$ 7,4 bilhões em gastos do Comitê Organizador. Assim, o orçamento atual da Olimpíada Rio 2016 alcançaria o valor de R\$ 38,7 bilhões de reais (Gráfico 1), superando em mais de R\$ 10 bilhões o orçamento da Copa do Mundo de 2014. Segundo a prefeitura, aproximadamente 60% desses gastos são custeados pela iniciativa privada.

**Gráfico 1 - Orçamento Total da Olimpíada Segundo a Finalidade dos Gastos (em bilhões), agosto de 2015.**



**Fonte:** Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2015)

Essa alquimia, no entanto, é alcançada por meio de alguns artifícios. Em primeiro lugar, a omissão de custos públicos vinculados ao evento, os quais envolvem: a construção de arquibancadas temporárias para o estádio Nilton Santos (Engenhão); a compra de móveis para a Vila dos Atletas e de Mídia; o custeio de órgãos criados para os Jogos; e a indenização dos moradores da Vila Autódromo. Somadas, tais despesas custam cerca de R\$ 409 milhões aos cofres públicos<sup>4</sup>.

Além disso, dissimula-se na Matriz de Responsabilidade o valor das contraprestações públicas vinculadas à PPP do Parque Olímpico. Indicados como gasto privado, o contrato prevê, na verdade, que o governo municipal desembolse em favor do consórcio aproximadamente R\$ 1,352 bilhão – sendo R\$ 850 milhões decorrentes da transferência do terreno municipal do Parque Olímpico, antigo Autódromo de Jacarepaguá, para o consórcio, conforme a avaliação presente no edital de licitação produzido em 2011. Com transferência concluída somente após a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e depois da retirada de todos os equipamentos olímpicos provisórios, o consórcio privado receberá o terreno valorizado, que

**Investimentos Públicos e Participação do Setor Privado no Projeto Olímpico:  
uma análise da experiência da cidade do Rio de Janeiro**

chegava a R\$ 2,7 bilhões em setembro de 2015, para futura exploração imobiliária.

O Plano de Políticas Públicas, por sua vez, não contabiliza os custos municipais relativos à PPP do VLT, indicando apenas o financiamento federal, que dispôs de R\$ 532 milhões por meio do PAC Mobilidade. Os pagamentos do município ao consórcio, apresentados mais uma vez como investimentos privados, oneram, todavia, o município em, no mínimo, R\$ 1,6 bilhão, pagos ao longo de 25 anos<sup>10</sup>. O Plano de Legado também subestima a participação do município na PPP do Porto Maravilha, uma vez que nove termos aditivos ao contrato, firmados até janeiro de 2016, somam R\$ 667,4 milhões, contra os R\$ 592 milhões declarados pelo poder público. Os outros 7,609 bilhões, que correspondem ao valor original do contrato são custeados pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fundo público formado pela poupança dos trabalhadores, que, não obstante, é contabilizado como investimento privado.

As isenções e renúncias fiscais do Governo Federal, as quais chegam a R\$ 3 bilhões segundo a Associação Contas Abertas<sup>11</sup>, também não são computadas. Na contramão, entra na conta olímpica o orçamento do Comitê Organizador<sup>12</sup>. Apesar de aumentar o montante de recursos, ampliando a proporção de investimentos privados, o orçamento do Comitê Organizador, como bem indica o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (2015, p. 146), “se referem a gastos e receitas privados, sem qualquer controle público e que se esgotam na própria realização do megaevento [...] fortalecendo [, no entanto,] o falso argumento de que a maioria dos gastos da Olimpíada seriam privados”.

Quando se exclui o orçamento do Comitê Organizador e passa-se a considerar os itens não incluídos nos cálculos – sem contabilizar o investimento do FGTS no Porto Maravilha –, ocorre uma inversão nas participações do poder público e da iniciativa privada: contra os dados divulgados pelo governo, que apresentam uma participação pública de 42,6% e uma participação privada de 57,4%; a participação pública passa a valer nada menos que 63,19%, ao passo que a participação privada decai para 36,81% (Tabela 1). O volume total de gastos apresenta ligeiro aumento quando comparado aos dados oficiais: de R\$ 38,6 para R\$ 40,23 bilhões.

**Tabela 1** – Divisão de Recursos, setembro de 2015 (em bilhões)

<b>Orçamento</b>	<b>Setor Público</b>	<b>Setor Privado</b>	<b>Total</b>
Matriz de Responsabilidade	2,43	4,24	6,67
Plano de Políticas Públicas	14,03	10,57	24,60
<i>Itens não incluídos</i>			
Custos públicos não incluídos na Matriz de Responsabilidade	0,41		0,41
Aditivos ao contrato da PPP do Porto Maravilha	0,75		0,75
PPP do VLT	1,60		1,60
PPP do Parque Olímpico	1,35		1,352
Valorização do terreno do Parque Olímpico	1,85		1,85
Isenções e renúncias fiscais	3,0		3,0
<b>Total</b>	<b>25,42</b>	<b>14,81</b>	<b>40,23</b>
<b>%</b>	<b>63,19%</b>	<b>36,81%</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaboração própria, a partir de dados do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (2015).

## 2. Os investimentos olímpicos e o projeto de cidade

A partir dos projetos incluídos na Matriz de Responsabilidade – os quais reúnem, como esclarecido previamente, os projetos diretamente relacionados com a realização do Jogos Olímpicos – observa-se que a concentração geográfica dos equipamentos esportivos e dos recursos se localiza na macrorregião da Barra da Tijuca, região ocupada, majoritariamente, pelas elites da cidade.

**Tabela 2** - Matriz de Responsabilidade da Olimpíada Rio de Janeiro, agosto de 2015 (em milhões)

Região	Barra da Tijuca	Deodoro	Maracanã	Copacabana	Valor Total
Valor	5.650,662	846,31	98,5	74,3	6.669,772
%	84,72	12,69	1,48	1,11	100

**Fonte:** Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (2015).

Por seu turno, ao analisarmos o Plano de Políticas Públicas, encontramos 27 projetos previstos ou em desenvolvimento que são considerados oficialmente parte do legado olímpico, e que estão discursivamente vinculados aos Jogos Olímpicos. Do total, 13 projetos, os quais somam R\$ 13,76 bilhões dos R\$ 24,6 bilhões previstos pelo Plano de Legado, estão localizados na zona oeste, privilegiando, mais uma vez, a Barra da Tijuca. Dentre eles, destacam-se: a implantação da Linha 4 do metrô; a construção dos corredores de BRT Transolímpica e Transoeste; a duplicação do Elevado do Joá; a realização do viário do Parque Olímpico, com a duplicação da Avenida Salvador Allende; e a recuperação do complexo lagunar da Baixada de Jacarepaguá, entre outras obras de esgotamento e saneamento. Em seguida, vem a região central, com R\$ 9.388,75 bilhões, referentes à execução do projeto de requalificação urbana da área portuária, o Porto Maravilha, e à implantação do VLT.

Desse modo, os investimentos encontram-se massivamente concentrados na zona oeste e no centro, criando uma nova centralidade na Barra da Tijuca e promovendo a revitalização da centralidade decadente da Zona Portuária. Por centralidade, consideram-se os núcleos de negócios e de relevância econômica, que exercem uma influência sobre um determinado entorno, que pode ser considerado como sua periferia. Nesse sentido, a centralidade remete a um papel de comando sobre os processos de acumulação de capital e de reprodução social, e está associada a intensidade de fluxos de dinheiro, mercadorias e pessoas. Além disso, as áreas centrais se distinguem por sua multifuncionalidade, concentrando, entre outros, centros de comércio e de negócios, atividades de gestão pública e privada, redes de escolas e universidades, instituições de saúde, serviços de transportes, áreas turísticas e centros culturais, e áreas residenciais de alta renda (CORRÊA, 1995; GLUSZEVICZ, MARTINS, 2013). Desse modo, apesar de os investimentos realizados na zona sul serem de pequeno porte quando comparado aos demais, é possível afirmar que as intervenções previstas, que incluem as obras do Estádio de Remo da Lagoa, fortalecem uma área já consolidada e dotada de ampla infraestrutura – especialmente, quando comparada às demais regiões da cidade.

Cabe ainda destacar que o volume de recursos mobilizados pelo Plano de Políticas Públicas, R\$ 24,6 bilhões, é bastante superior aos investimentos previstos pela Matriz de Responsabilidade, os quais somam R\$ 6,67 bilhões. Pode-se afirmar, portanto, que as

intervenções vinculadas aos Jogos Olímpicos estão menos vinculadas à realização desse megaevento em si mesmo, ou seja, aos jogos esportivos envolvidos, e mais ao processo de reestruturação da dinâmica urbana na cidade do Rio de Janeiro, legitimada e possibilitada pelo discurso em torno das oportunidades de desenvolvimento econômico e do legado que eventos como esse podem deixar.

### **3. A participação do setor privado no projeto olímpico**

A participação do setor privado na preparação dos jogos olímpicos ocorre, fundamentalmente, por meio de três processos: (i) na construção de equipamentos urbanos associados à realização do evento; (ii) na gestão de equipamentos urbanos privatizados; (iii) na construção de obras públicas contratadas pelo governo municipal e pelo governo estadual.

No que se refere a construção de equipamentos urbanos por iniciativa e com a responsabilidade do setor privado, pode-se constatar pelo plano de políticas públicas do projeto olímpico que estes equipamentos se limitam a construção de hotéis na cidade do Rio de Janeiro. Aliás, não há investimentos de iniciativa do setor privado previstos no plano de políticas públicas dos Jogos Olímpicos de 2016.

O segundo processo de participação do setor privado está vinculado à gestão de equipamentos urbanos privatizados pelo governo municipal do Rio de Janeiro. Há fortes indícios de que o contexto dos megaeventos esportivos, não só na cidade do Rio de Janeiro, mas também em outras cidades do país, tem servido para difundir um novo modelo de gestão fundado nas PPPs.

No caso do Rio de Janeiro, constata-se o estabelecimento de quatro grandes contratos de PPPs<sup>13</sup>, descritos sinteticamente a seguir.

(i) Porto Maravilha – firmado em novembro de 2010 entre o Consórcio Porto Novo, formado pelas empreiteiras Odebrecht, OAS e Carioca Christiani-Nielsen, e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto, empresa criada pela lei complementar 102/2009 e controlada unicamente pelo município. Com valor inicial de R\$ 7,609 bilhões e previsão de 15 anos, é responsável por realizar grandes obras na área portuária, como a derrubada do Elevado da Perimetral, e uma gama ampla de serviços em toda área portuária, como limpeza urbana e coleta de lixo, operação do tráfego e manutenção de infraestruturas, ruas, praças e áreas verdes;

(ii) Parque Olímpico – celebrado em abril de 2012 entre município e o Consórcio Rio Mais, formado por Odebrecht, Andrade Gutierrez, Carvalho Hosken e AG Participações. O contrato, de valor igual a R\$ 1,352 bilhão e previsão de 15 anos, prevê: (a) construção e manutenção dos equipamentos olímpicos e da infraestrutura da área do Parque Olímpico; (b) a construção da infraestrutura da Vila Olímpica e Paralímpica; (c) a prestação dos serviços de manutenção e operação na área do Parque Olímpico; e (d) a remoção do Centro Esportivo de Ultraleve;

(iii) Transolímpica – também de abril de 2012, tendo como vencedor o Consórcio Rio Olímpico, formado pelas empresas Invepar, Odebrecht e CCR, que conta com participação da Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e do grupo Soares Penido. Firmada com o município por aproximadamente R\$ 1,9 bilhão, responde à construção do BRT Transolímpica. Além disso, o consórcio poderá explorar a concessão por 35 anos<sup>14</sup>, e

(iv) VLT – assinado em junho de 2013 entre município e o Consórcio VLT Carioca, formada

pela CCR Actua (do grupo CCR), Invepar (criada pela OAS junto ao fundo de pensão do Banco do Brasil, Previ); Odebrecht Transport (do grupo Odebrecht); RIOPAR; Benito Roggio e RAPT do Brasil, as duas últimas, de origem, respectivamente, argentina e francês, constituindo parcerias técnicas. Com um contrato que soma pouco mais de R\$ 1,6 bilhão e tem vigência de pelo menos 25 anos, a PPP do VLT diz respeito à implantação e à gestão do modal de transporte.

Os contratos de Parcerias Público-Privadas revelam duas questões importantes. A primeira é a mudança no padrão de atuação das empresas privadas que passam de executoras de grandes obras a gestão de equipamentos públicos. O segundo diz respeito à subordinação da gestão de equipamentos e espaços públicos à lógica do mercado, tendo em vista que as empresas gestoras destes equipamentos e espaços públicos passam a tomar decisões vinculadas a eficácia econômica e a maximização do lucro de seus investimentos. No caso do Porto Maravilha e do Parque Olímpico há que se ressaltar que a gestão privada diz respeito a grandes espaços urbanos da cidade do Rio de Janeiro.

Por fim, o terceiro processo vinculado a participação do setor privado diz respeito a contratação das empreiteiras para construção de obras públicas associadas as intervenções dos Jogos Olímpicos. Levando-se em consideração as obras públicas de maior vulto, percebe-se a participação de grandes conglomerados econômicos que se repetem na execução dessas obras (Tabela 3). Com exceção das obras de implantação da Linha 4 do metrô, sob responsabilidade do governo estadual, todas as demais estão a cargo do município.

Cabe destacar, no entanto, que o levantamento não representa a totalidade dos grandes contratos estabelecidos pela Prefeitura com o setor privado, destacando apenas aquelas relacionadas ao orçamento olímpico. Além disso, a ausência de informações sobre o tema nos sites oficiais é recorrente: muitas vezes, não é possível pelos portais oficiais quem são as empresas contratadas, nem aquelas que fazem partes dos consórcios, os quais, na maioria das vezes, têm nomes fantasia que obscurecem o conhecimento em torno da sua composição.

**Tabela 3** - Empresas contratadas nas licitações de grandes obras vinculadas aos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro

Consórcios / Empresas	Empreiteiras	Obras	Valor total dos contratos
Consórcio Construtor Linha 4 Sul	Odebrecht, Carioca e Queiroz Galvão	Construção da Linha 4 do metrô, no trecho entre Ipanema e Gávea	8,790 bilhões
Consórcio Construtor Rio Barra	Odebrecht, Carioca, Cowan e Servix	Construção da Linha 4 do metrô no trecho entre Gávea e Jardim Oceânico	
Consórcio Rio Olímpico	Odebrecht e CCR	Implantação e gestão do BRT Transolímpica, corredor expresso que ligará a Barra da Tijuca a Deodoro	1,912 bilhão
Consórcio Rio Mais	Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken	Construção do Parque Olímpico na Barra da Tijuca	1,352 bilhão
Consórcio Complexo Lagunar	Queiroz Galvão, OAS e Andrade Gutierrez	Recuperação do complexo lagunar da Barra da Tijuca	613 milhões
Empresa Ilha Pura	Odebrecht e Carvalho Hosken	Construção da Vila dos Atletas na Barra da Tijuca	2,909 bilhões
Consórcio Saúde-Gamboa	Odebrecht, OAS e EIT Engenharia	Realização de obras no Porto Maravilha (Fase 1)	139 milhões
Consórcio Porto Novo	Odebrecht, OAS e Carioca	Realização de obras e gestão de serviços do Porto Maravilha (fase 2)	8.276 bilhões
Consórcio VLT Carioca	Odebrecht, CCR, Invepar, Riopar, Benito Roggio, RAPT do Brasil	Implantação e gestão do VLT das áreas central e portuária	1,601 bilhão

**Fonte:** Elaboração própria, a partir de dados coletados por Santos Junior & Novaes, 2015.

Os dados apresentados na Tabela 3 revelam uma forte concentração dos contratos junto a algumas grandes empreiteiras, com destaque para a empresa Odebrecht, que aparece com dez contratos. Andrade Gutierrez computa quatro contratos, se contabilizarmos os consórcios com participação da CCR. O mesmo ocorre com a OAS, participando de quatro consórcios, caso levemos em conta sua participação na Invepar. Já a empresa Carioca Engenharia está presente em três contratos, enquanto Carvalho Hosken e Queiroz Galvão somam, cada uma, dois contratos. Cabe, então, indagar se as intervenções relacionadas à Olimpíada não expressam a transferência de recursos públicos para certos grupos privados – e que podem exercer protagonismo na coalizão de poder que conduz a gestão em direção à neoliberalização da cidade do Rio de Janeiro.

Tal suposição pode ser reforçada por outras pesquisas. De fato, a contratação destas empresas não se restringe às obras dos Jogos Olímpicos, mas envolvem outras grandes obras executadas na cidade e no estado do Rio de Janeiro. Conforme constatado por pesquisa de 2013 intitulada *Donos do Rio - Quem são os Proprietários do Brasil?*, produzida pelo Instituto Mais Democracia, há uma concentração dos contratos envolvendo grandes projetos em quatro empreiteiras: Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Camargo Correa – recorrentemente chamadas de “quatro irmãs”. Conforme afirma João Roberto Pinto<sup>15</sup>, coordenador do estudo:

Se tomarmos 16 dos maiores empreendimentos/obras no Rio, em sua grande maioria no setor de mobilidade urbana no Rio de Janeiro, verificamos que em praticamente todos eles há a participação de, pelo menos, duas delas – com as exceções para a Linha Amarela e Rio-Teresópolis, sob o controle da OAS; e para a Supervia, que administra a rede de trens na região metropolitana da cidade, controlada pela Odebrecht.

Outro aspecto importante desse padrão de relação estabelecido entre o setor público e o setor privado diz respeito às isenções fiscais concedidas pelo poder público para a FIFA e seus patrocinadores. Este é o caso da lei municipal nº 5.230/2010, que dispõe sobre incentivos e benefícios fiscais relacionados com a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Por meio dela o setor privado é beneficiado com isenções de pagamento de IPTU, ITBI, bem como perdão de dívidas e redução da alíquota do ISS durante a construção de Hotéis-residências localizados na área do Porto Maravilha e demais hotéis, pousadas, resorts e albergues em serviços relacionados a esses megaeventos. Tais privilégios, raramente concedidos à outras empresas do setor privado, apontam para a promoção de um megaevento como um negócio privado em última instância, o qual envolve muitos recursos, interesses e lucros para seus empreendedores.

### **Considerações Finais**

A realização de um megaevento tal como os Jogos Olímpicos envolve um vultoso montante de recursos com intervenções de grande impacto para a cidade chama. Não obstante, as decisões relativas a tais investimentos não passam por uma ampla discussão democrática, que envolva todos os segmentos sociais e coloque em pauta o projeto de cidade que está sendo construído. Tal padrão autoritário de intervenção pública, além de contrariar as diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001) a – que, em seu segundo artigo, estabelece o direito à participação da população na definição de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano – instaurou perigosos precedentes, ganhando contornos mais críticos com a recente decretação de calamidade pública. Com opaca transparência, a Câmara Municipal também deu autorização, no dia seguinte

ao decreto do estado, para que o prefeito Eduardo Paes contraia empréstimo de R\$ 800 milhões junto ao BNDES para infraestrutura viária e urbana, embora o executivo não tenha esclarecido onde exatamente o dinheiro será aplicado<sup>16</sup>.

Além disso, os investimentos já realizados e em curso estão concentrados em alguns grandes projetos situados em três áreas da cidade, notadamente na Barra da Tijuca, na Zona Sul e no Centro do Rio de Janeiro, indicando a subordinação das decisões relativas a estes investimentos aos interesses dos grandes conglomerados de obras públicas e dos grupos imobiliários. Parece, então, haver a subordinação do interesse público a lógica do mercado e a promoção da transferência de recursos do setor público para certos agentes do setor privado, seja diretamente através da contratação das grandes obras e no estabelecimento das várias modalidades de parceria público privada – cujo pagamento envolve repasses de terrenos –, seja indiretamente, através das isenções fiscais concedidas para as empresas envolvidas com este megaevento. Mais ainda, embora alguns possam argumentar que a conjuntura recente somente reafirma mais uma vez o pacto do Estado com as elites, fato é que novos instrumentos, como as parcerias público-privadas, estão estabelecendo um novo padrão de relação entre o setor público e a iniciativa privada, pondo em marcha novas rodadas de mercantilização na cidade. Desse modo, além da contratação de obras, vemos agora a execução de serviços e a gestão de espaços públicos nas mãos de grupos privados.

O caminho político escolhido, que privilegia largamente os interesses privados, não poderia deixar de acirrar os conflitos distributivos na cidade. O cenário futuro pode ser mais dramático: apesar de o governo municipal afirmar que está gozando de boa saúde financeira, críticos apontam para o fato de que a arrecadação da prefeitura tem diminuído nos últimos três anos, enquanto importantes empréstimos, como aquele contraído junto ao Banco Mundial em 2010, somente passam a ser cobrados em 2017; por outro lado, estima-se que até 30 mil pessoas ficarão desempregadas após a Olimpíada<sup>17</sup>.

Em síntese, há fortes indícios de que as profundas transformações em curso na dinâmica urbana da cidade do Rio de Janeiro envolvem, de um lado, novos processos de mercantilização da cidade, expressas na elitização de certas áreas e no risco de processos de segregação urbana das classes populares, e de outro, novos padrões de relação entre o Estado e os agentes econômicos, caracterizados pela subordinação do interesse público a lógica do mercado e a adoção de padrões de gestão marcados pela exceção e pela ausência de transparência e democracia.

## Notas

- <sup>1</sup> Este artigo baseia-se no artigo de Santos Junior & Novaes, 2015. Aqui, no entanto, optamos por avaliar somente os gastos relativos à Olimpíada 2016, tema que ainda carece de análise. Assim, informações relativas ao orçamento para a Copa do Mundo de 2014, que já contam com maior volume de produção, foram retiradas.
- <sup>2</sup> <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2016/06/paes-nega-relacao-entre-olimpiada-e-criese-do-estado-se-alguem-tinha-que-ter-quebrado-era-prefeitura-do-rio.html>
- <sup>3</sup> O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 é uma associação civil de direito privado, com natureza desportiva, sem fins econômicos, formada por Confederações Brasileiras Olímpicas, pelo Comitê Olímpico Brasileiro e pelo Comitê Paralímpico Brasileiro. Cf. <https://br.fsc.org/sobre-o-comit-organizador-rio-2016.311.htm>, acessado em setembro de 2015.
- <sup>4</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2015/08/1671753-governos-omitem-r-450-milhoes-de-documento-de-gasto-da-olimpiada.shtml>.
- <sup>5</sup> O valor, apresentado no Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2015, foi calculado a partir do custo médio de terrenos na Barra da Tijuca, de R\$ 3.381,00 por m<sup>2</sup> no mês de setembro de 2015, conforme [http://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/barra-da-tijuca,rio-de-janeiro,rj/tipo\\_terreno/preco\\_medio\\_m2/](http://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/barra-da-tijuca,rio-de-janeiro,rj/tipo_terreno/preco_medio_m2/), acessado em outubro de 2015.

**Investimentos Públicos e Participação do Setor Privado no Projeto Olímpico:  
uma análise da experiência da cidade do Rio de Janeiro**

- <sup>6</sup> O contrato ainda prevê pagamentos adicionais, por parte do município, nos meses em que a arrecadação do Sistema VLT for inferior à receita tarifária mensal apresentada na proposta econômica do Consórcio VLT Carioca. Desse modo, o município cobre eventuais prejuízos do ente privado.
- <sup>7</sup> <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/11861>
- <sup>8</sup> Não incluímos aqui as isenções fiscais municipais, previstas, por exemplo, na lei municipal n° 5.230/2010, cujas disposições veremos adiante
- <sup>9</sup> A PPP do Maracanã, realizada pelo governo do Estado, está diretamente associada à Matriz de Responsabilidade da Copa do Mundo de 2014.
- <sup>10</sup> <http://oglobo.globo.com/rio/transito/consorcio-da-ccr-assume-transolimpica-4694935>
- <sup>11</sup> Cf PINTO, João Roberto Lopes. Donos do Rio. Artigo no site do Instituto Mais democracia. Disponível em <http://maisdemocracia.org.br/blog/2013/07/16/donos-do-rio/>, acessado em julho de 2014.
- <sup>12</sup> <http://extra.globo.com/noticias/extra-extra/camara-do-rio-aprova-emprestimo-para-prefeitura-sem-saber-em-que-sera-usado-19527945.html#ixzz4CJLSauFi>
- <sup>13</sup> [www.cartacapital.com.br/revista/907/rio-de-janeiro-sem-espirito-olimpico?utm\\_content=buffer653cd&utm\\_medium=social&utm\\_source=twitter.com&utm\\_campaign=buffer](http://www.cartacapital.com.br/revista/907/rio-de-janeiro-sem-espirito-olimpico?utm_content=buffer653cd&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer)

## Referências

COHRE. Fair play for housing rights. Mega-events, Olympic Games and evictions. Genebra, Suíça: Centre on Housing Rights and Evictions - COHRE, 2007.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. Dossiê: Megaeventos e Violação de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Novembro de 2015. Disponível em [http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?page\\_id=2972](http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?page_id=2972). Acessado em junho de 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Editora Ática, 1995.

COSTA, Giuliana. Sedar megaeventos esportivos vale à pena? O Social em Questão, Ano XVI, n° 29, 2013, p. 159 – 178.

EICK, Volker. Secure Our Profits! The Fifatm in Germany 2006, in BENNETT, C. and HAGGERTY, K. (eds.), Security Games: Surveillance and Control at Mega-Events, Routledge, New York, 2011 p. 87-102.

GLUSZEVICZ, Ana Cristina; MARTINS, Solismar Fraga. Conceito de Centralidade Urbana: estudo no Município de Pelotas, RS. Trabalho apresentado no II SEURB - Simpósio de Estudos Urbanos: a dinâmica das cidades e a produção do espaço. 19 a 21 de agosto de 2013.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; NOVAES, Patrícia Ramos. O projeto olímpico da cidade do Rio de Janeiro: investimentos públicos e participação do setor privado. In: CASTRO, Demian Garcia; GAFFNEY, Christopher; NOVAES, Patrícia Ramos, SANTOS, Carolina Pereira; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, p. 41-62.

STEINBRINK, Malte; HAFERBURG, Christoph & LEY, Astrid. Festivalisation and urban renewal in the Global South: socio-spatial consequences of the 2010 FIFA World Cup, South African Geographical Journal, 93:1, 2011, pg. 15-28.

# QUANDO A “CIDADE OLÍMPICA” NÃO É PARA TODOS: O CASO DA VILA AUTÓDROMO, RJ<sup>1</sup>

When the "Olympic city" is not for everyone - the case of Vila Autódromo, RJ

**Leticia de Luna Freire**

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e Educação da UERJ  
Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Periferias (NEsPE/FEBF-UERJ), do Laboratório de Etnografia  
Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos  
Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC/UFF)

## **Resumo:**

Tomando como horizonte os impactos sociais das grandes transformações urbanas promovidas pela recente realização de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro, em particular os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão de 2016, o artigo pretende analisar um dos maiores pontos de conflito desse processo: as remoções de assentamentos populares. Através do estudo do caso da Vila Autódromo, localidade vizinha ao Parque Olímpico e única remoção reconhecida pela prefeitura como diretamente relacionada à realização das competições esportivas, busca-se compreender diversos aspectos em jogo na construção do Rio de Janeiro como “cidade olímpica” e refletir sobre o que esta experiência nos ensina a respeito da luta por uma cidade mais plural e democrática.

**Palavras-chave:** Olimpíadas 2016, Rio de Janeiro, Remoções, Vila Autódromo.

## **Abstract:**

Taking as horizon the social impacts of large urban transformations promoted by the recent realization of mega sports events in Rio de Janeiro, in particular the Olympic Games and Paralympic 2016, the article aims to analyze one of the major points of conflict in this process: the evictions. Through the Vila Autódromo case study, a neighboring locality to the Olympic Park as well as the unique eviction recognized by the city as directly related to the holding of sports competitions, we seek to understand various aspects at stake in the construction of Rio de Janeiro as "olympic city" and reflect on what this experience teach us about the struggle for a more pluralistic and democratic city.

**Keywords:** 2016 Olympic Games, Rio de Janeiro, Evictions, Vila Autódromo.

## O Rio de Janeiro e os megaeventos esportivos

O Rio de Janeiro tem vivido um momento de visibilidade mundial ímpar em sua história em função de sediar sucessivos megaeventos internacionais. No período de apenas uma década (2007-2017), a cidade terá sediado nada menos que oito megaeventos internacionais, cinco deles de competições esportivas<sup>2</sup>.

A repercussão da realização desses megaeventos ultrapassa, porém, a visibilidade midiática da cidade ou do país-sede, o que é geralmente explorada pelos gestores públicos para atrair capital, sobretudo através do turismo e das obras de preparação para as competições. Por envolver diversas modalidades esportivas e um número consideravelmente maior de atletas, turistas e nações representadas em comparação com o campeonato da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), a realização das competições promovidas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) requer um alto grau de investimento em intervenções urbanas, o que acaba por produzir grandes impactos sociais na cidade anfitriã.

Conforme enunciado pelos representantes do governo federal, do governo estadual, da prefeitura e do Comitê Olímpico Brasileiro, em carta ao presidente do COI Jacques Rogge, contida no dossiê da candidatura do Rio de Janeiro, “a oportunidade de apresentar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos na América do Sul é histórica e única” (Brasil, 2009). Diante de tamanha expectativa, a eleição da cidade como sede do megaevento esportivo, ocorrida no dia 2 de outubro de 2009, foi transmitida ao vivo e celebrada em uma grande festa promovida pela prefeitura na Praia de Copacabana, rompendo com a rotina dos cidadãos em uma ensolarada tarde de sexta-feira.

Apesar de sua importância histórica, a ênfase dada à eleição da cidade como sede para as Olimpíadas, não é, todavia, um caso isolado. Segundo Oliveira (2015), a imagem de diferentes autoridades políticas, representando as mais diversas coalizões de interesses, entoando sincronicamente um coro comemorativo, sintetiza a expressão simbólica do “consenso” constituído entre os grupos hegemônicos no país em torno do objetivo de inserir a cidade no disputado circuito mundial de produção do espetáculo esportivo. Paralelamente, constrói-se o discurso de que sediar um megaevento esportivo significa algo grandiosamente positivo para as cidades, a ponto de elas adquirirem uma nova identidade: a de “cidade olímpica” (Mascarenhas, 2011)<sup>3</sup>. Do mesmo modo, a disputa entre os países candidatos não se dá em um vazio político, mas no contexto neoliberal em que as teorias e práticas do planejamento urbano têm sido cada vez mais dominadas pela lógica do mercado, consolidando uma concepção de cidade que passa a ser administrada como uma empresa e comercializada como mercadoria (Harvey, 1996; Vainer, 2000).

No caso do Rio de Janeiro, esse processo teve início na década de 1990, quando a prefeitura passou a se empenhar por inserir os megaeventos esportivos na agenda pública como uma das principais estratégias para se alcançar o desenvolvimento urbano e social da cidade. Antes da realização dos Jogos Pan-Americanos, a cidade já havia postulado, por exemplo, sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004 e 2012, perdendo a disputa, respectivamente, para as cidades de Atenas e Londres. Persistente, conseguiu eleger-se, em 2007, como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, e, dois anos depois, como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão de 2016.

Desde então, ancorado na noção de “legado”, o poder público tem propagado a ideia de que os megaeventos esportivos trarão enormes benefícios para os mais de seis milhões de habitantes da cidade. Nesse longo caminho, porém, nem tudo que tem brotado são flores. Para nos restringirmos à questão habitacional, embora o prefeito Eduardo Paes (reeleito em 2012) tenha anunciado contemplar, entre suas metas, a urbanização de todas as favelas da cidade até 2020, o tratamento dado àquelas que se encontram na rota traçada para a cidade olímpica tem sido bastante distinto. Apesar de o discurso oficial afirmar que a população é a grande protagonista dos Jogos Rio 2016, em várias das intervenções urbanas realizadas a participação da sociedade é praticamente nula. Além disso, habitantes que vivem há décadas em suas localidades têm sido desrespeitados em seus direitos à informação e à moradia, sem contar o descumprimento das legislações urbanas e ambientais em função de acordos firmados pelo Estado com as entidades promotoras dos megaeventos (FIFA e COI)<sup>4</sup>.

Partindo das transformações promovidas pela realização desses megaeventos, este artigo tem como objetivo apontar algumas contradições desse processo, analisando um dos seus maiores pontos de tensão – as remoções de assentamentos populares – a partir do emblemático caso da Vila Autódromo, localidade vizinha à área destinada para a construção do Parque Olímpico, na Barra da Tijuca, e única remoção reconhecida pela prefeitura como diretamente relacionada à realização das competições esportivas.

### **A Barra da Tijuca: o coração dos Jogos Olímpicos**

Dentre as grandes intervenções urbanas em curso na cidade, destacam-se a revitalização da zona portuária (Porto Maravilha), a construção de quatro grandes eixos viários (Transcarioca, Transoeste, Transolímpica e Transbrasil), a construção da Linha 4 do metrô, e de diversas instalações esportivas nas regiões de Copacabana, Deodoro, Maracanã e Barra da Tijuca. A maior parte destas obras atinge a mais extensa e pobre região da cidade, a Zona Oeste. No entanto, assim como essa região é marcada por significativas desigualdades sociais, os investimentos públicos também não são distribuídos de maneira igualitária, beneficiando principalmente os moradores da Barra da Tijuca, bairro que vem se constituindo, nos últimos anos, como uma potencial área de expansão do Rio de Janeiro. Ao contrário da maioria dos bairros da Zona Oeste, ocupados expressivamente por uma população com baixos poder aquisitivo e grau de escolaridade, a Barra da Tijuca vem se caracterizando, sobretudo a partir dos anos 1980, pela construção de grandes empreendimentos imobiliários, comerciais (shoppings) e residenciais (condomínios de luxo), voltados às classes mais abastadas. É a Barra da Tijuca, por sua vez, que foi construído o Parque Olímpico, reunindo a maioria das instalações esportivas e os empreendimentos imobiliários a serem vendidos após as competições. Ademais, o bairro será atendido por três dos quatro novos eixos viários, além da nova linha do metrô, que ligará o bairro diretamente à Zona Sul. Tais investimentos em infraestrutura reforçam a longa constituição da região como um “eldorado urbano” (Leitão, 1999) e uma nova centralidade da cidade (Guimarães, 2015), repercutindo na valorização cada vez maior de suas terras e imóveis<sup>5</sup>.

Ao mesmo tempo, a região compreendendo os bairros da Barra da Tijuca e do Recreio é uma das mais afetadas por remoções de assentamentos populares no processo de preparação da cidade para os Jogos Olímpicos de 2016. Como exemplo, podemos citar as favelas Vila Harmonia, Restinga e Vila Recreio II, nos arredores de uma das últimas reservas ambientais e imobiliárias do município, onde mais de 500 famílias foram removidas. Embora a remoção desses

assentamentos tenha sido oficialmente justificada pelas obras de construção da Transoeste, os terrenos antes habitados permanecem até hoje sem projeto de uso público, contrariando o princípio constitucional da função social da propriedade e desvendando a intenção de liberá-los para a futura construção de empreendimentos imobiliários privados na região.

Conforme denunciado por diversos movimentos sociais e organizações internacionais, tem sido frequente nestas ações do poder público episódios de desrespeito às normas que regulam os deslocamentos involuntários, gerando inúmeros problemas para as populações atingidas, como aumento do déficit habitacional, desemprego e desestruturação de laços sociais. O caso da Vila Autódromo é um dos que permite melhor compreender o conjunto de questões envolvidas nesse processo.

### **O caso da Vila Autódromo: a construção de um símbolo de resistência**

A Vila Autódromo situa-se às margens da Lagoa de Jacarepaguá, entre duas importantes avenidas e tendo como vizinhos o atual Parque Olímpico (construído no terreno do antigo Autódromo Internacional Nelson Piquet, demolido em 2012) e diversos condomínios residenciais de luxo. Segundo dados do último Censo (IBGE), em 2010 a Vila Autódromo possuía 1.252 habitantes, distribuídos por 356 domicílios. A população tinha um perfil bastante heterogêneo no que se refere à origem, escolaridade, trabalho e renda. A maioria dos moradores, porém, tinha sua própria residência (apenas 10% pagavam aluguel) e seu cotidiano escolar e laboral integrado à região.

As primeiras famílias que se estabeleceram no local, por volta dos anos 1970, eram compostas por pescadores artesanais e operários da construção civil, que migraram para a região em busca de trabalho. Em 1989, o Governo do Estado – proprietário do terreno – assentou nesta área diversas famílias oriundas da favela Cardoso Fontes, que foram removidas para dar lugar à construção de um hospital federal no bairro vizinho de Jacarepaguá. Em 1994, o então governador Leonel Brizola outorgou, através da Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro, 77 termos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) pelo prazo de 30 anos, contribuindo para consolidar o direito das famílias à moradia na área. Em 1998, o então governador Marcello Alencar renovou as primeiras concessões e outorgou mais 162 termos – todos, a partir daí, pelo prazo de 99 anos - alcançando o total de 247 famílias beneficiadas. Em 2005, a Prefeitura decretou o terreno do autódromo e seu entorno, excluindo apenas a faixa marginal da lagoa, como Área de Especial Interesse Social (AEIS), possibilitando o registro dos contratos administrativos conferidos aos moradores.

A presença do poder público na garantia dos serviços urbanos básicos na localidade sempre se manteve, todavia, deficiente. Foi somente através da Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA), criada em 1987, e da utilização de mão de obra local, que os moradores obtiveram, por exemplo, acesso à água canalizada e redes de esgoto. Tornou-se, assim, uma ocupação consolidada, com onze ruas, a maioria das edificações (residenciais e comerciais) em alvenaria e dois espaços de uso coletivo destinados ao lazer (um parquinho para crianças e um campo de futebol de terra). Mais do que excludentes, os espaços da “casa” e da “rua” dialogam entre si na localidade e, tal como a própria lagoa, abrigam, segundo os diferentes contextos, atividades tanto de lazer quanto de trabalho.

Apesar das condições físicas e jurídicas da localidade, muitas foram as tentativas do poder público municipal de remover a Vila Autódromo, assim como muitas e variadas foram as justificativas utilizadas para esta ação - todas amplamente contestadas<sup>6</sup>. Se, ainda nos anos 1990, alegou-se que a localidade causava “dano urbano, estético e ambiental” ao bairro e foi declarada “área de risco socioambiental”, ainda que desprovido de um laudo técnico que o comprovasse, foi a partir da eleição da cidade para os Jogos Olímpicos que as ameaças, de fato, se intensificaram.

Reforçando o modelo de tratamento dado aos assentamentos populares, a Prefeitura apresentou entre as metas do Plano Estratégico de Governo, lançado em 2009, a redução de 3,5% das áreas ocupadas por favelas na cidade até 2012.<sup>7</sup> Dentre as favelas listadas que seriam removidas estavam a Favela do Metrô, vizinha ao Complexo Esportivo do Maracanã, e a Vila Autódromo, vizinha ao futuro Parque Olímpico, ambas diretamente afetadas pelas obras de preparação para os megaeventos esportivos. Contudo, o projeto que venceu o concurso internacional para se definir o plano urbanístico do Parque Olímpico - principal justificativa para a remoção naquele momento – contemplava a permanência da Vila Autódromo.

Mesmo assim, em 2011, o então Secretário Municipal de Habitação Jorge Bittar apresentou na localidade a proposta de reassentamento das famílias em um conjunto residencial chamado Parque Carioca. Construído em um terreno de quase 50 mil m<sup>2</sup>, a cerca de 1 km da Vila Autódromo, este conjunto compreende 920 unidades residenciais, das quais 450 seriam destinadas aos moradores desta localidade. Propositadamente referido pelos agentes públicos como “condomínio” em alusão ao modo de habitar típico da classe média alta no bairro, o projeto foi alvo de muitas críticas, envolvendo desde a polêmica aquisição do terreno - pertencente a duas empresas financiadoras da campanha eleitoral do prefeito - à qualificação de parte do terreno, pelo órgão público responsável, como de alto e médio risco ambiental, uma vez que se trata de antiga área de mineração.

Em março de 2012, o consórcio formado por três construtoras venceu a licitação organizada pela prefeitura para viabilizar o projeto do Parque Olímpico. A prefeitura pagaria o consórcio com o repasse de uma área de cerca de 800 mil m<sup>2</sup> do antigo autódromo que não seria aproveitada nas competições, o que representaria 75% da área pública destinada à incorporação de empreendimentos imobiliários. Nesse momento a remoção da Vila Autódromo passou a ser justificada por uma alça viária, até então não prevista, ligando a Transolímpica à Transcarioca.

Diante desse quadro, um grupo de moradores começou a se mobilizar em torno da elaboração de um plano de urbanização da Vila Autódromo como uma alternativa ao projeto de reassentamento total da população defendido pela prefeitura. Realizado pela AMPAVA, com a assessoria técnica de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense<sup>8</sup>, este plano se tornou um instrumento político importante da luta dos moradores, defendendo o direito ao desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural da localidade (AMPAVA, 2012). Com o plano, os moradores construíram uma forma de planejamento alternativo, reunindo propostas técnicas que considerariam suas demandas reais e garantam o acesso regular a serviços públicos que foram negligenciados durante a sua existência.

Paralelamente, os moradores continuavam a atuar em outras esferas, buscando dar visibilidade à sua causa e angariar o apoio da sociedade. Dentre os diversos protestos dos moradores, um grande ato realizado na localidade, em junho de 2012, durante a realização da Conferência das

Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), com a participação de vários movimentos sociais, propiciou considerável repercussão internacional ao caso.

Em agosto de 2012, o Plano Popular da Vila Autódromo foi apresentado formalmente ao prefeito, que, na ocasião, prometeu encaminhá-lo para avaliação de uma equipe técnica e emitir uma resposta no prazo de 45 dias. Sem obter o prometido retorno, a própria AMPAVA tratou então de convidar representantes de várias entidades profissionais comprometidas com o desenvolvimento urbano e social da cidade para formar um grupo de trabalho multidisciplinar que pudesse emitir um parecer sobre a proposta de urbanização e a proposta de reassentamento da prefeitura<sup>9</sup>. Após três meses de trabalho, os autores do parecer concluíram não haver qualquer justificativa jurídica, urbanística ou ambiental procedente para a remoção de toda a área ocupada pelos moradores da Vila Autódromo. Segundo o documento, a vacilante retórica dos motivos apresentados pela prefeitura para fazê-la parecia, encobrir, na realidade, “motivações de ordem econômica, atendendo às exigências das grandes construtoras no processo de acelerada valorização imobiliária, buscando eliminar as vizinhanças indesejáveis, reorientar o padrão de moradia local e redefinir a estética habitacional e urbanística da região.” (GTAPM, 2013). Além disso, os custos sociais e econômicos da remoção eram apontados como consideravelmente mais elevados do que os da proposta de urbanização da localidade, indicando a compatibilização dos Jogos Olímpicos com a garantia do direito constitucional à moradia adequada.

Apesar do esforço de divulgação do plano de urbanização e do parecer multidisciplinar, tais documentos não surtiram o efeito político esperado. Ainda que o prefeito tivesse afirmado, em várias ocasiões, que os moradores teriam a opção de serem reassentados na própria localidade, as ações dos agentes públicos na Vila Autódromo resumiam-se a persuadir os moradores a aceitarem o reassentamento no conjunto residencial. Desconsiderado pela prefeitura, o Plano Popular da Vila Autódromo obteve, porém, outras formas de reconhecimento, ao conquistar, pouco depois, o prêmio Urban Age Award Rio 2013<sup>10</sup> e inspirar a criação de planos alternativos em outros assentamentos populares também ameaçados de remoção. Cabe destacar que o Plano Popular foi apenas um dos vários instrumentos da resistência dos moradores da Vila Autódromo. Suas lideranças permaneceram, ao longo de todo esse tempo, atuando tanto no campo jurídico, através da Defensoria Pública, quanto na promoção de eventos culturais e mobilizações coletivas para a vocalização do caso na mídia, aliando-se, ainda, a outros movimentos e organizações sociais.

A palavra “pressão” aparecia, entretanto, cada vez mais presente nos depoimentos dos moradores, expressando-se de variadas formas: na desestruturação das condições de moradia no local, provocada pela demolição imediata das residências após a negociação indenizatória, deixando os escombros no local e tornando o ambiente insalubre e perigoso, sobretudo para as crianças; no déficit no atendimento de serviços básicos, como o fornecimento de água e energia elétrica (frequentemente interrompido durante as demolições); no encolhimento da via principal para a manobra de caminhões da obra do Parque Olímpico; na derrubada das antigas árvores etc. Além destes aspectos que esfacelavam, pouco a pouco, o cotidiano dos moradores, o estado de constante pressão afetava diretamente a saúde física e mental daqueles que insistiam em resistir. Concretamente, a “pressão psicológica” se exercia, por exemplo, através da presença constante de agentes públicos na localidade tentando convencer os moradores a deixarem suas casas e aceitarem as propostas indenizatórias da prefeitura. Ou, ainda, através da transmissão frequente de informações falsas e contraditórias, estimulando o medo e a descrença dos moradores

no direito de permanecerem na área, e de situações nas quais os agentes públicos responsabilizavam os que resistiam à remoção por problemas relacionados ao processo daqueles que viam a remoção como uma oportunidade de melhorar de vida, sobretudo os mais pobres.

De maneira geral, essas situações evidenciavam a diversidade interna da localidade, a pluralidade de interesses e desejos dos moradores e, ao mesmo tempo, o grau de vulnerabilidade a que tais interesses e desejos estavam submetidos. Eram situações que, de todo modo, contrariavam o que foi prometido pessoalmente pelo prefeito na própria localidade, comprometendo-se com a urbanização da área e, em suas palavras, com o “direito da livre escolha, ficar e sair sem terrorismo psicológico”. Diante das ações por vezes atrozizadas exercidas pelos agentes públicos, fato é que, aos poucos, muitos dos que não desejavam sair, acabaram cedendo às pressões. Porém, mesmo os que já haviam sido reassentados sentiam que o processo não era justo com aqueles que ainda permaneciam na localidade. O sentimento de terem sido “enganados” alimentava, por sua vez, sentimentos de humilhação e revolta.

Na ausência de diálogo e participação da população no processo, o que se observava em campo era o esgarçamento cada vez maior dos laços sociais construídos por muitas famílias ao longo de décadas na localidade: com a casa, o trabalho, a família, os amigos e os vizinhos. Um dismantelamento das relações sociais que foi atribuído, pelos moradores, como uma estratégia do poder público municipal de enfraquecer a resistência, algo que eles chamavam de “jogar um contra o outro”. Ainda que a localidade não fosse uníssona, a consequência principal desse enfraquecimento foi uma aguda “divisão da comunidade em duas”, entre os que desejavam permanecer e os que desejavam sair. Enquanto uns afirmavam que aqueles que aceitaram o reassentamento estavam “vendendo a luta de tantos anos”, outros alegavam a dificuldade de viver na localidade naquelas condições e de resistir às indenizações cada vez mais sedutoras. Cada família via-se, assim, frente a uma decisão moral complexa a ser tomada.

Conforme as obras do Parque Olímpico avançavam, as demolições das moradias na Vila Autódromo ganhavam mais força, com a publicação de sucessivos decretos de desapropriação que atingiam inclusive as moradias de moradores que exigiam o direito de permanecer na área, recusando qualquer acordo indenizatório.

Em março de 2016, quando menos de 10% das construções restavam na localidade, os acontecimentos de uma semana foram particularmente significativos no desdobramento do conflito. Na manhã do dia 8 de março, dona Penha, que então havia se tornado uma das principais lideranças do movimento de resistência, teve sua moradia demolida em menos de 48 horas sob a vigilância de agentes da Guarda Municipal e da Polícia Militar, tendo que transferir todos os pertences de sua família para a igreja católica local. Horas depois, o prefeito surpreenderia a todos, anunciando uma coletiva de imprensa no Palácio da Cidade, na Zona Sul, para apresentar o “plano de urbanização da Vila Autódromo”. Instigada por grupos de apoio, dona Penha seguiu para a porta do Palácio da Cidade, onde concedeu entrevistas para jornalistas, denunciando os abusos cometidos durante anos pela prefeitura na localidade. Pouco antes de sua coletiva de imprensa, o prefeito anunciou a mudança de local, transferindo-a para a sede da Prefeitura, no centro, onde apresentou um projeto de urbanização que contemplava apenas vinte famílias na área. Questionado sobre a desconsideração do plano popular elaborado pelos moradores e a tardia apresentação do plano oficial, o prefeito alegou que não sabia quantas famílias realmente desejavam permanecer na localidade, deixando jornalistas e moradores ainda mais perplexos.

Minutos depois, dona Penha seria homenageada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em cerimônia comemorativa pelo Dia Internacional da Mulher, por sua luta contra a remoção da Vila Autódromo. Mesmo abalada pelos acontecimentos do dia, dona Penha não escondeu sua emoção com a homenagem, diante de um público majoritariamente feminino e caloroso. Entre a tristeza e a alegria, uma nova etapa do conflito se acenava. Ainda que sob um enorme desgaste social e emocional, a permanência de uma pequena parcela da população na área passou a ser vista como resultado da luta coletiva e incansável dos moradores.

### Uma “cidade olímpica” para poucos?

Ao celebrarem a eleição do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, muitos habitantes da cidade sequer imaginavam que a perda de sua moradia seria o legado que o megaevento deixaria para suas famílias. O preço pago pelas populações socialmente mais vulneráveis nesse processo não representa, contudo, uma novidade, mas os efeitos colaterais de um modelo que tem se reproduzido em vários continentes. Remoções, especulação imobiliária e endividamento público fizeram parte, por exemplo, do legado deixado pela Copa do Mundo de 2010, na África do Sul, onde estádios recém-construídos foram demolidos devido ao elevado custo de manutenção e centenas de sul-africanos passaram a viver em acampamentos improvisados (Cottle, 2011). Mesmo na experiência dos Jogos Olímpicos de 1992, em Barcelona - comumente apontada como modelo a ser importado, inclusive para o Rio de Janeiro - a produção da cidade-espetáculo, idealizada como perfeita, colidiu fortemente com a complexidade da cidade real, expulsando grande parte de sua população para as periferias e fazendo de Barcelona “uma cidade para poucos” (Delgado, 2007). Diferente talvez sejam as formas como as distintas sociedades têm se organizado para lutar para que o conflito de interesses e perspectivas em jogo na construção da “cidade olímpica” não atrole os direitos mais básicos da população, e, no caso do Brasil, o caso da Vila Autódromo tem sido, certamente, emblemático dessa luta.

Finalmente, se é incontestável que o Rio de Janeiro tem sido vendido para o mundo como uma cidade que irá se tornar ainda mais “maravilhosa” em 2016, os moradores da Vila Autódromo nos fazem indagar qual tem sido o custo social desse processo. Compreender a sua luta é compreender que “casa” é muito mais do que um teto e quatro paredes; que “habitar” é muito mais do que se abrigar; é, acima de tudo, uma forma de ser e de viver a cidade. E se a cidade é, por sua vez, constituída pelo princípio da diversidade, como já dizia Jane Jacobs (2009), os moradores da Vila Autódromo nos ensinam que o Rio precisa ser um lugar de todos e para todos.

### Notas:

- <sup>1</sup> Este artigo recupera, sintetiza e atualiza uma parte dos argumentos utilizados em um capítulo anteriormente publicado (FREIRE; TAFACKI, 2016).
- <sup>2</sup> Jogos Pan-Americanos (2007), dos Jogos Mundiais Militares (2011), da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2012), da Jornada Mundial da Juventude Católica (2013), da Copa das Confederações de Futebol (2013), da Copa do Mundo de Futebol da FIFA (2014), do Festival Rock in Rio (2015) e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão (2016).
- <sup>3</sup> Como descreve o autor (2011: 63), dando ênfase ao contexto do Rio de Janeiro, o processo histórico de construção da “cidade esportiva” (futura cidade olímpica) guarda importantes conexões com o advento

da modernidade urbana, que, com sua “reiterada aura otimista de fé inabalável no progresso”, teria impulsionado novos valores comportamentais, entre eles a difusão da cultura física.

- <sup>4</sup> Segundo estimativas conservadoras, essa é a situação de cerca de 170 mil brasileiros, que tem sido ameaçados e desalojados de suas residências em função dos megaeventos esportivos (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2011). No caso do Rio de Janeiro, esta é a situação de aproximadamente 22 mil famílias (Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio, 2015; Falhaber; Azevedo, 2016).
- <sup>5</sup> Não é de hoje, porém, que a Barra da Tijuca – marcada por elevada concentração fundiária – vem igualmente concentrando investimentos públicos, como demonstram os trabalhos de Leitão (1999) e Guimarães (2015). Na década de 1960, por exemplo, a região já tinha sido objeto do Plano Piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, elaborado em 1969 por Lúcio Costa, e eleita para acolher as instalações da Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1972, ainda que não tenham se efetivado. Mais recentemente, durante os Jogos Pan-americanos de 2007, o bairro recebeu o Complexo Esportivo Cidade dos Esportes, reunindo uma arena olímpica, um parque aquático e um velódromo, e a Vila do Pan, transformada depois em um condomínio privado.
- <sup>6</sup> A análise dos diversos repertórios de justificação que sustentaram as ameaças de remoção por parte da prefeitura, por um lado, e a defesa dos moradores da Vila Autódromo, por outro, foram objeto de um artigo anterior (Freire, 2013).
- <sup>7</sup> No último Plano Estratégico de Governo, lançado em 2012, a meta é de se alcançar pelo menos 5% de redução de áreas ocupadas por favelas na cidade até 2016 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2012)
- <sup>8</sup> Respectivamente, o Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ) e o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/UFF). O referido Plano Popular pode ser acessado, através do link: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/vivaavila/images/PDF/planopopularvilaaudromo.pdf>
- <sup>9</sup> O Grupo de Trabalho Acadêmico Profissional Multidisciplinar foi constituído por representantes da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro (SARJ), Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (SENGE).
- <sup>10</sup> Prêmio concedido em evento promovido e organizado pelo Deutsche Bank, realizado, em dezembro de 2013, no Instituto de Arquitetos do Brasil. Segundo os moradores, o valor do prêmio (80 mil dólares) seria utilizado, para a construção de uma creche na localidade.

### Referências:

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, 2011.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, PESCADORES E AMIGOS DA VILA AUTÓDROMO (AMPAVA). Plano Popular da Vila Autódromo. Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural, 2012.

BRASIL. Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, janeiro de 2009.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro, 2015.

COTTLE, Eddie (org). South Africa's World Cup. A legacy for whom? Scottsville: University of Kwazulu-Natal Press, 2011.

DELGADO, Manuel Ruiz. La ciudad mentirosa. Fraude y miseria del "modelo Barcelona", Madrid: La Catarata, 2007.

FALHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2016.

FREIRE, Leticia de Luna. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. O Social em Questão, ano XVI, nº 29, 2013, p. 101-128.

FREIRE, Letícia de Luna; TAFACKI, Mariana. O que está em jogo na “cidade olímpica”? Conflitos e resistências em torno de remoções de assentamentos populares no Rio de Janeiro. In: CUNHA, Neiva Vieira; FREIRE, Leticia de Luna; MACHADO-MARTINS, Maíra; VEIGA, Felipe Berocan. Antropologia do Conflito Urbano: Conexões Rio-Barcelona. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016, pp. 51-74.

GUIMARÃES, Renato Consentino Vianna. Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: a cidade do capital. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, IPPUR-UFRJ, 2014.

GRUPO DE TRABALHO ACADÊMICO PROFISSIONAL MULTIDISCIPLINAR (GTAPM). Parecer sobre as propostas de urbanização da Associação de Moradores da Vila Autódromo e de reassentamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para os moradores da Vila Autódromo, 2013.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço e Debates, nº 39, 1996, p. 48-64.

JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2009.

LEITÃO, Gerônimo. A construção do Eldorado urbano: o Plano Piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá – 1970/1988. Niterói: EdUFF, 1999.

MASCARENHAS, Gilmar. Inventando a “cidade esportiva” (futura cidade olímpica): grandes eventos e modernidade no Rio de Janeiro. In: MASCARENHAS, Gilmar; Glauco BIENENSTEIN, Fernanda SÁNCHEZ (orgs). O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011, p. 59-82.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. O poder dos jogos e os jogos de poder. Interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ ANPUR, 2015.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro (2013-2016). Rio de Janeiro, 2012.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 75-103.

Recebido em junho de 2016. Aprovado em julho de 2016.

# O TURVO HORIZONTE DA SUSTENTABILIDADE NO URBANISMO OLÍMPICO E O CASO RIO 2016

The dim horizon of sustainability in Olympic Urbanism and the case of Rio de Janeiro 2016

**Gilmar Mascarenhas**

Instituto de Geografia  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## **Resumo:**

Ao longo das últimas duas décadas, o Comitê Olímpico Internacional (COI) vem ampliando seu compromisso retórico com a sustentabilidade ambiental, embora as cidades-sede tenham sido rotineiramente falhas neste quesito. Este pano de fundo histórico levanta a questão: poderiam os Jogos Olímpicos Rio 2016 sincronizarem tal retórica ambiciosa com algum progresso ecológico? Por várias razões, os organizadores e agentes locais não conseguiram alcançar o grande legado ambiental que foi prometido antes dos Jogos de 2016, que acontecem entre 5 e 21 de Agosto de 2016.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Urbanismo olímpico. Jogos Rio 2016.

## **Abstract:**

Throughout the last two decades, the International Olympic Committee (IOC) amplified its rhetorical commitment to environmental sustainability, although host-cities has been routinely failed. This historical backdrop raised the question: could the Rio 2016 Olympics sync such ambitious rhetoric with some ecological progress? For various reasons, Olympic organizers and city officials have failed to achieve any major environmental legacy they promised ahead of the 2016 Games, which take place from August 5 to 21.

**Keywords:** Sustainability. Olympic urbanism. Rio 2016 Games.

## INTRODUÇÃO

Há indícios claros de que podemos estar vivenciando o apogeu de uma determinada forma de produzir cidades olímpicas. Nos últimos trinta anos, realizar tais eventos tem implicado, para governos locais, a articulação de complexo concerto logístico e volumosos investimentos públicos, consubstanciados na elaboração de grandes projetos urbanos que, além de criar um parque de sofisticadas instalações esportivas de incerto uso posterior, anunciam a promessa de expandir a infraestrutura geral das cidades e assim deixar um legado “positivo” (que, mormente inclui a dimensão ambiental), de forma a tentar, em vão, justificar o enorme volume de investimentos governamentais.

Na contramão dessas promessas, estamos diante de uma evidente crise na “indústria olímpica”. Nos últimos quinze anos, assistimos à alarmante (e até o momento irreversível) redução do número de cidades candidatas aos Jogos Olímpicos, sejam eles de Verão ou de Inverno. Com efeito, o fato mais marcante da atualidade tem sido a expansão de uma consciência global “antiolímpica” a contestar o modelo vigente, altamente custoso e de grande impacto ambiental sobre as cidades-sede (MASCARENHAS 2016, LENSKEYJ 2008, BOYKOFF 2014). Como resultado, nos últimos cinco anos, percebemos uma quantidade verdadeiramente inédita em toda a história do sistema olímpico, de cidades que chegaram a esboçar ou mesmo oficializar projetos de candidatura, mas que retrocederam diante de pressões populares ou de consultas formais (referendos e plebiscitos). Cidades como Annecy, na França (um dos primeiros casos a ganhar repercussão mundial<sup>1</sup>), Oslo, Munique, Hamburgo, Saint Morits-Davos, Roma, Cracóvia, Graubundem (Suíça), Lviv (Ucrânia), Estocolmo, Baku, Toronto e Boston recusaram ou mesmo abandonaram candidaturas olímpicas, quase sempre a partir de intensa contestação popular. Não obstante a diversidade de situações envolvidas em cada caso, em comum, percebemos as recorrentes críticas aos “elefantes brancos”, aos gastos públicos exorbitantes ou incontroláveis, às promessas de legado jamais cumpridas e aos impactos indesejados, geralmente de natureza ambiental.

Premido, o sistema olímpico ensejou medidas para tentar recuperar a imagem altamente lucrativa destes questionados eventos e promover certa legitimação. Neste sentido, estrategicamente, a retórica da sustentabilidade vem sendo acionada com frequência crescente nos últimos dez ou quinze anos, não obstante sua inequívoca e constrangedora vaguidade conceitual. Os Jogos de Sidney (2000) sobressaem como ponto de partida para o suposto e festejado paradigma “verde”, e todos os megaeventos esportivos da atualidade buscam, de alguma forma, inserir o tema do desenvolvimento sustentável em seus projetos. Londres (2012), por exemplo, se autopromoveu como os primeiros jogos “verdadeiramente sustentáveis da história”, ao promover a recuperação de área degradada, conforme veremos adiante.

Cumprido refletir sobre a natureza e os limites de tais projetos e sobre o papel da retórica do desenvolvimento sustentável na sua formulação, bem como inferir sobre a dimensão ambiental da crise olímpica em curso. Visando contribuir neste debate, o presente artigo se divide em dois segmentos. No primeiro, oferecemos dados e avaliação crítica para entender os contornos essenciais do advento da retórica da sustentabilidade no âmbito do movimento olímpico (criação de novos dispositivos e exigências) e sua repercussão no urbanismo olímpico<sup>2</sup>. No segundo, analisamos o caso Rio 2016 para constatar em que nível se realizou o abismo entre as promessas de legado ambiental e seus efetivos resultados.

## UM MUNDO EM CRISE: O DISCURSO DO LEGADO E AS PROMESSAS DA “SUSTENTABILIDADE OLÍMPICA”

Em pouco mais de um século, o olimpismo da era moderna surgiu e evoluiu de maneira colossal. Do idealismo de uns poucos aristocratas, tornou-se progressivamente um vigoroso movimento internacional; no processo de afirmação dos estados nacionais, adquiriu capital simbólico para, mais tarde, se inserir nas malhas da globalização, despertar grandes interesses privados e canalizar poderosos fluxos de investimento. Desfrutando de bilhões de espectadores, as cidades-sede se transformam, momentaneamente, no admirado centro das atenções em escala planetária.

Tal poder dos eventos olímpicos se apóia na profunda reformulação sofrida pelo olimpismo a partir de 1980, na gestão do catalão Juan Antonio Samaranch (1980 – 2001), que impulsionou a comercialização milionária dos Jogos Olímpicos (MASCARENHAS et al, 2011). Segundo o economista Marcelo Proni, (2008, p.18) um ex-presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI) havia declarado um pouco antes, em 1972: “As Olimpíadas não são um negócio, e aqueles que almejam ganhar dinheiro com o esporte não são bem-vindos. É isso e pronto!” No entanto, na gestão Samaranch, “aqueles que desejam ganhar dinheiro com o esporte, hoje em dia, são recebidos de braços abertos (PRONI, op.cit. p.19).

Todavia, considerando a natureza contraditória dos processos de acumulação capitalista, a mercantilização acentuada trouxe problemas para o sistema olímpico: agigantamento dos jogos, gerando pesados impactos ambientais; denúncias de corrupção na “venda de votos” (em favor de candidaturas de cidades, como o famoso caso “Salt Lake City”); multiplicação de casos de doping e exageros em gastos públicos. Nesse sentido, em 2001, quando o belga Jacques Rogge assumiu a presidência do COI, uma de suas preocupações centrais era recuperar a credibilidade da instituição, adotando gestão mais transparente, visando preservar a imagem dos Jogos, evitando o que seria uma comercialização exacerbada do símbolo e dos ideais olímpicos. Os Jogos de Sydney (2000) tornaram-se assim o novo paradigma, e foram vistos por Samaranch como “a mais perfeita edição dos Jogos jamais vista” (Young & Tomlinson, 2006. p. 11): o projeto explorou intensamente a pretensa integração com os povos nativos (os “aborígenes”), além de promover um projeto urbano calçado, tecnicamente, em bases ambientalistas.

O auge da “crise” parece ter sido Atenas (2004), evento que custou elevadas cifras, gerou imenso prejuízo aos cofres públicos e que muito pouco beneficiou a população local, pois o evento esteve mais voltado para a espetacularização e modernização arquitetônica do que para enfrentar as desigualdades socioespaciais, além de promover acentuada militarização do espaço urbano (Stavrídes, 2008). O que restou do Parque Olímpico são hoje, majoritariamente, ruínas que podem ser vistas em diversos sítios da web, e que representam um grande desperdício de recursos públicos num país que enfrenta profunda crise econômica no contexto da União Européia. Desde então, não por acaso, temos verificado a redução em escala global do interesse em se promover tais eventos.

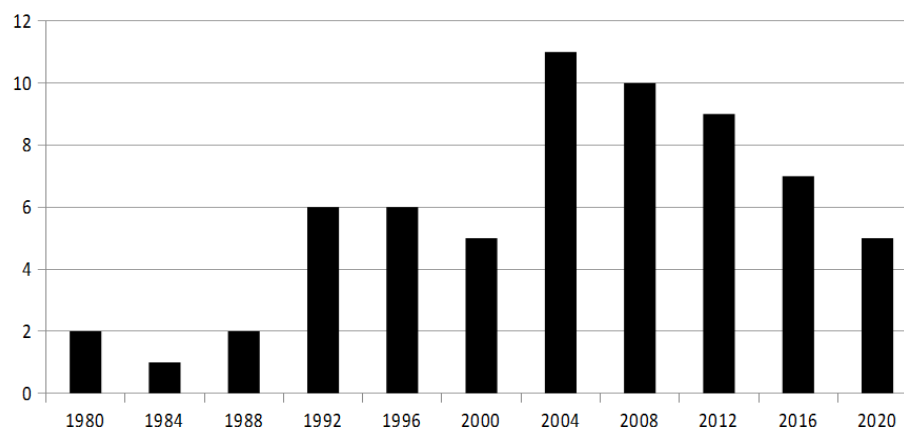
No ano seguinte aos Jogos de Atenas, no bojo das crescentes preocupações para com o desgaste da imagem olímpica, o COI elegeu Londres com base na dimensão “socioambiental” do projeto, que apontava para a completa regeneração urbana de uma zona desindustrializada, poluída e decadente. Um projeto que olhava para a periferia da cidade e que, de alguma forma, resgata o mito do modelo Barcelona, que conseguiu conjugar a grandiosidade do evento com

projetos de revitalização de zonas decadentes e extensão de infra-estrutura urbana para o subúrbio (Mascarenhas, 2008). Os Jogos de Pequim, por seu exibicionismo extremo, escaparam de certo controle do COI, pecando pelo excessivo gasto, gerando elefantes brancos que comprometem a imagem do olimpismo (BROUDEHOUX, 2007).

Tomado como o novo receituário mundial, o aclamado pacote de princípios que rege a utopia “oficial” do desenvolvimento sustentável não poderia deixar de adentrar as portas do movimento olímpico. Nesse sentido, em 1994, o Comitê Olímpico Internacional assinava um acordo de cooperação com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), e já no ano seguinte organizava a I Conferencia Mundial sobre Esportes e Meio Ambiente, em Lausanne (Suíça), estabelecendo uma carta de princípios e compromissos a serem adotados, por exemplo, pelas futuras cidades candidatas a sediar olimpíadas. Foi imediatamente criada a Comissão de Esporte e Meio Ambiente, que estabeleceu que as candidaturas deveriam fornecer Estudo de Impactos Ambientais para cada instalação esportiva, além de instrumentos outros de valorização ambiental, como “recuperação de áreas danificadas” e “reutilização de instalações<sup>3</sup>. Em 1997, foi realizada no Kuwait a II Conferencia Mundial sobre Esportes e Meio Ambiente, que ressaltou a importância do estímulo à prática esportiva como parte do projeto de construção de uma sociedade sustentável (Schmitt, 2002).

Desde então, as candidaturas aos Jogos Olímpicos passaram, ao menos no plano meramente retórico, a contemplar aspectos ambientais e a cada vez mais disputar a condição de projetos mais “verdes” ou mais “sustentáveis”. Controle na emissão de gases poluentes, estruturas de reaproveitamento de água, uso de energias alternativas e vários outros recursos à disposição da tecnologia contemporânea, embora muitas vezes inscritos apenas nos projetos, sem efetivação concreta. O que observa, ao contrário, (e neste sentido Londres foi apenas uma breve pausa, ainda assim superficial) é o aprofundamento do gigantismo dos jogos, gerando impactos ambientais crescentes. Para além das edições de 2004 e 2008 (quando o governo chinês promoveu a remoção de mais de 1,5 milhões de habitantes e ampla destruição de seu patrimônio arquitetônico – os “hutongs”), temos em 2014 os Jogos de Inverno de Sochi, na Rússia, os mais caros de toda a história olímpica, ao custo oficial de US\$ 51 bilhões. E para os Jogos de 2022, apenas duas cidades se candidataram: Pequim (com neve artificial) e Almaty, no Cazaquistão. Pequim foi escolhida e anuncia nova onda de preocupações e críticas à indústria olímpica e seus impactos ambientais.

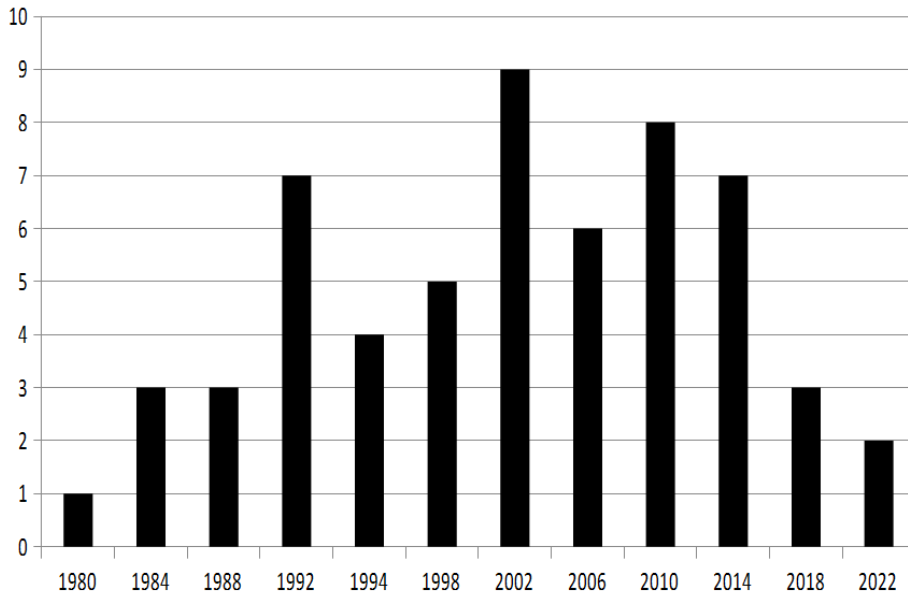
GRÁFICO 1 - QUANTITATIVO DE CIDADES POSTULANTES AOS JOGOS OLÍMPICOS DE VERÃO



Organizado pelo autor

Decerto, vivemos um cenário de recessão econômica internacional, fato que incide de alguma forma sobre a predisposição de países e cidades para sediar megaeventos esportivos. Mas sem dúvida, tem sido o “movimento antiolímpico”, como alguns preferem chamar, o que mais contribuiu para produzir este novo cenário de drástica redução do número de candidaturas olímpicas (que vinha crescendo rapidamente em volume desde o final dos anos 1980)<sup>4</sup> conforme se percebe nos dois gráficos a seguir, e levou o COI a finalmente repensar suas exigências para as cidades postulantes.

GRÁFICO 2 - QUANTITATIVO DE CIDADES POSTULANTES AOS JOGOS OLÍMPICOS DE INVERNO



Organizado pelo autor

Cumprе ressaltar que, para os Jogos de Inverno de 2022, Oslo se apresentava como candidata favorita. Não apenas por sua capacidade de organização, poder econômico e forte tradição em esportes de inverno. O projeto Oslo 2022 reluzia no aspecto ambiental e apresentava simplesmente o formidável índice de “remoção zero”. Após o faustoso e agressivo evento em Sochi 2014 e das perspectivas pouco diferentes para 2018, o projeto norueguês “cairia como uma luva” para o movimento olímpico, preocupado em reduzir o desgaste de sua imagem: tal como Londres 2012, que ocorreu após duas edições “pesadas” (alto custo ambiental e em direitos humanos), Oslo serviria para abrandar as pressões e críticas ao movimento olímpico. Mas a cidade declinou em outubro de 2014, após ampla consulta à sociedade civil. Não temos dúvida de que Oslo seria escolhida, caso mantivesse a candidatura.

Foi assim que a 127ª sessão ordinária do COI, realizada em Mônaco, em dezembro de 2014, aprovou a Agenda 2020<sup>5</sup> que, embora muito timidamente, flexibiliza algumas das exigências e claramente sinaliza para possibilidades de redução dos custos e dos impactos ambientais do evento. A possibilidade de desconcentrar geograficamente as instalações esportivas já permite a redução dos impactos e custos concentrados numa única cidade ou zona urbana, além de permitir explorar vocações de outras regiões bem como suas infraestruturas preexistentes<sup>6</sup>.

Em sua Recomendação número 4, a única a tratar explicitamente do tema, a agenda 2020

anuncia que passará a “incluir a sustentabilidade em todos os aspectos dos Jogos Olímpicos”:

O COI passa a assumir uma posição mais pró-ativa e um papel de liderança em relação à sustentabilidade e garantir que seja incluído em todos os aspectos do planejamento e realização dos Jogos Olímpicos.

1. Desenvolver uma estratégia de sustentabilidade para que os potenciais e atuais organizadores dos Jogos Olímpicos passem a integrar e implementar medidas de sustentabilidade que englobem domínios econômico, social e ambiental em todas as fases do seu projeto;

2. Passa a prestar assistência às Comissões Organizadoras recém-eleitas para estabelecer a melhor governança possível com intuito de integração da sustentabilidade em toda a organização.

Em síntese, o sistema olímpico parece pretender assegurar maior nível de comprometimento, não apenas por parte das candidaturas, mas por ocasião da execução mesma dos projetos em cada edição dos Jogos, para com o legado “ambiental”. Mas somente o futuro permitirá apreender os efeitos da nova agenda olímpica. Por enquanto, o que temos constatado é que a retórica ambientalista não tem surtido os resultados prometidos. Ao contrário, têm sido muito limitados a validade e os limites destas iniciativas isoladas em meio aos complexos e hegemônicos mecanismos de produção da cidade capitalista. Para enfrentar este debate no plano da empiria tomaremos a seguir o exemplo dos Jogos 2016.

#### RIO 2016: O ABISMO QUE SEPARA RETÓRICA E REALIDADE

Considerando a emergência mundial de um modelo de desenvolvimento sustentável, temos procurado indagar em que medida os Jogos Olímpicos atualmente se enquadrariam nesta perspectiva. Em estudos anteriores (Mascarenhas 2006, 2007, 2008; Mascarenhas et al, 2008) sobre o Pan-2007 e o Pan-2003, além das últimas edições dos Jogos Olímpicos, identificamos nos respectivos projetos o quanto as intervenções urbanísticas se realizaram de forma pontual e concentrada em zonas mais nobres da cidade, favorecendo o setor imobiliário. Também identificamos nesses estudos a natureza monumental das instalações edificadas, e nesse sentido percebemos outro aspecto do modelo empreendedorista de gestão urbana, calcado na produção de ícones de modernidade na paisagem da cidade. Cabe nesse momento averiguar, a luz dos fatos, a existência de coerência entre os princípios de sustentabilidade, contidos no Projeto olímpico Rio 2016 e seus efetivos resultados.

Quando de nossa primeira candidatura aos Jogos Olímpicos, foi pensado em 1996 um projeto que teria na Zona Norte do Rio de Janeiro (área vizinha às maiores favelas da cidade, os Complexos do Alemão e da Maré) seu “cluster” principal. Mais precisamente, foi escolhida a Ilha do Fundão para abrigar o Parque Olímpico, o que resultaria, posteriormente, em conjunto de equipamentos esportivo-recreativos inseridos numa área da cidade muito carente deste tipo de infraestrutura. Poderia também resultar a Vila Olímpica em projeto de Habitação Social. Por fim, estando a ilha situada na Baía de Guanabara, o compromisso com sua despoluição estaria mais garantido que em projetos posteriores.

Bem sabemos que a cidade apresenta diversas outras áreas passíveis de acomodar grandes projetos urbanos. Todavia, a consolidação da via neoliberal de gestão urbana propiciou maior articulação com grandes interesses privados, de modo que os projetos seguintes (Pan 2007,

Jogos Olímpicos 2012 e 2016) elegeram a Barra da Tijuca, como principal eixo de expansão imobiliária de médio e alto padrão do Rio de Janeiro, como espaço preferencial para acolher os Jogos Olímpicos. Tal opção, além de acelerar o avanço do setor imobiliário e de toda uma concepção urbanística já superada, baseada no automóvel particular, favoreceu grandes agentes privados atuantes no local e promoveu intensa degradação ambiental, com destaque para o novo Campo de Golfe, conforme veremos a seguir.

A cidade dispunha de dois campos de golfe considerados de padrão internacional, mas o sistema olímpico vigente, em sua associação direta com as federações internacionais de cada modalidade esportiva e seus respectivos interesses econômicos, impõe padrões técnico-arquitetônicos praticamente inalcançáveis, exigindo assim que cada cidade-sede seja obrigada a construir novas instalações ou a remodelar as preexistentes. Longe se vai o tempo em que abrigar um megaevento esportivo significava oferecer ao mundo as mesmas condições de prática esportiva disponíveis para os atletas locais, uma experiência rica em diversidade e alteridade. Assim aconteceu, por exemplo, nos Jogos Pan-americanos de 1963, em São Paulo, quando nenhuma instalação esportiva foi construída para o evento (Mascarenhas, 2011).

Construir um novo campo de golfe numa cidade que tem sua demanda bastante resolvida para esta modalidade já seria um contrassenso, o que se agrava pelo fato deste equipamento consumir elevados níveis de água para sua manutenção diária. Todavia, os interesses imobiliários estiveram acima de qualquer perspectiva de sustentabilidade ambiental. Apesar de ampla contestação de ativistas, o Campo de Golfe Olímpico está construído em área de proteção ambiental, a Reserva de Marapendí. O projeto envolve explícitos interesses privados no setor imobiliário, com a construção de gigantesco empreendimento favorecido por súbita alteração das normas urbanísticas no local.

A política de transporte intrametropolitano, considerada pelo discurso oficial como um dos principais legados dos Jogos, concentrou todo o planejamento em torno da Barra da Tijuca como suposta “nova centralidade” da cidade, além da persistência no modelo rodoviário (poluente e de baixa eficácia em termos quantitativos). Três grandes vias urbanas foram criadas, todas dotadas de faixa exclusiva para “corredores” de ônibus (os chamados BRTs: Bus Rapid Transit), o que a princípio corresponderia a demandas sociais de transporte público de maior velocidade. Todavia todas as três vias partem da Barra da Tijuca, como se este bairro tivesse, subitamente, se transformado no novo centro da cidade. Somente muito mais tarde, no final de 2014, após severas críticas por parte de especialistas e movimentos sociais, o poder público reconheceu que o principal fluxo cotidiano de deslocamento de trabalhadores não havia sido contemplado, decidindo pela construção de um quarto “corredor”, o da Avenida Brasil, denominado TransBrasil.

Também o sistema de transporte sobre trilhos, o “metrô” do Rio de Janeiro, foi gravemente afetado pela eleição da Barra da Tijuca como “coração” dos Jogos. O sistema, reconhecidamente de alcance deveras limitado, há muito carecia de investimentos para expansão, através de novas linhas previstas muito antes da candidatura olímpica. Com o advento dos Jogos, no entanto, o poder público decidiu alterar o projeto preexistente, de forma a expandir o sistema unicamente até a Barra da Tijuca, ignorando necessidades de tantos outros bairros (sobretudo em espaços periféricos) e aspectos técnicos fundamentais: a invenção de uma linha contínua (prolongamento da Linha 1), de longa extensão, desde o Centro da cidade até a Barra da Tijuca, sem conexões que permitam desafogo, vai certamente gerar problemas crônicos de superlotação.

O Movimento popular “O Metrô que o Rio precisa” produziu uma crítica bem documentada a este projeto que subordina todo um traçado de linhas de transporte a um único megaevento. Também o Clube de Engenharia se pronunciou diversas vezes, denunciando a inviabilidade técnica do projeto, mas o governo estadual seguiu adiante, comprometido com acordos que privilegiam determinados interesses em detrimento da maioria da população.

Outro impacto de alta visibilidade da escolha da Barra da Tijuca como epicentro dos Jogos recaiu sobre diversas comunidades e ocupações no entorno, com destaque para a antiga comunidade residente: a Vila Autódromo. Como decorrência de um claro projeto de valorização imobiliária calcada na remoção de comunidades carentes, o poder público decidiu pela extinção da comunidade Vila Autódromo, sem qualquer alegação razoável, pois sua presença não afetaria o pleno funcionamento das obras, tampouco a realização dos Jogos. Vale ressaltar que o próprio COI jamais objetou a presença da comunidade, assim como a FIFA, por ocasião da Copa 2014, não exigiu a retirada dos ocupantes da Aldeia Maracanã. O que não impediu o acionamento de forças militares para garantir uma concepção elitista de cidade e de megaeventos.

Por fim, o tema central do legado ambiental, a despoluição da Baía de Guanabara, que implicaria o saneamento dos rios, simplesmente não foi realizada. Medidas paliativas (“eco-barreiras” e “eco-barcos”, denominações eufêmicas para designar formas grosseiras de evitar a presença e circulação de detritos nas águas) apenas reduzirão o impacto visual, não eliminando a imensa poluição química e biológica. Em suma, considerando as belezas naturais de nosso sítio urbano, teremos provavelmente os mais lindos cenários de uma olimpíada em toda a história, mas não necessariamente uma cidade melhor para se viver.

### CONCLUSÃO

O movimento olímpico percebeu o desgaste de um determinado modo de produzir seus megaeventos, modelo que se consolidou nas últimas três décadas. Os Jogos de Londres 2012 já apresentaram uma concepção relativamente distinta do padrão hegemônico, ao menos no que diz respeito ao baixo volume de remoções de moradores e na opção pelo investimento maciço em área periférica no contexto metropolitano londrino. O modelo de urbanismo olímpico que julgamos em decadência se caracteriza pela monumentalidade exacerbada e pelo excesso de exigências que vinham tornando extremamente dispendiosa e impactante cada edição das olimpíadas. Bem como pelo modesto (quando não inexistente) grau de consulta popular sobre os projetos de candidatura.

Neste sentido, os jogos Rio 2016 podem sinalizar o apogeu de um modelo perdulário, autoritário, passível de produção de “elefantes brancos” e de exageradas remoções de moradores (por vezes violentas), em claro desrespeito (e violação) aos direitos humanos. Ademais, poderá se tornar uma das edições mais contestadas e conflituosas da história olímpica. Tais elementos colocam os Jogos 2016 numa posição relevante para todos aqueles dedicados ao estudo dos megaeventos esportivos e as novas tendências em curso.

Apesar da natureza superficial e que permeia a Agenda 2020, é possível supor um novo cenário olímpico global, com efetiva redução do caráter monumental e perdulário que atingiu o urbanismo olímpico nas últimas três ou quatro décadas. Os Jogos do Rio de Janeiro, apesar de não estarem oficialmente sob influência de tal agenda, sofreram alterações recentes que sinalizam

claramente a preocupação diante das contestações, em nível local e global, ao modelo vigente.

Pensando uma agenda de estudos, cumpre refletir sobre as condições de produção da cidade olímpica: como ou em quais circunstâncias e limitações se realiza a aplicação dos princípios da Agenda 21? Quais as vozes dissonantes, oriundas da sociedade civil organizada e particularmente do movimento ecológico, têm se levantado e quais são as suas críticas e proposições? Considerando a imprecisão absoluta do conceito de desenvolvimento sustentável (Acserald, 2010, Rodrigues, 2006), cabe indagar sobre qual variante de sustentabilidade estamos falando, e quais os limites de um grande evento esportivo para produzir efeitos sustentáveis. Bem como avaliar o posicionamento do movimento ecológico em relação ao discurso e ações da “via olímpica” de sustentabilidade. Questionamentos para futuras investidas.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Vídeos disponíveis no site Youtube, (tais como <https://www.youtube.com/watch?v=hwhLBevFuq8>, acessado em 15 de julho de 2015), registram a formidável campanha “antiolímpica” de Annecy em 2010.
- <sup>2</sup> O termo “urbanismo olímpico” foi criado pelo geógrafo catalão Francesc Muñoz, para designar os pressupostos e o modo de planejamento urbano voltado para a preparação da cidade-sede nos eventos olímpicos (Muñoz, 1996), conceito que temos buscado aprimorar ao longo das pesquisas sobre as experiências concretas no modo de “fazer” cidades olímpicas.
- <sup>3</sup> Foi então alterada a Carta Olímpica, inserindo, na regra 2, o parágrafo. 12, que trata destas medidas.
- <sup>4</sup> É sintomático que apenas duas cidades tenham se candidatado a sediar os Jogos Olímpicos de Inverno 2022: Pequim (vencedora) e Almaty, no Cazaquistão.
- <sup>5</sup> [http://www.olympic.org/documents/olympic\\_agenda\\_2020/olympic\\_agenda\\_2020-20-20\\_recommendations-eng.pdf](http://www.olympic.org/documents/olympic_agenda_2020/olympic_agenda_2020-20-20_recommendations-eng.pdf) (acessada em março de 2015).
- <sup>6</sup> Um dos primeiros impactos da nova agenda, e que merece destaque, se observa na construção de Tóquio 2020 enquanto cidade olímpica. O vitorioso projeto original, escolhido pelo COI em 2013, continha um sofisticado estádio olímpico, ao custo estimado em torno de dois bilhões de dólares. Em julho de 2015, mediante contestação social intensa, o governo japonês decidiu pela revisão radical do projeto (assinado por autêntico representante do “star system” da arquitetura global) estádio olímpico, reduzindo bastante seus custos. Imediatamente, o presidente do Comitê Olímpico do Japão, Yoshiro Mori, formalizou pedido de desculpas ao COI. Este, por sua vez, e já demonstrando o novo “espírito” de tentar amenizar a desgastada imagem do urbanismo olímpico, aceitou o pedido afirmando “We highly respect this gesture”, nas palavras de Thomas Bach (REUTERS, 1 august, 2015). (Acesso em: 9 de setembro de 2015).
- <sup>7</sup> Embora, a partir de 2013, no calor das pressões populares, os organizadores do evento tenham redirecionado a orientação geral, passando a conceber a chamada “arquitetura nômade”, atingindo instalações como a Arena do Futuro, que será desmontada para gerar escolas em outros locais. Somente no futuro poderemos avaliar o resultado deste encaminhamento.

## REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri . A Sustentabilidade das cidades e os conflitos ambientais urbanos. In: M.F.Cabral Marques Gomes ; M.J.Souza Barbosa (orgs.). (Org.). Cidade e sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2010, p. 295-304.

BOYKOFF, Jules. Celebration capitalism and the Olympic Games. New York: Routledge, 2014.

- BROUDEHOUX, Anne-Marie. Spectacular Beijing: the Conspicuous Construction of an Olympic Metropolis. *Journal of Urban Affairs*, 29 (4), pp. 383-399, sep. 2007.
- LENSKYJ, Helen. Olympic industry resistance: challenging Olympic power and propaganda. New York: State University of N. York Press, 2008.
- MASCARENHAS, G. O ideário urbanístico em torno do olimpismo. Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007): Os limites de uma apropriação. In: PEREIRA, E. (org.) *Planejamento Urbano no Brasil: conceitos diálogos e práticas*. Xapecó: Argos, 2008.
- MASCARENHAS, G. Megaeventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-Americanos-2007. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (13), 1 de agosto de 2007.
- MASCARENHAS, G. O legado dos grandes eventos esportivos: elementos para refletir sobre os jogos pan-americanos na cidade do Rio de Janeiro. In: MELO, V.A.; TAVARES, C. (orgs.). *O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer e inclusão social*. Rio de Janeiro: SHAPE/SESC, 2006, pp. 332-346.
- MASCARENHAS, G. A cidade e os grandes eventos olímpicos: uma geografia para quem? *LECTURAS: Educación Física y Deporte* -(ISSN 1514-3465) - Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - N° 78 – noviembre de 2004.
- MASCARENHAS, G. Os jogos pan-americanos de 1963. In: MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. (Org.). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Eduerj - Faperj, 2011, v. 1, p. 83-97.
- MASCARENHAS, G, BIENENSTEIN, G, SÁNCHEZ, F. *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: FAPERJ e EdUerj, 2011.
- MUÑOZ, F. Historic evolution and urban planning typology of Olympic Villages, Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport. Barcelona, 1996.
- PRONI, M. A reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing. *Esporte e Sociedade*, ano 3, n9, Jul.2008/Out.2008.
- RODRIGUES, Arlete M. Problemática Ambiental = Agenda Política: Espaço, Território e Classes Sociais. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 83, p. 91-110, 2006.
- SCHMMIT, Pal. O movimento olímpico e o meio ambiente. In: TAVARES, O. DACOSTA, L e MIRANDA, R (orgs.) *Esporte, olimpismo e meio ambiente: visões internacionais*. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002.\*
- STAVRIDES, S. Urban Identities: Beyond the Regional and the Global. The Case of Athens. in: Jamal Al- Qawasmi, Abdesslem Mahmoud and Ali Djerbi (eds.) 2008, *Regional Architecture and Identity in the Age of Globalization, Proceedings of 2nd International Conference of CSAAR, Tunis*, pp. 577-588.
- YOUNG, C.; TOMLINSON, A. Culture, politics and Spectacle in the Global Events. In: YOUNG, C.; TOMLINSON, A. (orgs.) *National Identity and global Sports Events*. New York: N.Y.StateUniversity, 2006.

**Recebido em junho de 2016. Aprovado em julho de 2016.**

# OLIMPIADAS 2016: UM BALANÇO DE VÉSPERA

Olympics 2016: one day before balance

## **Fernanda Sánchez**

Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (IGEO/USP). Professora categoria Associado III do Departamento de Urbanismo (TUR/TCA/UFF) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU/TCA/UFF)

## **Glauco Bienenstein**

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Professor Titular do Departamento de Arquitetura (TAR/TCA/UFF) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU/TCA/UFF)

## **Fabricio Leal de Oliveira**

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ)

### **Resumo:**

O artigo reflete sobre três aspectos que informam as críticas e os embates em torno das Olimpíadas de 2016 na cidade do Rio de Janeiro. São eles: (I) o contexto atual, de crise política, institucional e econômica no País e no Estado do Rio de Janeiro; (II) os processos de apropriação do fundo público e aprofundamento da desigualdade socioespacial na metrópole carioca nesta década de megaeventos e, finalmente, (III) as lutas simbólicas em curso no Rio de Janeiro em sua relação com a produção e apropriação social do espaço carioca. Um “balanço de véspera” nas dimensões política, simbólica e urbanístico-territorial, a poucos dias dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

**Palavras-chave:** Rio 2016. Crise política. Desigualdade socioespacial. Lutas simbólicas.

### **Abstract:**

The article deals with three aspects linked to the 2016 Olympics in the city of Rio de Janeiro, Brazil: (I) the current political, institutional and economic Brazilian crisis and its impacts in the state as well as in Rio de Janeiro city; (II) the public fund appropriation processes and deepening social and spatial inequality in the metropolis during the so-called decade of mega-events and finally (III) the symbolic struggles that have been taking place in Rio de Janeiro city in relation to the production and social appropriation of the urban space. A previous balance in political, symbolic, urbanistic and territorial dimensions, a few days of the 2016 Olympic Games.

**Keywords:** 2016. Political crisis. Socio-spatial inequality. Symbolic struggles.

## Introdução

A transformação do Rio de Janeiro na “cidade dos megaeventos esportivos” tem uma história. Sua recuperação oferece elementos importantes para se compreender como, num contexto de muitas disputas e conflitos, diferentes forças políticas e econômicas convergiram para a consolidação de uma nova coalizão de poder e uma nova hegemonia, fundadas no consenso em torno do planejamento competitivo, do urbanismo acupuntural, de concepções autoritárias de ordem urbana e, sobretudo, de novas formas de relação entre estado e capital, que se atualizam nas chamadas operações urbanas e parcerias público-privadas que instauram uma verdadeira “democracia direta do capital” (Vainer, 2011, 2000). Há mais de vinte anos, três prefeitos em cinco governos<sup>1</sup>, embora ocasionalmente envolvidos em disputas pessoais e partidárias, vem seguindo e garantindo uma convergência de modelos e projetos de cidade que expressam, no essencial, a mesma articulação de forças econômicas e sociais.

A conquista do direito de sediar os Jogos Olímpicos 2016 constitui o ápice desse processo, iniciado em 1993, quando César Maia assumiu a prefeitura da cidade, inaugurando uma nova era – espetacular – de projetos para o Rio de Janeiro.

O primeiro Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio sempre Rio” (1995), indicava um dos eixos da ação desta nova coalizão:

A tradição esportiva no Rio e seus recursos naturais e humanos permitem lançar sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004, com excelentes possibilidades. E, seguindo o exemplo de outras cidades, aproveitar os jogos para sua transformação.<sup>2</sup>

Os Jogos de 2004 não vieram, mas a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007, dos Jogos Mundiais Militares, em 2011, da Copa das Confederações, em 2013, da Copa do Mundo, em 2014 e, finalmente, das Olimpíadas, em 2016, constituem contundente expressão fenomênica daquelas tendências/percepções/orientações apontadas. Por intermédio delas, o Rio de Janeiro vem recebendo, em um espaço de tempo relativamente curto, a concentração de grandes investimentos públicos na implantação de projetos que, por sua vez, têm reconfigurado consideráveis parcelas do espaço da cidade, impactando, sobremaneira, sua estrutura e dinâmica socioespacial.

Ainda a título de ilustração da efetividade material deste projeto de cidade, se poderia citar a implantação do sistema *Bus Rapid Transit* (BRT) em vias estruturais, a realização de grandes operações na área portuária, na Barra da Tijuca e em Jacarepaguá<sup>3</sup>, provocando o despejo forçado de um considerável número de pessoas, cuja dimensão relembra a era das grandes remoções dos anos da ditadura militar. Os emblemáticos casos do projeto “Porto Maravilha” - uma operação urbana de grande impacto cujo significado e função irão redefinir as feições do (agora) centro expandido da cidade -, da implantação do BRT na via Transcarioca - com suas milhares de desapropriações e remoções - e da construção do Parque Olímpico - cujo conflito envolvendo a comunidade de Vila Autódromo<sup>4</sup> ganhou repercussão nacional e internacional -, se destacam nesta nova paisagem.

Estas iniciativas, produto da articulação entre níveis e entes administrativos (município, estado e união), ilustram a transescalaridade das intenções e dos projetos de cidade em curso no País que, talvez, tenham no Rio de Janeiro o modelo mais aperfeiçoado do que se poderia denominar de “urbanismo de oportunidades”, onde a produção do ambiente construído constitui um importante veículo de valorização.

Neste artigo, escrito a pouco mais de um mês da abertura dos Jogos<sup>5</sup>, reflete-se, de forma bem sucinta, sobre três aspectos que informam as críticas e os embates em torno das Olimpíadas 2016. Inicialmente, aborda-se o contexto atual, de crise política, institucional e econômica no País e no Estado do Rio de Janeiro. A seguir, são destacados os processos de apropriação do fundo público e aprofundamento da desigualdade socioespacial na cidade nesta década de megaeventos. Finalmente, são discutidas as lutas simbólicas em curso no Rio de Janeiro em sua relação com a produção e apropriação social do espaço carioca.

### **O espetáculo na crise e a crise do espetáculo: apontamentos iniciais**

Durante o longo período que se estende desde 2009, com a conquista da candidatura para sediar os jogos, até pelo menos meados de 2015, a preparação da cidade para as Olimpíadas seguia seu curso e a grande mídia ora omitia, ora minimiza os conflitos sociais gerados pelos megaeventos, atuando como uma importante parceira solidária do projeto conduzido pela Prefeitura do Rio de Janeiro e seus demais parceiros privados.

Desde o início de 2016, contudo, não há mais como negar que a crise de dimensões sociais, políticas e econômicas por que o Brasil passa já repercute no momento próximo ao apoteótico *gran finale* representado na “festa olímpica” a ser realizada no mês de agosto deste ano. A natureza diversa da miríade de processos em curso no Brasil e, em especial, na cidade do Rio de Janeiro, lança uma sombra ao tão propagado “sucesso” que o sonho de sediar uma Olimpíada representaria.

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a gravidade do quadro é tamanha que o governador interino, Sr. Francisco Dornelles, decretou, no mês de junho do corrente ano, estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira,<sup>6</sup> o que repercutiu no âmbito da articulação política da nação e fez emergir demandas da mesma natureza de outros estados da federação. Optava-se, assim, pelo o que grande imprensa tem nomeado de “estratégia de risco”, uma vez que a forma como foi divulgado o decreto do executivo estadual fluminense suscitou questionamentos quanto à viabilização do repasse de recursos requeridos. Neste quadro, que envolve duas crises – a crise política, no nível nacional, tendo em vista o curso do processo de *impeachment*, percebido e divulgado mundo afora como um golpe de estado, e a crise financeira, no âmbito dos governos estaduais e, conseqüentemente, de sua articulação enquanto entes federativos -, poderão emergir novos e contundentes elementos que certamente irão delinear, não sem constrangimentos diversos, o projeto gestado há vinte e três anos para o município do Rio de Janeiro. Neste contexto, onde se destacam os atrasos e ameaças de corte no pagamento de salários dos servidores estaduais, o quadro de falência da saúde pública, a crise na segurança pública, entre outros não menos importantes serviços, o executivo estadual recebeu o sinal verde de um aporte de recursos da ordem de R\$2,9 bilhões do governo federal<sup>7</sup>.

Para o executivo municipal, contudo, a crise não afetou o município, assim como não afetará os jogos olímpicos. Indagado sobre as dificuldades econômicas, o prefeito Eduardo Paes afirmou “/.../ que o Rio está em situação financeira confortável e que o endividamento do município até diminuiu durante o período de preparação para os Jogos Olímpicos”<sup>8</sup>. Na referida entrevista, o prefeito disse que se

[o] estado do Rio de Janeiro passa por dificuldades econômicas, não é por causa dos

Jogos Olímpicos. Aliás, as Olimpíadas servem, inclusive, de argumento para se pleitear essa ajuda ao governo federal para estabilização dos serviços do estado. Não tem nenhum estádio em risco ou nenhuma obra da cidade em risco em razão da crise financeira do estado”<sup>9</sup>

É neste cadinho de dificuldades, problemas e debates que o espetáculo olímpico vem sendo forjado na véspera da sua inauguração. Crise política na escala nacional - por intermédio daquilo que tem sido caracterizado como “golpe midiático-judiciário-parlamentar” -, grave crise fiscal do estado do Rio de Janeiro e paradoxais afirmações do chefe do executivo municipal da Cidade Olímpica abrem caminho para novas especulações sobre possíveis desdobramentos das decisões políticas que viabilizaram a candidatura e a conquista as Olimpíadas em sua relação com os processos de produção e apropriação social do espaço no Rio de Janeiro. O contexto pós-olímpico é bem mais complexo do que se previa há poucos anos atrás. Poucos se aventuram a prever o resultado das eleições para Prefeito, que se realizará em outubro de 2016, e que contribuirá para definir a continuidade ou ruptura do projeto que tem orientado os últimos governos municipais. Por outro lado, o processo político em curso, com o realinhamento das forças mais conservadoras e reacionárias do País, apresenta novas dificuldades e desafios dramáticos para aqueles que apostam na democratização da cidade e na promoção da justiça social.

### **Olimpíadas: novas prioridades e acirramento das desigualdades**

De forma muito sintética, poder-se-ia dizer que os principais efeitos da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Rio de Janeiro estão relacionados aos investimentos e mudanças no sistema de transporte municipal (o famoso “legado” oficial dos Jogos e da Copa), à concentração de investimento público nas áreas mais ricas da cidade, à privatização de áreas públicas e comuns, à violenta remoção de dezenas de milhares de pessoas residentes em assentamentos populares e a intensificação, numa escala sem precedentes, do processo de expulsão dos pobres para áreas periféricas sem empregos ou serviços adequados. A cidade olímpica emerge, assim, mais desigual.

Além disso, o campo institucional – aquele onde são disputados o conteúdo dos planos, das leis urbanísticas, das estruturas e medidas administrativas -, tem sido apropriado para criar exceções voltadas para atender demandas de promotores dos eventos esportivos e de atores específicos (Oliveira e Vainer, 2014).

No Brasil, e no Rio de Janeiro em particular, as decisões relacionadas a grandes projetos que fazem parte do portfólio de megaeventos raramente resultam de algum processo de planejamento. Geralmente os projetos não são sequer avaliados quanto aos seus impactos no entorno local. De fato, a principal ligação entre planejamento e grandes projetos incluídos na preparação da cidade para a Copa do Mundo de Futebol ou as Olimpíadas são dispositivos desenhados para flexibilizar a legislação urbanística e garantir exceções para a viabilização de empreendimentos imobiliários articulados com a implantação de equipamentos esportivos. Todos os insumos indicam que os grandes projetos são impostos aos planos e ao planejamento como condições externas que promovem ajustes nos planos diretores municipais e nas leis de uso e ocupação do solo (Oliveira, 2011; 2012). Seguindo Milton Santos (1994), podemos dizer que os interesses de grandes empresas – materializados, também, em grandes projetos que reconfiguram o espaço - modelam

grande parte do processo de reprodução e apropriação social do espaço da cidade do Rio de Janeiro.

Para a implementação dos megaeventos cariocas recentes, a legislação de uso do solo, os planos e as prioridades de investimentos foram alterados ou ignorados para atender interesses apresentados como estruturais ou necessários para a promoção das cidades no mundo globalizado, ainda que alguns desses interesses possam ser bem mais provincianos do que sugere seu discurso de justificação.

Entre os grandes “parceiros” do governo municipal na produção das Olimpíadas no Rio, despontam empresas brasileiras com antigos interesses na cidade, algumas das quais com uma longa e/ou intensa relação com a Prefeitura municipal. Entre elas, pode-se destacar, por exemplo, a empresa Carvalho Hosken S. A. e, especialmente, a Odebrecht.

A Carvalho Hosken é uma grande proprietária de terras na Barra da Tijuca, onde se concentram os equipamentos e as atividades das Olimpíadas. A melhoria da acessibilidade da Barra da Tijuca e a construção do Parque Olímpico (em área pública) e da Vila dos Atletas (em terras da Carvalho Hosken) na região permitiram a realização de lucros fundiários cultivados desde antes de 1970, quando Carlos Carvalho, fundador da empresa, adquiriu a maioria das terras disponíveis para construção ao norte da lagoa de Jacarepaguá, onde se situam as áreas mais contempladas (ou afetadas) pelos investimentos olímpicos. Ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010, investimentos públicos que melhoraram a acessibilidade à Barra da Tijuca resultaram na ocupação gradual da área imediatamente ao norte da lagoa, beneficiando a empresa. Com os novos investimentos do pacote olímpico, as últimas terras da Carvalho Hosken dão lugar a megaempreendimentos imobiliários de luxo, shopping centers, grandes edifícios de escritórios e hotéis.

Já a Odebrecht, uma das maiores empreiteiras de obras públicas do Brasil, com múltiplas atividades também no exterior, está ou esteve até recentemente envolvida com a construção do metrô para Barra da Tijuca, a operação de toda a rede de trens metropolitanos, a implantação da rodovia Transolímpica, a implantação do VLT Rio, a construção do arco metropolitano, a construção do teleférico no grande complexo de favelas do Alemão, a realização da operação urbana consorciada Porto Maravilha, a reforma do estádio do Maracanã e a realização do Parque Olímpico, na parceria público-privada com o consórcio composta pela empresa, a Carvalho Hosken S.A. e a Andrade Gutierrez, outra grande empreiteira brasileira.

Portanto, quando falamos sobre a parceria público-privada do Parque Olímpico, obra central e síntese das Olimpíadas, falamos também da conclusão de um projeto de incorporação imobiliária da Barra da Tijuca que está sendo desenvolvido há mais de 40 anos, de forma descontínua, mas persistentemente, drenando recursos públicos de forma sistemática, aumentando o preço dos imóveis da região, sem quase nenhuma contrapartida privada<sup>10</sup>. Por outro lado, falamos de um processo de produção da cidade que está intimamente ligado aos interesses de poucas grandes empresas que constroem e/ou operam boa parte da estrutura de transporte público da cidade, são “parceiras” de empreendimentos estratégicos e emblemáticos do executivo municipal e são reconhecidamente grandes financiadoras de campanhas eleitorais<sup>11</sup>.

Hoje, em adição aos violentos impactos na remoção da Vila Autódromo (Vainer et al 2013; Oliveira et al 2016), a PPP do Parque Olímpico é também questionada quanto a diversos outros

aspectos. Entre eles, pode-se destacar a avaliação econômica da terra pública do antigo Autódromo de Jacarepaguá onde o Parque está sendo construído e a falta de uma visão holística de planejamento que considere ao menos a sinergia entre o impacto conjunto da construção do Parque Olímpico, do futuro empreendimento imobiliário que se construirá no local após os jogos<sup>12</sup>, da construção da Vila dos Atletas e da ocupação das vastas terras ainda vazias que a Carvalho Hosken ainda tem na região. Sem mencionar o lançamento de outros edifícios comerciais e de serviços em construção nas proximidades. Por outro lado, Mariana Medeiros (2014) aponta que houve muitas irregularidades no processo de realização da PPP, especialmente com relação à falta de estudos de impacto obrigatórios de acordo com a legislação federal, estadual e municipal, além da falta de transparência na disponibilização de informação sobre o equipamento.

Certamente, os megaeventos não inauguram processos de expansão urbana, segregação socioespacial e periferização da pobreza, mas acentuam e aceleram estes processos, assim como colaboram para legitimar exceções *ad hoc* à legislação de planejamento e outras vantagens concedidas aos operadores privados do ambiente construído. Por outro lado, ao se imporem como símbolos e imagens-síntese de projetos políticos, dão visibilidade a outros processos, mais opacos, de mercantilização da cidade e privatização do fundo público.

### **Olimpismo, lutas simbólicas e espaços contestados**

A apenas um mês do início do megaevento, o clima das ruas no Rio de Janeiro em relação aos Jogos 2016 é paradoxalmente silencioso, enquanto o clima político está eivado de conflitos e manifestações sociais. A crise política e econômica brasileira, as greves na área da Educação e da Saúde, os protestos públicos de policiais civis, militares e bombeiros<sup>13</sup>, o desemprego, conspiram contra uma atmosfera de otimismo dos cariocas ao se referirem às Olimpíadas. As epidemias de dengue, zika e chikungunya provocadas pelo mosquito *Aedes Aegypti* despertaram preocupação e alerta por parte de governos e delegações de atletas internacionais.

Uma conjuntura nacional de instabilidade, convulsionada pela divulgação em série de escândalos políticos, de corrupção, rupturas político-institucionais, recessão econômica e ameaças aos direitos dos trabalhadores constroem um panorama pouco propenso ao ufanismo. A esse panorama, somam-se os “deslegados”, aqueles legados prometidos no Dossiê de Candidatura, reiterados em 2009 quando a cidade foi nominada sede olímpica, mas abandonados ao longo do processo: a despoluição da Baía de Guanabara, a urbanização de todas as favelas cariocas até o ano de 2020, dentre outros grandes projetos alardeados pela mídia *mainstream* e deixados no esquecimento tempos depois.

^ Joaquim Monteiro, palestra realizada no Seminário Os Jogos Olímpicos e as Transformações do Rio de Janeiro, promovido pelo jornal O Globo e pela Odebrecht, Museu do Amanhã, em 28 de janeiro de 2016.

Os moradores não parecem animados, nem estão abraçando o espírito olímpico como desejariam a Prefeitura e a coalizão de forças que sustenta o projeto, os quais não pouparam esforços nem recursos para acionar um expressivo aparato de propaganda. Na tentativa de alargamento da adesão social, as recentes peças publicitárias reconstroem a narrativa da “Cidade Maravilhosa e Olímpica” com frases eloquentes: “Vocês vão ser os protagonistas deste palco iluminado”, naquela que será a “Primeira Olimpíada da América do Sul”, “Serão duas semanas

inesquecíveis para todos os apaixonados pela cidade e pelo esporte”, “Somos todos campeões, somos todos Olímpicos”, “Será um sonho ter o mundo inteiro num só lugar”.<sup>14</sup> O “poder de transformação dos Jogos” para uma “cidade até então engessada na qual a Olimpíada trouxe o legado intangível da velocidade da reação”, constituíram também peças desta narrativa afirmativa das transformações urbanas rumo ao evento<sup>15</sup>.

A despeito deste imenso esforço continuado de *city marketing*, iniciado em 2009, sustentado nos últimos anos, com a Copa do Mundo 2014, reafirmado nas comemorações do aniversário da cidade “Rio 450” durante todo o ano de 2015 e, mais recentemente, intensificado com o grande evento de culminância, Rio 2016, a atmosfera que impera na cidade chega a ser contrastante em relação a períodos em que houve outras candidaturas olímpicas, como a de 2004, quando as casas e prédios de diversos bairros se encheram de bandeiras da campanha “Rio 2004. Cidade candidata” enfeitando as ruas e denotando um intenso “patriotismo de cidade” (López Sánchez, 1993; Vainer, 2000) em favor dos Jogos.

Ainda mais contrastante e até mesmo constrangedora é a comparação da atmosfera pré-olímpica do Rio e de Barcelona, cidade que lhe serve de espelho desde os anos 90, com a adoção do modelo catalão de planejamento estratégico e de grandes projetos urbanos para os megaeventos (Novais, 2010, Sánchez, 2010). Na capital da Catalunha, uma multidão de mais de 70 mil pessoas subiu ao topo da colina de Montjuic na Abertura dos Jogos Olímpicos de 1992 e cantou, junto a Montserrat Caballé e com força arrebatadora, o que se tornou um hino oficial de boas-vindas e roteiro musical de apresentação da Cidade<sup>16</sup>.

Muitas outras imagens fortes marcaram esta edição dos Jogos, como o “Cobi”, mascote cubista, ou as “ramblas” repletas de turistas capturados por uma cidade modernizada e reinserida no mundo, “saída das amarras do Estado autoritário espanhol<sup>17</sup>”. Note-se que a geopolítica mundial tinha passado por uma reviravolta colossal: a queda do Muro de Berlim (Harrazim, 2016, p. 27). Além disso, a Espanha passava por um período de pujança econômica e incremento do turismo nos circuitos da União Européia, e os Jogos de Barcelona festejavam uma Olimpíada sem boicotes, que sombrearam e esvaziaram outras competições, como as de Moscou 1980, Los Angeles 1984 e Seul 1988.

O “Vol de la Fletxa” lançada pelo arqueiro Antonio Rebollo, foi mais um momento simbólico deste espetáculo esportivo, pois a edição do espetáculo encarregou-se de passar a impressão, para uma audiência de mais de 3,5 bilhões de telespectadores, de uma flecha acendendo a pira olímpica com um certeiro lançamento na cerimônia de abertura. Mas foi a tecnologia que salvou o arqueiro, que errou o alvo. Efetivamente, a chama foi acesa mediante um dispositivo eletrônico alternativo. (Subirós, P.; Palà, M., 1993).

No caso do Rio de Janeiro, dois eventos simultâneos, em 21 de abril de 2016, marcaram o complexo momento simbólico do olimpismo carioca, com grande repercussão internacional: no mesmo dia em que o Prefeito Eduardo Paes recebia a tocha olímpica, em cerimônia realizada em Atenas, na Grécia, despencava uma ciclovía em São Conrado (inaugurada apenas três meses antes) e matava duas pessoas. A manchete do jornal O Globo, “Fogo Olímpico. Por uma chama de otimismo”, acompanhada de uma épica imagem das musas com a tocha no templo grego, chocava, por oposição à ideia de “otimismo”, com a outra manchete, do mesmo dia: “Tragédia no feriado. Onda derruba ciclovía, mata dois e expõe falha em obra”. Erros de cálculo, de fiscalização desta e de outras obras para os Jogos, além de desvios de recursos públicos, ficaram escancarados neste doloroso evento.

A simbologia do calor humano do brasileiro, da chama olímpica, do tour da tocha pelo Brasil, durante cem dias ao passar por mais de trezentas cidades, ficou manchada pela tragédia, que chocou ao mesmo tempo os cidadãos, o país e o mundo. Para transcender este episódio e reacender o otimismo em relação aos Jogos, novas campanhas foram lançadas e grandes esforços de difusão dos Jogos foram empreendidos, particularmente em cada momento de inauguração de obras de infraestrutura, como as do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e o túnel Marcello Alencar na área portuária, ou as arenas e o velódromo nos *clusters* olímpicos.

A venda da Cidade Maravilhosa vem relacionada com a produção da sua telegenia (Broudehoux, 2014, p.27): a escolha de ângulos orientados pela imagem e destinados a melhorar o “aspecto telegênico da cidade” e suas paisagens icônicas, ao mesmo tempo que a seletividade para esconder a presença incômoda da sua geografia social, particularmente as favelas. Ivo Gonzalez, diretor de fotografia do Comitê Rio 2016, que cobriu outras cinco olimpíadas como fotógrafo, observa que trabalhou em parceria com o britânico Bob Martin, diretor de fotografia dos Jogos de Londres 2012. Segundo ele, juntos escolheram “os 150 pontos mais fotogênicos”, “os melhores ângulos da cidade”, afirmando que, “nesta olimpíada, o que fará a diferença será a paisagem da cidade, afinal, moramos num dos lugares mais bonitos do mundo”.<sup>18</sup> Matthew Stockman, da agência de fotos Getty Images concorda com Gonzalez e afirma que “os organizadores souberam tirar vantagem das belezas naturais da cidade”.

Para além da violência simbólica dos ocultamentos ou supressões de expressivas parcelas da cidade, a grande mídia - sobretudo as organizações Globo - tem operado como grande ator e instrumento de produção de outras violências simbólicas ao longo dos anos, em favor da desigualdade territorial, da exclusão e da gentrificação. Narrativas afirmativas dos projetos urbanos para os Jogos reforçam as obras espetaculares e legitimam a atual coalizão de poder, da qual este conglomerado de comunicação faz parte. A existência de áreas informais é tratada com um determinismo superficial e a expansão das favelas é denunciada, por este veículo, como processo naturalizado que deve ser combatido com repressão.

O atual aparato de produção simbólica, impulsionado pela coalizão de forças que comanda esse projeto de cidade – empresários e políticos do *establishment* - promove a ‘parque tematização’ da cidade, com imagens urbanas de espaços a serem consumidos em escala mundial. A veiculação massiva de imagens reconfiguradas em prol dos Jogos, com cenários “pacificados”, diferenças diluídas, desigualdades apagadas e valores homogeneizados têm consequências a longo prazo, e efeitos sobre a apropriação dos espaços públicos, sobre a construção da cidadania bem como sobre as conquistas de direitos urbanos.

Entretanto, as ações comunicativas de coletivos, comunidades afetadas pelas operações urbanas, grupos sociais participantes de manifestações e de ocupações de edifícios públicos, transcendem territórios locais e se instauram em espaços emblemáticos da Cidade Olímpica. Este tipo de ações, além de dar visibilidade às lutas específicas, disputam as narrativas da cidade com as mídias oficiais e colaboram para tecer elos com outros setores da sociedade em luta por direitos, a mostrar que, para alguns, “Cidade maravilhosa é a que luta”, como traduz a síntese do coletivo Projetação, a desafiar a lógica espacial e a gramática dos sentidos da Cidade Olímpica.

## Notas

- <sup>1</sup> Cesar Maia (1993-1996; 2001-2008), Luiz Paulo Conde (1997-2000) e Eduardo Paes (2009-2016).
- <sup>2</sup> *Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996, p. 52.*
- <sup>3</sup> A região da Barra da Tijuca e o sul de Jacarepaguá concentram boa parte dos lançamentos imobiliários voltados para a média e alta renda na cidade do Rio de Janeiro.
- <sup>4</sup> Sobre o processo de remoção e resistência da Vila Autódromo, ver Vainer et al (2013), Oliveira et al (2016).
- <sup>5</sup> Este artigo foi concluído em finais de junho de 2016, faltando menos de cinco semanas para o início dos Jogos Rio 2016.
- <sup>6</sup> BACELAR, C., SCHMITT, L. G. & BECK, M. Estado de calamidade – Governo baixa decreto para poder receber ajuda de R\$2,9 bilhões da União. In: *O Globo*, 18/06/16, p. 10.
- <sup>7</sup> De acordo com a medida provisória publicada em 21 de junho de 2016 que define um “apoio” de R\$ 2,9 bilhões ao Estado do Rio de Janeiro, os recursos deverão ser utilizados nos gastos necessários para segurança pública das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016. Vide artigo de Filipe Matoso (G1, Brasília), disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/medida-provisoria-da-socorro-financeiro-de-r-29-bilhoes-ao-rio.html>> Acesso em 22/06/2016.
- <sup>8</sup> Artigo de Fernanda Rouvenat (G1 Rio). Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/eduardo-paes-diz-que-endividamento-do-municipio-do-rio-esta-em-queda.html>> Acesso em: 21/06/16.
- <sup>9</sup> *Id. ibid. Acesso em: 21/06/16.*
- <sup>10</sup> Ainda que o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município do Rio de Janeiro defina que toda a região da Barra da Tijuca e o sul de Jacarepaguá estão incluídas na *Macrozona de Ocupação Condicionada*, definida como aquela “onde o adensamento populacional, a intensidade construtiva e a instalação das atividades econômicas serão restringidos de acordo com a capacidade das redes de infraestrutura e subordinados à proteção ambiental e paisagística, podendo ser progressivamente ampliados com o aporte de recursos privados” [grifos dos autores].
- <sup>11</sup> Segundo a Agência Pública, em reportagem sobre as empresas Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, conhecidas como *As quatro irmãs*, “entre as eleições de 2002 e 2012, juntas, as quatro empresas investiram mais de R\$ 479 milhões em diversos comitês partidários e candidaturas pelo Brasil. No Estado do Rio de Janeiro, o PMDB [partido do prefeito Eduardo Paes e do governador do Rio de Janeiro] do Rio de é de longe o partido mais beneficiado, com R\$ 6,27 milhões, mais que a soma dos quatro seguintes: PT, PSDB, PV e DEM. Porém os repasses podem ser ainda maiores em anos não-eleitorais. Em 2013, por exemplo, somente a Odebrecht repassou R\$ 11 milhões dos R\$ 17 milhões arrecadados pelo PMDB”. Disponível em <<http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>> Acesso em 22 de junho de 2016.
- <sup>12</sup> A lógica da PPP é a seguinte: o consórcio que ganhou a licitação para a construção do Parque Olímpico e outras obrigações relacionadas, tem o direito de, após os jogos, utilizar cerca de 75% da área do antigo autódromo para construir um empreendimento imobiliário que inclui prédios residenciais, edifícios comerciais e hotéis. Tudo isso viabilizado por mudanças pontuais na legislação de uso e ocupação do solo que permitiram novos usos e a intensificação da ocupação.
- <sup>13</sup> Ver O Globo, “Segurança em xeque. Palanque Olímpico. Policiais usam Jogos para dar visibilidade a protestos e são criticados pelo setor de turismo”, por Giselle Ouchana, p.7, Seção Rio, 28/06/2016. A matéria critica as manifestações de policiais e bombeiros no Aeroporto do Galeão e em outros espaços públicos da cidade, no dia 27 de junho, com faixas dirigidas aos turistas: “Bem-vindos ao inferno. Policiais e bombeiros não recebem salários, quem chegar no Rio de Janeiro não estará seguro”. A Associação Brasileira de Indústrias de Hotéis (ABIH) e o Sindicato das Empresas de Turismo do Estado e o Sindicato dos Hotéis, Bares e Restaurantes do Rio (SindRio) contestam o protesto e falam em “aproveitamento político da Olimpíada”. 85 mil agentes de segurança serão acionados durante os Jogos, entre policiais civis, militares, federais, agentes da Força Nacional e da Defesa Civil.

- <sup>14</sup> Renato Ribeiro, em sua palestra sobre “Os quatro pilares da comunicação” tratou das bases da nova narrativa do marketing em torno aos Jogos assim como dos símbolos acionados: admiração dos atletas olímpicos, transformação da vida das pessoas pelos Jogos, inspiração das crianças nos ídolos atletas, educação. Palestra proferida no Seminário Os Jogos Olímpicos e as Transformações do Rio de Janeiro, promovido pelo jornal O Globo e pela Odebrecht, e realizado no Museu do Amanhã em 28 de janeiro de 2016.
- <sup>15</sup> Joaquim Monteiro, palestra realizada no Seminário Os Jogos Olímpicos e as Transformações do Rio de Janeiro, promovido pelo jornal O Globo e pela Odebrecht, Museu do Amanhã, em 28 de janeiro de 2016.
- <sup>16</sup> A música foi cantada, ao vivo, por Montserrat Caballé e reproduzida, na voz de Freddie Mercury, numa gravação realizada pouco tempo antes dos Jogos. O cantor faleceu em 24 de novembro de 1991, meses antes dos Jogos de Verão Barcelona 92.
- <sup>17</sup> O franquismo dominou a Espanha por quase 40 anos, no período de 1939 a 1977.
- <sup>18</sup> Natália Boere. Os Jogos Fotogênicos. Cidade tem 150 pontos em que imagens de atletas serão ofuscadas pela beleza do Rio. O Globo, Seção Rio, p. 13, 26/06/2016.

## Referências

BIENENSTEIN, G. O espetáculo na cidade e a cidade no espetáculo: grandes projetos, megaeventos e outras histórias. In: *Anais XIV Encontro Nacional da Anpur*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. et. al. O que está em jogo? Contradições, tensões e conflitos na implementação do Pan 2007. In: *Anais VII Encontro Nacional da ANPEGE*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2007. 1 CD.

BROUDEHOUX, A.M. A construção da imagem urbana orientada por grandes eventos: potemkinismo, a mídia e a periferia. In: SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G.; OLIVEIRA, F. L.; NOVAIS, G. *A Copa do Mundo e as Cidades. Políticas, Projetos e Resistências*. Niterói, EDUFF, 2014.

FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995. 245p.

LOPEZ SÁNCHEZ, P. Todos, mayoría y minorías en la Barcelona Olímpica. Apuntes sobre el gobierno de lo social en la ciudad-empresa. *Revista Economía y Sociedad ES*, 1993, (9): 103-115.

NOVAIS, P. *Uma estratégia chamada planejamento estratégico. Deslocamentos espaciais e atribuições de sentido na teoria do planejamento urbano*. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2010.

OLIVEIRA, N. G.; VAINER, C. Megaeventos no Brasil e no Rio de Janeiro: uma articulação transescalar na produção da cidade de exceção. In: SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G.; OLIVEIRA, F. L.; NOVAIS, G. *A Copa do Mundo e as Cidades. Políticas, Projetos e Resistências*. Niterói, EDUFF, 2014.

OLIVEIRA, F.L. Grandes projetos e planejamento urbano: práticas recentes das administrações públicas brasileiras. In: OLIVEIRA, F.L.; CARDOSO, A. L.; COSTA, H. S. M.; VAINER, C. *Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

**Olimpíadas 2016: um balanço de véspera**  
**Fernanda Sánchez, Glauco Bienenstein e Fabricio Leal de Oliveira**

OLIVEIRA, F. L. Os novos planos diretores municipais brasileiros: uma avaliação preliminar. In: *Anais XIV Enanpur*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

OLIVEIRA, F. L.; BIENENSTEIN, R.; TANAKA, G. A batalha da Vila Autódromo: “negociação” e resistência à remoção. In: VAINER, C.; BROUDEHOUX, A.; SÁNCHEZ, F.; OLIVEIRA, F. L. *Os Megaeventos e a Cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial*. Chapecó, Editora Argos, (2ª. Edição) 2010.

SANTOS, M. Por uma economia política da cidade. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SUBIRÓS, P.; PALÀ, M. *El vol de la fletxa : Barcelona '92: crònica de la reinvençio~ de la ciutat*. Madrid: Electra/ Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1993.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; MARICATO, M.; VAINER, C. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

VAINER, C. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: *Anais XIV ENANPUR*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

VAINER, C.; BIENENSTEIN, R.; SÁNCHEZ, F.; TANAKA, G.; OLIVEIRA, F. L.; LOBINO, C.; BIENENSTEIN, G. O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. In: *Anais XIV ENANPUR*. Recife: ANPUR, 2013.

### **Outras Referências**

BACELAR, C., SCHMITT, L. G. & BECK, M. Estado de calamidade – Governo baixa decreto para poder receber ajuda de R\$2,9 bilhões da União. In: *O Globo*, 18/06/16, p. 10.

HARRAZIM, D. Rio 2016. Maratona Olímpica – de Moscou ao Rio. *O Globo*. Seção Esportes, p.27. Sexta-feira, 24/06/2016.

*Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996, p. 52*. Disponível em: <[https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014\\_web.pdf](https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf)> Acesso em 16/01/2016.

Índice FIPE-ZAP, 2013.

<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/eduardo-paes-diz-que-endividamento-do-municipio-do-rio-esta-em-queda.html>> Acesso em: 21/06/16.

**Recebido em junho de 2016. Aprovado em julho de 2016.**



**Revista Advir - Edição número 35**  
Publicação da Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Asduerj  
**Impressa em julho de 2016**  
**Município do Rio de Janeiro / Estado do Rio de Janeiro / Brasil**